



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIENCIA POLÍTICA

AUA SILÁ

**A LUTA PELO RECONHECIMENTO E IGUALDADE DE GÊNERO:  
ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO MIGUILAN EM GUINÉ-  
BISSAU**

**Florianópolis, 2024**

AUA SILÁ

**A LUTA PELO RECONHECIMENTO E IGUALDADE DE GÊNERO:  
ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO MIGUILAN EM GUINÉ-  
BISSAU**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia e Ciência Política, da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC) como requisito para a obtenção do grau de mestra em Sociologia.

**Orientação:** Profa. Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza.

**Coorientação:** Profa. Lígia Helena Hahn Lüchmann

**Florianópolis, 2024**

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Silá, Aua

A LUTA PELO RECONHECIMENTO E IGUALDADE DE GÊNERO:  
ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO MIGUILAN EM GUINÉ  
BISSAU / Aua Silá ; orientadora, Cintia Pinheiro Ribeiro  
de Souza, coorientador, Lúcia Helena Hahn Lückmann, 2024.  
107 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Engajamento . 3.  
Militância . 4. Miguilan. 5. Mulheres. I. Pinheiro Ribeiro  
de Souza, Cintia. II. Helena Hahn Lückmann, Lúcia . III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Sociologia e Ciência Política. IV. Título.

AUA SILÁ

**A LUTA PELO RECONHECIMENTO E IGUALDADE DE GÊNERO:  
ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO MIGUILAN EM GUINÉ-  
BISSAU**

O presente trabalho em nível de Sociologia foi avaliado e aprovado, em 29/05/2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Ernesto Seidl

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof(a). Dr(a). Vera Fatima Gasparetto

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Coordenação do programa de Pós-Graduação

---

Prof.(a), Dr.(a). Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza- Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.(a), Dr.(a). Lígia Helena Hahn Lüchmann- Coorientadora

### **Dedicatória**

Para as mulheres da minha vida, Samí Insali, minha adorada e falecida mãe, Domingas Dema, minha querida avó e a Isabel Insali, minha tia.

## AGRADECIMENTOS

Nem tudo na vida é fácil concretizar, mas o planejamento é uma das estratégias que ajuda alcançar os nossos objetivos. Por isso, cada dia que aprendemos algo é uma dádiva e uma oportunidade de transformar os nossos sonhos em realidade.

Diante disso, agradeço imensamente a Deus pela vida e oportunidade de estar aqui no Brasil a desfrutar de tantos conhecimentos. De maneira especial, agradeço os meus pais Samí Insali e Sadjo Silá, por terem me gerado. E, sobretudo, a minha mãe que já não está entre nós, mas que sempre cuidava da minha educação e depositava a confiança em mim, por isso jamais esquecerei dos seus ensinamentos, Má Samí. Sem esquecer da minha tia Isabel Insali que contribuiu muito na minha educação-escolar. Minha gratidão estende-se aos meus ancestrais na qualidade da minha avó, Domingas Dema, por todas as palavras sábias e os ensinamentos que transmitiu para mim, porque serviram da minha base de lição de vida. Portanto, esquecer da senhora seria como perder a minha identidade ou mudar a minha personalidade, porque, me apoiava e incentivava a não desistir nunca de lutar pelos meus sonhos. Sinto triste de não tê-la hoje aqui comigo para ver a mulher guerreira e determinada que me tornei graças aos seus ensinamentos.

Agradeço os meus irmãos por terem estado ao meu lado sempre e me apoiarem nas minhas lutas de vida. Ainda, dirijo os meus agradecimentos ao meu parceiro, Felisberto Bacurim, pelo apoio incondicional que me deu durante esse processo do mestrado, assegurando sempre nas minhas mãos nos momentos difíceis, dizendo que eu ia vencer essa luta.

De maneira especial, agradeço as minhas orientadoras, Cintia Pinheiro Ribeiro de Souza e Lígia Lüchmann pela disponibilidade, compreensão e atenção de me orientar na elaboração, construção e finalização desse trabalho. Portanto, sou grata por tudo isso. Também, agradeço as minhas amigas e irmãs que Deus me concebeu, por terem figurado como as minhas bases de motivação e partilha: Vitoria Có, Aniusia Nima, Zinha Nanque, Aua Cassamá, Jacira Nhaga, Ivone Balack, Eunice Aníbal Costa, Márcia Bilate e Mirian Fonseca da Costa. Saibam que as vossas presenças na minha vida são diferenciadas e impactantes positivamente. A minha gratidão vai especialmente para militantes do movimento MIGUILAN na pessoa da Ex-coordenadora Nelvina Barreto, da Técnica Adama Balde e da coordenadora Isabel Almeida pelo apoio que me deram ao ponto de eu conseguir desenvolver e finalizar esta dissertação com informações necessárias e credíveis.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES- Brasil) pelo apoio recebido com a questão de bolsa de permanência ao longo de efetuação de mestrado. E ao programa de pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela oportunidade concedida para eu poder realizar o meu sonho de realizar o mestrado.

### **Epígrafe**

*"[...]a liberdade para o nosso povo quer dizer liberdade também para as mulheres, a soberania para o nosso povo quer dizer que as mulheres também devem participar nisso [...]". (CABRAL, 1945).*

## RESUMO

A luta pela busca da igualdade de gênero constitui um processo de longo tempo. A sociedade impõe um marcador social de gênero, submetendo as mulheres à violência, à injustiça, à desigualdade e assegurando aos homens vários direitos. Diante disso, o presente trabalho buscou analisar a dinâmica de engajamento e militância no movimento MIGUILAN- *Mindjeris Di Guiné no Lanta* (Mulheres Guineenses Levantam-se) na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero na Guiné-Bissau. Para isso, a pesquisa focalizou em trazer as abordagens sobre a sub-representação das mulheres nos órgãos públicos, partindo de uma narrativa sócio-histórica da sociedade guineense. Ainda, apresentou o embasamento teórico e conceitual dos movimentos sociais, engajamento e militância como a base para a compreensão da mobilização da causa do movimento MIGUILAN. Para este fim, foram realizados os levantamentos bibliográficos, análises documentais e entrevistas com as membras do movimento MIGUILAN. Os dados obtidos apontam que a instabilidade política e governativa gerada após as eleições legislativas de 2014 foi a razão imediata que levou o surgimento do movimento de mulheres MIGUILAN na Guiné-Bissau, para reivindicar a paz, a estabilidade, a igualdade, a equidade de gênero e a justiça social na Guiné-Bissau. A análise empírica confirma que os fatores culturais e institucionais constituem barreiras persistentes para o progresso das mulheres nos espaços decisórios. Contudo, as Miguilinas (membras de MIGUILAN) seguem com a resistência na luta pela promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres nos espaços políticos e sociais em Guiné-Bissau.

**Palavras Chaves:** Mulheres; Engajamento; Militância; MIGUILAN; Guiné-Bissau.

## ABSTRACT

The struggle for gender equality is a long-standing process. Society imposes a social gender marker, subjecting women to violence, injustice and inequality, while granting men various rights. In view of this, this study sought to analyze the dynamics of engagement and militancy in the MIGUILAN - *Mindjeris Di Guiné no Lanta* (Guinean Women Rise Up) movement in the struggle for gender recognition and equality in Guinea-Bissau. To this end, the research focused on bringing approaches to the under-representation of women in public agencies, starting from a socio-historical narrative of Guinean society. It also presented the theoretical and conceptual basis of social movements, engagement and militancy as the basis for understanding the mobilization of the MIGUILAN movement's cause. To this end, bibliographic research, documental analysis and interviews with members of the MIGUILAN movement were carried out. The data obtained indicates that the political and governmental instability generated after the 2014 legislative elections was the immediate reason that led to the emergence of the MIGUILAN women's movement in Guinea-Bissau, to demand peace, stability, equality, gender equity and social justice in Guinea-Bissau. Empirical analyses confirms that cultural and institutional factors constitute persistent barriers to women's progress in decision-making spaces. However, the Miguilina (members of MIGUILAN) continue their resistance in the struggle to promote gender equality and empower women in political and social spaces in Guinea-Bissau.

**Keywords:** Women; Engagement; Militancy; MIGUILAN; Guinea-Bissau.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa da Guiné-Bissau-----	17
<b>Figura 2</b> - Cabral no exercício da formação das mulheres guerrilheiras-----	38
<b>Figura 3</b> – Movimento MIGUILAN na manifestação de rua-----	81
<b>Figura 4</b> – Debate sobre os direitos das mulheres guineenses-----	83
<b>Figura 5</b> – Movimento MIGUILAN na atuação formativa das mulheres-----	84
<b>Figura 6</b> - Movimento MIGUILAN no exercício de empoderamento das mulheres partidárias e da sociedade civil-----	93

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Colégios Eleitorais -----	44
<b>Tabela 2</b> – Mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP) no período democrático -----	47
<b>Tabela 3</b> – Mulheres guineenses nas estruturas do poder Judiciário-----	49
<b>Tabela 4</b> – Perfis das militantes de MIGUILAN entrevistadas-----	71
<b>Tabela 5</b> - Estruturas dos órgãos das lideranças do movimento MIGUILAN-----	77
<b>Tabela 6</b> Mulheres nas listas efetivas e suplentes dos partidos políticos em 2019-----	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ANP** - Assembleia Nacional Popular

**BM** - Banco Mundial

**CRGB** - Constituição de república de Guiné Bissau

**CNE** - Comissão Nacional de Eleição

**CEDEAO** - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**EUA** - Estados Unidos da América

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FARP** - Forças Armadas Revolucionárias do Povo

**FLING** - Frente de Liberdade e Independência Nacional da Guiné

**FCG-SD** - Fórum Cívico Guineense Social-Democracia

**LGDH** - Liga Guineense de Direito Humanos

**MADDEM-G15** - Movimento de Alternância Democrática

**MIGUILAN** - Mindjeres de Guiné nô lanta

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PCD** - Partido da Convergência Democrática

**PPM** - Plataforma de Políticas das Mulheres

**PNIEG** - Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género

**PAIGC** - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

**PAE** - Programa de Ajustamento Estrutural

**PRS** - Partido da Renovação Social

**PUSD** - Partido Unido Social Democrático

**RGB-MB** - Resistência da Guiné-Bissau- Movimento Bafatá

**RENLUV** - Rede Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género e Criança

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**UDEMU** - União Democrática das Mulheres

**UM** - União para Mudança

**UNIOGBIS** - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

**UNILAB** - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro

## Sumário

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	15
1.1 Objetivos	16
1.2 Caraterização do Território da Guiné-Bissau	17
1.3 Percursos formativo/ justificativa	20
1.4 Estrutura da dissertação	22
<b>2. SITUAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA GUINÉ-BISSAU: MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E SUBREPRESENTAÇÃO POLÍTICA</b>	23
2.1 O peso dos fatores culturais e institucionais na representação das mulheres nos órgãos públicos	23
2.2 A Guiné-Bissau: Da invasão Europeia à luta anticolonial	32
2.3 Engajamento das mulheres guineenses na luta armada anticolonial e na construção de Estado da Guiné-Bissau	35
2.4 A Guiné-Bissau pós-independência: Mulheres Guineenses nos órgãos públicos	39
2.5 A luta pelo reconhecimento: Movimentos/redes e organizações das mulheres guineenses	50
<b>3. MOVIMENTOS SOCIAIS: DEBATE TEÓRICO E CONCEITUAL</b>	53
3.1 Teoria dos movimentos sociais e a construção da causa	53
3.2 A militância e a lógica de engajamento	61
3.3 Repertórios de ação coletiva e articulações nas redes sociais	66
<b>4. ITINERÁRIOS E LUTAS DO MOVIMENTO MIGUILAN PELO DIREITO DAS MULHERES EM GUINE-BISSU</b>	70
4.1 Procedimentos metodológicos	70
4.2 Perfil das entrevistadas	71

4.3 Análise e interpretação dos dados-----	73
4.4 Movimento MIGUILAN: elementos estruturantes e ideológicos -----	74
4.5 Engajamento e militância: O caso do movimento MIGUILAN na Guiné-Bissau -----	79
4.6 MIGUILAN e os seus engajamentos: Uma luta pela emancipação, pelos direitos das mulheres e equidade de gênero -----	86
4.7 Movimento MIGUILAN e a luta pela justiça social: Desafios e perspectivas -----	90
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----</b>	<b>96</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS-----</b>	<b>105</b>
<b>Anexo A -----</b>	<b>105</b>
<b>Anexo B -----</b>	<b>106</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A luta pela busca da igualdade de gênero constitui um processo de longo tempo. A sociedade impõe um marcador social de gênero, submetendo as mulheres à violência, à injustiça, e à desigualdade e assegurando, aos homens, vários direitos. Diante desse cenário, Da Silva et al (2021) sustentam que as mulheres deram início as lutas em defesa dos seus direitos, e esse processo iniciou-se com as primeiras reivindicações das mulheres para mudança de pensamento no século XIX, a luta era instigada pelo movimento das mulheres britânicas que lutavam pelos direitos civis, de educação e de voto (DA SILVA et al, 2021).

A partir dessa perspectiva, Viotti (1995) afirma que já para o século XX foi estipulada pela primeira vez na Carta da Nações Unidas a questão da igualdade entre homens e mulheres como direito básico, realizando várias ações para promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Desse modo, as Organizações das Nações Unidas (ONU) realizaram conferências mundiais sobre mulher, no ano 1975, na cidade de México, em 1980, na Copenhague capital de Dinamarca, Nairobi em 1985 e, no ano de 1995, em Pequim, ocasiões nas quais foram analisadas as situações das mulheres do mundo todo, a fim de superar os obstáculos para que possam exercer seus direitos (VIOTTI, 1995).

Nessa luta de mulheres pelos direitos sociais e políticos travada ao longo de tempo por várias organizações internacionais, movimentos sociais e feminismo, apesar de algumas conquistas com as leis, ainda as mulheres enfrentam as desigualdades sociais e políticas, e são dadas poucas oportunidades nas arenas políticas. Portanto, a sociedade guineense não foge dessa realidade regida pelas desigualdades sociais, contudo, nessa sociedade, as mulheres desempenharam papel importante na construção da sociedade, participando na luta anticolonial e na construção do Estado da Guiné-Bissau. Mesmo assim, as mulheres guineenses foram relegadas a uma posição de inferioridade e fragilidade na sociedade, sobretudo na esfera política e nas tomadas de decisões. Por isso, a questão da representatividade das mulheres nas tomadas de decisões constitui uma das preocupações que abrangem a camada feminina, sobre as quais as suas demandas, as necessidades e as opiniões são raramente colocadas nas agendas políticas.

Ainda, a Constituição de República de Guiné Bissau no Art. 25 realça e incentiva a promoção da igualdade entre homens e mulheres socialmente (CRGB, 1993). Porém, compreende-se que essa igualdade não se vê na prática da realidade social e política guineense.

E as mulheres guineenses representam 52%<sup>1</sup> de população de Guiné Bissau, como ilustra a ONU (2021) no censo de 2020, porém, são poucas nos lugares decisórios políticos.

Partindo desse pressuposto, as mulheres guineenses têm se organizado através de movimentos sociais para lutar pelos seus direitos. E, nesta sequência, em 2015, foi criado o movimento MIGUILAN em Guiné-Bissau que significa *Mindjeris Di Guiné no Lanta* (Mulheres Guineenses Levantam-se). Essas mulheres se mobilizaram para manifestar as suas insatisfações em relação instabilidade política e governativa do país. Nessa perspectiva, o movimento MIGUILAN, no ato de reivindicar a paz, a estabilidade e a participação política das mulheres, acaba assumindo um papel de destaque, com ações de sensibilização, de formação e capacitação das mulheres guineenses, com vista a contribuir para a consolidação da democracia e a promoção da igualdade e da equidade entre o homem e a mulher nas esferas de decisão.

O movimento MIGUILAN incentiva as mulheres a engajarem na luta e avançar para desafiar e romper com as barreiras que invisibilizam as mulheres guineenses nos espaços públicos. Portanto, a organização MIGUILAN serviu de espaço para que as mulheres pudessem expressar as suas ideias e visões de como a política guineense deve ser conduzida pensando nos princípios democráticos, legalidade, justiça para todos e na equidade de gênero. Quer dizer, mostrar que a esfera política não é um espaço exclusivamente para homens, mas sim, que as mulheres também podem se inserir nesse espaço junto com os homens. Partindo dessa perspectiva, a dissertação está orientada a partir das seguintes perguntas: Qual é o papel do movimento MIGUILAN na promoção de direito sociopolítico das mulheres guineenses? De que forma o movimento MIGUILAN se engaja na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero? Que tipo de repertório de ação o movimento MIGUILAN utiliza na atuação para a implementação da lei de paridade na Guiné-Bissau?

### **1.1 Objetivos**

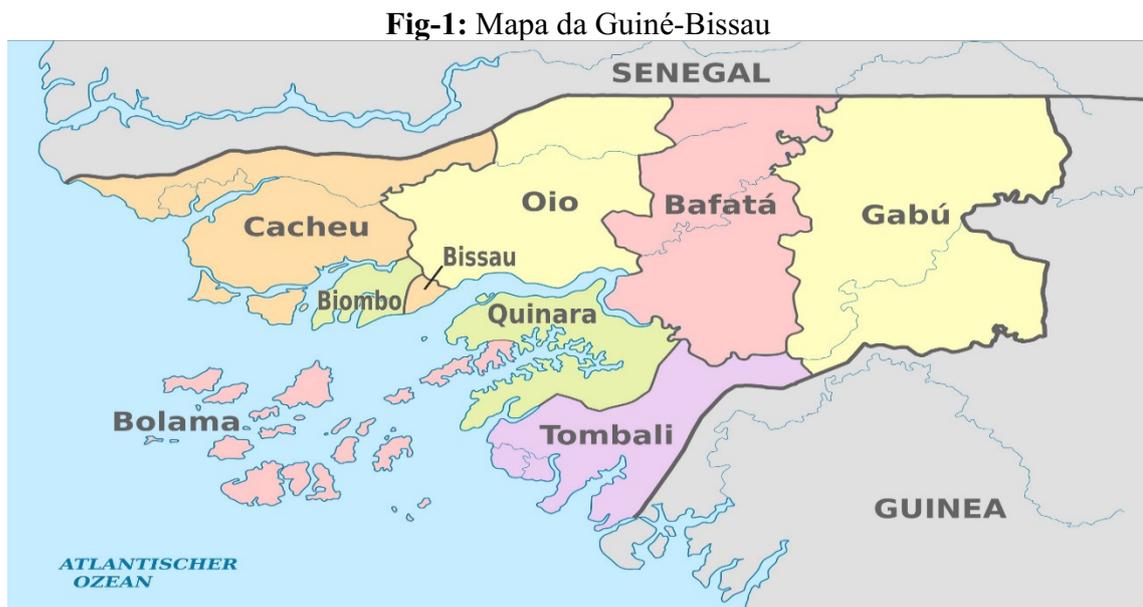
O presente estudo, de modo geral, objetiva analisar a dinâmica de engajamento e militância no movimento MIGUILAN na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero em Guiné-Bissau. Diante disso, em termos específicos, a dissertação objetiva caracterizar o papel das mulheres na construção do Estado guineense; compreender, a partir das análises teóricas, a concepção dos movimentos sociais; e mapear o engajamento e papel de MIGULAN na promoção de direito político das mulheres.

---

<sup>1</sup> <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679791>

## 1.2 Caracterização do Território da Guiné-Bissau

Antes de adentrar nos argumentos a respeito da luta das mulheres guineense por espaços de decisões políticas, por uma sociedade mais igualitária e democrática, o trabalho remete a necessidade de contextualizar o território no qual se encontra o objeto da pesquisa. Neste sentido, o mapa a seguir ilustra o território da Guiné-Bissau.



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guinea-Bissau\\_administrative\\_divisions\\_-\\_et\\_-\\_colored.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guinea-Bissau_administrative_divisions_-_et_-_colored.svg)

A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental do continente africano, estendendo-se do litoral, desde o cabo Roxo até à ponta Cagete. Tendo limites fronteiriços ao norte com Senegal, leste e sul com Guiné-Conakry e oeste com oceano atlântico, tem uma superfície total de 36.125km<sup>2</sup>, composta por zona continental e a zona insular. A zona continental abarca uma superfície de 33.500 a 34.500km<sup>2</sup>, contando com as ilhas de Jeta, Pecixe, Bissau e Bolama. E a zona insular é mais afastada, e formada pelo arquipélago dos Bijagós. Este arquipélago é composto por cinquenta e três (53) ilhas e vários ilhéus como as de Bolama, Bubaque, Galinhas, Canogo, Orangozinho, Orango, Soga, Uno, Canhabaque, Rubane, Uracane, Formosa, Égoba, Caravela, Unhocomozinho, Caraxe, Unhocomo, Meneque, Maio e Ponta. Estão separadas do continente pelos canais de Geba, Bolama e Canhabaque. A Guiné-Bissau tem clima tropical, quente e húmido, e apresenta duas variações climáticas ao longo do ano, isto é, a estação de seca e da chuva. Possui vegetação do tipo savana e floresta tropical. O país está constituído por

três províncias, das quais: norte, sul e leste, tem oito rios principais: O rio Mansoa, o rio Cacheu, o rio Tombali, o rio Cubijã, o rio Buba, o rio Geba, o rio Corubal e o rio Cacine.

Em termos administrativos, o país se divide em oito regiões: Biombo, Cacheu, Bafafá, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e Bolama Bijagós, e um sector autônimo que é Bissau. Ainda, essas regiões dividem-se em 36 sectores e várias secções, quer dizer, compostas por aldeias. Ou seja, a partir dessas regiões e sector autônimo de Bissau são eleitos representantes dos povos, os deputados da Assembleia Nacional Popular para mandato de quatro (4) anos. A Guiné-Bissau tem o total de 1.530.673 habitantes, cerca de metade da população é praticante de religião muçulmana, principalmente pertencente à crença sunita, os praticantes cristãos representam de 10 a 20% e grande parte da população professa outras religiões como as crenças tradicionais e ancestrais africanas (MANGO, 2001; BENZINHO; ROSA, 2015).

Além disso, a Guiné-Bissau apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por mais de vinte sete (27) grupos étnicos, de modo que cada um tem a sua língua materna e a sua prática cultural. E os grupos étnicos mais numerosos são fulas com (28,5%), Balantas (22,5%), Mandingas (14,7%), Papeis (9,1%), Manjaca (8,3%) da população total. Os grupos com menor percentagem são biafadas com (3,5%), Mancanhas (3,1%) Bijagós (2,15%), Felupes (1,7%), Nalus (1%) entre outros. Esses grupos étnicos têm a língua *kriol*<sup>2</sup> guineense como língua da unidade nacional, que possibilita a compreensão entre os mesmos, e é falada por cerca de 60% da população. Também, o país tem a língua portuguesa como a língua oficial, embora seja falada por poucas pessoas, que corresponderiam a 13% da população guineense (BENZINHO; ROSA, 2015).

Em termos econômicos, segundo o relatório de desenvolvimento humano referente a 2014, a Guiné-Bissau figura na 177<sup>a</sup> posição, no universo de 187 países avaliados no total, cujo rendimento per capita é menos de 1,25 dólares por dia. Diante disso, o fraco desenvolvimento do capital humano constitui um obstáculo a uma participação alargada e eficaz das populações na vida econômica e social. Todavia, o país possui agricultura como sector indutor da mão-de-obra, ocupado por cerca de 80% da população e representa 56% da economia. Também, depende economicamente da exportação da castanha de caju como o principal produto de

---

<sup>2</sup> A sociedade guineense é multiétnica e multilíngue. Portanto, a língua kriola constitui uma língua da identidade cultural e nacional, ou seja, é uma língua que não pertence a nenhum dos grupos étnicos, pois é de todos os guineenses. A língua kriola durante as guerras de libertação (1963-1973) serviu de elo entre falantes das diversas línguas étnicas. Isto é, uma identidade comum que faz a coesão da sociedade guineense. A língua Kriola apresenta uma fonologia semelhante à da língua portuguesa. E a língua portuguesa foi adotada na Guiné-Bissau como língua oficial ou da instituição após a independência. <https://1library.org/article/o-crioulo-identidade-nacional-a-guin%C3%A9-bissau-kriol.ye9jnjq>

exportação guineense. Ainda, conta com receitas da atividade da pesca, arroz, milho, feijão, batata e cana-de-açúcar (BENZINHO; ROSA, 2015; IMPANTA, 2020). Fato que, 55% da produção agrícola são realizadas pelas mulheres, e o sector primário conta com 77% das mulheres que desempenham atividades econômicas e, o sector secundário, com 23% (PNIEG, 2017).

Nessa perspectiva, demonstra-se que as mulheres são provedoras da maior parte da economia do país por meio da economia agrícola, ou seja, as mulheres são as que mais realizam o trabalho de agricultura no país. E agricultura é um dos importantes meios de subsistência das famílias guineenses. Apesar da participação intensiva das mulheres na força de trabalho, a desigualdade baseada no gênero é intensa na Guiné-Bissau em termos de salários e de condições de trabalho. As barreiras que impedem as mulheres de emancipar economicamente são persistentes, quer dizer, há discriminação contra mulheres no âmbito de ensino, formação, acesso ao crédito, o direito à propriedade, níveis salariais, e maiores responsabilidades domésticas (BATICÃ, 2015). Balde e Mendes (1995) sustentam, no relatório nacional da implementação da plataforma de ação de Beijing, que a maior parte das famílias guineenses é sustentada pelas mulheres que trabalham no sector informal, quer dizer, as mulheres que trabalham sem carteira assinada, por exemplo, vendedoras ambulantes, comerciantes dos mercados, costureiras entre outras funções. Através dessas atividades, as mulheres guineenses conseguem a autonomia ou a responsabilidade no núcleo familiar (BALDE; MENDES, 1995).

Oramas, no seu trabalho "*Amílcar Cabral: Para além do seu tempo*" (2014), ilustra que, na sociedade guineense, a integração das populações se faz através da família, dos grupos formados pela mesma idade e estatuto social. A família e o regime patriarcal possuem papel fundamental na sociedade, de modo que, a desigualdade de gênero está fortemente enraizada nas estruturas sociais e relações sociais, as mulheres são colocadas em situação de inferioridade e fragilidade. Essa realidade cria um ambiente de fraco exercício para desenvolvimento do potencial e de alcance dos direitos humanos das mulheres. Nesse contexto, a discriminação de gênero impede mulheres de gozarem das mesmas oportunidades e mesmos níveis sociais com os homens. Na perspectiva de Santos (2009), compreende-se que na Guiné-Bissau a família carrega o papel fundamental em todas as dimensões da vida social dos indivíduos, uma vez que condiciona ou estimula os seus membros a um tipo de posicionamento de acordo com as normas, regras e crenças. Ainda, na maioria dos grupos étnicos, o regime patriarcal está firme, enquanto sistema de poder que privilegia o homem. O parentesco se baseia no laço paternal, a

família paterna<sup>3</sup>. E a mulher nesse contexto possui poder limitado de decisão (SANTOS, 2009). No domínio da educação, verifica-se a alta taxa de analfabetismo, dos que não sabem ler e escrever, sendo as mulheres as mais penalizadas, uma vez que têm enfrentado o desafio de falta de oportunidades de acesso à escola, que é provocado por falta de disponibilidade de infraestruturas, meios econômicos e, por questão sociocultural, como casamento precoce e a responsabilidade de cuidar de casa. Nesta ótica, as mulheres guineenses apresentam uma taxa de analfabetismo de 63,15% e os homens 34,8% (BALDE; MENDES, 1995).

### **1.3 Percurso formativo/ justificativa**

A ideia da construção dessa dissertação surgiu, precisamente, na base da reflexão a respeito da composição, a dinâmica da organização social e relações sociais. Ou seja, advém na perspectiva de constatar que, na sociedade guineense, a desigualdade de gênero está fortemente enraizada nas estruturas sociais. E isso tem impulsionado o não reconhecimento das mulheres pelos seus papéis desempenhados na construção do Estado Guineense. E como forma de entender as contribuições das mulheres guineenses na construção, fiz um trabalho acadêmico de licenciatura em Ciências Sociais na UNILAB sobre a participação política das mulheres na luta armada para a libertação da Guiné-Bissau. Esse trabalho trouxe abordagens que indicam que, mesmo depois da independência, as mulheres guineenses não têm recebido os seus devidos reconhecimentos e os seus direitos sociopolíticos. Portanto, esses fatos me impulsionaram a pesquisar, problematizar e entender, por meio de engajamento e militância de MIGUILAN, a luta que as mulheres guineenses têm levado a respeito das desigualdades sociais na Guiné-Bissau.

Por outro lado, a pretensão de pesquisar sobre a dinâmica de engajamento e militância dessas mulheres aumentou ainda mais quando eu estava a cursar uma disciplina eletiva, Eleições, voto e representação, no meu segundo semestre do mestrado em sociologia, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a professora Cíntia Souza. Nessa disciplina foram abordadas as questões de gênero, a lei de cota implementada nos diferentes parlamentos ao redor do mundo, como a forma de impulsionar a igualdade entre os homens e as mulheres nas esferas de decisões. Essas leituras me estimularam ainda mais a querer estudar

---

<sup>3</sup> Exceto a sociedade dos Bijagos na qual as mulheres exercem funções de poder, uma vez que, a organização social e relação sociais desse povo se baseia no sistema matrilinear. O parentesco se constitui pelo laço materno. Na cosmologia dos bijagós o primeiro ser que existiu nessa sociedade é mulher (MELO SILVA, 2000 P. 68).

e entender como foi a dinâmica das mulheres do movimento MIGUILAN na implementação da lei de cota na Guiné-Bissau e os seus engajamentos e militâncias na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero na sociedade guineense.

Com essa intenção, comecei a pesquisar as informações sobre o movimento MIGUILAN na sua página de *Facebook*. Também, procurei e enviei as mensagens, através das redes sociais, para alguns militantes do movimento. Nesta ótica, enviei a mensagem a ex-coordenadora do movimento MIGUILAN, a Nelvina Barreto, explicando o propósito da minha mensagem e da pesquisa, mas não a visualizou. Por isso, nas semanas seguintes, repeti enviar a mensagem a ela até o dia em que me respondeu. E gostou de ter sido escolhida para fazer parte da colaboração desta pesquisa, e demonstrou a abertura e disponibilidade de dar a sua contribuição na medida do possível. Para manter o contato e facilitar a nossa comunicação, pedi-lhe o seu WhatsApp. Além disso, passou-me o contato da Adama Balde, a técnica da MIGUILAN para poder me ajudar com alguns documentos da organização. Portanto, assim estabeleci o contato com a entrevistada Adama e lhe expliquei sobre a proposta de pesquisa e da pretensão de que fosse minha colaboradora para a sua materialização. Em seguida, realizei a entrevista com a Adama, numa videochamada no Whatsapp, no dia 04 de janeiro de 2024. Realizei a entrevista com a Nelvina Barreto no dia 26 de janeiro do mesmo ano. Nessas entrevistas, consegui o contato da atual coordenadora do movimento MIGUILAN, Isabel Almeida. Em seguida, enviei os questionários a Isabel na língua portuguesa no seu WhatsApp no dia 21 de janeiro 2024, respondeu os questionários por escrita no dia 11 de março do mesmo ano.

Na verdade, foi muito difícil conseguir manter o contato online com as entrevistadas estando aqui no Brasil e elas na Guiné-Bissau. No início bateu um desespero e angústia que me levou a desenvolver a ansiedade através do medo de não conseguir realizar o trabalho. Pensava em desistir de fazer essa pesquisa, porque o tempo não esperava. Mas em todo o caso surgiu uma força e uma voz dentro de me que dizia: não desista, persista, vais conseguir e as membras de MIGUILAN vão te responder. Foi assim que segui até conseguir realizar as entrevistas com elas. E, assim, prossegui com as análises dos dados coletados e a sistematização das informações no trabalho.

#### **1.4 Estruturação do trabalho**

O trabalho está organizado em cinco momentos, dentre eles, a presente introdução e as considerações finais. No segundo capítulo, procuramos trazer uma discussão sobre o peso dos fatores culturais e institucionais na sub-representação das mulheres nos órgãos públicos. Em seguida trata-se da situação histórica da Guiné-Bissau, a invasão Europeia e a luta anticolonial levada a cabo pelo PAIGC, o engajamento das mulheres guineenses no processo da luta anticolonial para a libertação e construção do Estado da Guiné-Bissau. No mesmo capítulo, a dissertação buscou discutir sobre a participação das mulheres guineenses nos órgãos públicos após a independência. Ainda, abordou sobre os movimentos e organizações de mulheres guineenses que surgiram no contexto democrático.

Em relação ao terceiro capítulo, o trabalho trouxe o debate teórico e conceitual sobre os movimentos sociais e a construção da causa. Em ainda aborda sobre a lógica do engajamento e militância, os repertórios de ações coletivas e redes de articulações dos movimentos sociais. Esse capítulo de embasamento teórico e conceitual foi muito importante para a compreensão da nossa análise empírica, a forma de mobilização do movimento aqui estudado e as suas reivindicações. De modo geral, essas teorias serviram de base para entender a dinâmica de engajamento e militância no movimento MIGUILAN.

Já no quarto capítulo, a dissertação apresentou uma discussão empírica sobre o movimento MIGUILAN, as suas ideologias, os seus engajamentos e suas militâncias na luta pela emancipação, direitos das mulheres e equidade de gênero. A partir das entrevistas concluiu-se que os fatores culturais e institucionais constituem aportes que dificultam a luta das mulheres de MIGUIALN, uma vez que os desafios persistem e as mulheres continuam sub-representadas. Por fim, temos as considerações finais e as referências bibliográficas usadas ao longo do trabalho.

## **2. SITUAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA GUINÉ-BISSAU: MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE ESTADO NACIONAL E SUBREPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Esse capítulo aborda sobre o peso dos fatores culturais e institucionais na representação das mulheres nos órgãos públicos. Em seguida destaca-se sobre o contexto sócio-histórico da formação do Estado guineense e, por conseguinte, traz uma narrativa histórica sobre a participação das mulheres durante a luta de libertação nacional, a forma como contribuíram para construção do Estado da Guiné-Bissau. Ainda, apresenta a situação na qual as mulheres guineenses se encontram na esfera pública após a independência, principalmente depois da transição democrática. Por fim, expõe sobre os movimento/redes e organização das mulheres guineense no contexto democrático. Para debate sobre fatores culturais e institucionais, aborda-se textos de Santos e Espírito Santo (2017); Barros e Mango (2019); Gallagher (2008); Nicolau (2004 e 2012); Ayres (2018); e Paxton (2015). E sobre a luta anticolonial, debruça-se com autores como Lopes (1982 e 1987); Cabral (1977); Mango (2001); Oramas (2014). Em seguida, no que se refere ao debate sobre a participação das mulheres guineenses na luta armada para libertação nacional, discute-se com visões de Cabral (1945, 1971 e 1976); Gomes (2015); e Laranjeira (2021). Para a debate sobre a participação das mulheres na esfera pública após a independência, debate-se com Gomes (2015, 2016 e 2021); Assunção (2018); Cardoso (1995); e Barros e Semedo (2012). Por fim, sobre movimentos/redes e organizações das mulheres guineenses, destaca-se textos de Nhaga (2018); Gomes e Monteiro (2020); Gomes (2016).

### **2.1 O peso dos fatores culturais e institucionais na representação das mulheres nos órgãos públicos**

A sub-representação das mulheres nos espaços públicos deve-se a construção social e estruturas institucionais que constroem as barreiras para o progresso das mulheres nas esferas políticas. Fato que, as crenças culturais em relação a igualdade de gênero condicionam as mulheres a uma fraca participação nos órgãos decisórios. Também, os fatores institucionais como no caso dos tipos de partidos políticos, as suas ideologias no recrutamento das mulheres, de sistema político, de sistema eleitoral e de regras eleitorais são aportes para compreender as condições das mulheres nas esferas públicas (SANTOS; SANTO, 2017).

Segundo Assunção (2018), as crenças culturais fundamentadas no patriarcado tiram da mulher a liberdade de exercer o direito humano, condicionam a sua participação na sociedade. Diante disso, as mulheres confrontam com as situações que lhes impedem de gozar dos seus direitos, uma vez que o patriarcado, enquanto sistema de poder que privilegia o homem, cria obstáculos para as mulheres quer a nível pessoal, assim como a nível familiar. No contexto da Guiné-Bissau, as práticas tradicionais estão firmes em vários grupos sociais e as mulheres nesses contextos não possuem as mesmas possibilidades ou oportunidades como os homens. Nesta instância, as mulheres devido a situação de inferioridade são condicionadas para trabalhos domésticos diários com maiores horas de trabalho, e esse trabalho penaliza a mulher com uma proporção grande de tempo que poderia servir de momento para que a mesma pudesse participar na política e concorrer igualmente com os homens (ASSUNÇÃO, 2018).

Fato que, a sociedade guineense está fortemente regida pelas questões culturais e crenças tradicionais. A Guiné-Bissau<sup>4</sup> está composta na sua maioria pela população muçulmana praticante de religião islâmica com 50%, cristianismos com 20% e os animismos com 30%. A participação das mulheres na sociedade guineense está condicionada com base nas práticas tradicionais ou crenças culturais. Ferreira no seu texto sobre "*A cultura feminina na religião muçulmana*" (2022) sustenta que na crença dos povos muçulmanos, o papel da mulher é limitado e definido primeiramente pela maternidade. A mulher existe para satisfazer o homem e ser submissa. Nessa perspectiva, o homem detém o poder público e a mulher o poder privado, a função da dona de casa, de cuidar dos filhos e a escola não é para a mulher. As mulheres são inferiorizadas e vítimas do poder dos homens. Na interpretação do texto sagrado, o islão, percebe-se que o homem tem a permissão de impor as regras sobre a mulher, que a mulher deve a obediência ao marido (FERREIRA, 2022). Por outro lado, na crença do cristianismo<sup>5</sup>, as mulheres estão na mesma situação de inferioridade, com papel muito limitado, sua influência está restrita ao âmbito doméstico e a função materna. Isso demonstra claramente que as práticas culturais ou crenças tradicionais proporcionam as mulheres o ensinamento de serem submissas aos homens e tiram delas a liberdade de gozar dos mesmos direitos com os homens. Já na crença tradicional dos animistas, Barros e Semedo (2013) realçam que as mulheres têm uma participação mais ativa nos cultos dos ancestrais, uma vez que gozam de prestígios nas cerimônias religiosas. Ali a mulher desempenha o papel de sacerdotisa assim como o homem na comunicação com os ancestrais (BARROS; SEMEDO, 2013).

---

<sup>4</sup> <https://setemargens.com/ao-encontro-do-islao-na-guine-bissau/>

<sup>5</sup> <https://formacao.cancaonova.com/diversos/o-extraordinario-papel-da-mulher-no-cristianismo/>

Ademais, Assunção (2018) argumenta que as questões culturais penalizam as mulheres no que diz respeito a falta de formação, uma vez que as meninas não são dadas as mesmas possibilidades com os meninos de irem à escola ou a educação-escolar não é uma prioridade para as meninas, por isso, na Guiné-Bissau as mulheres apresentam a maior taxa de analfabetismo. As práticas culturais preparam as mulheres para o casamento e não para a educação escolar, ou seja, o destino das mulheres em muitos grupos sociais é o casamento e não a realização da carreira. Uma vez que as meninas são ensinadas a cuidar da casa ou preparadas para cuidar do marido e filhos, com a justificativa de que, para serem uma boa esposa e mãe, é necessário ter artes caseiras como dons. E os meninos são preparados para serem líderes ou chefes da família e, conseqüentemente, para exercerem carreiras nos espaços públicos. Desse modo, entende-se que a tradição impõe as mulheres o papel de submissão ao homem. Todos esses fatores culturais desfavorecem a participação das mulheres nas esferas públicas (ASSUNÇÃO, 2018). Neste itinerário, Barros e Mango (2019) sustentam que no contexto da Guiné-Bissau, a exclusão histórica, cultural e tradicional das mulheres tem contribuído hoje em dia nas suas baixas representatividades no campo político, contando apenas 10,7% no parlamento, 16,46% no judiciário e 18,7% no governo, e isso demonstra que persistem obstáculos estruturais que foram instalados ao longo do processo eleitoral que as impedem de participar. E o papel da mulher é associado ao espaço privado (BARROS; MANGO, 2019).

Por outro lado, os partidos políticos, as suas ideologias, as formas de recrutamentos e de financiamento das campanhas podem constituir uma alavanca para compreender a sub-representação das mulheres, quer dizer, as suas normas eleitorais para eleger os representantes. Nesta instância, Ayres (2018) fez uma análise sobre os partidos políticos no contexto do Brasil, sobre a qual ressalta que os partidos políticos possuem papéis fundamentais no elegimento das mulheres nas eleições legislativas. Mas, sustenta que os partidos políticos com hierarquias, sem ideologia que visa promover a igualdade e sem flexibilidade na questão da equidade de gênero apresentam grandes obstáculos as mulheres no que diz respeito as suas participações políticas. Diante disso, destaca que os processos estabelecidos por elites partidárias nas seleções das candidaturas nem sempre são claras. Portanto, as barreias instaladas nas estruturas internas dos partidos geram entraves nos recrutamentos das candidaturas femininas (AYRES, 2018).

Os processos de recrutamentos políticos constituem uma das principais funções dos partidos políticos, fato que, a maior presença das mulheres nas estruturas internas dos partidos e nas direções partidárias pode gerar influências na seleção das candidaturas femininas aos cargos eletivos. Nesta senda, Souza (2010) destaca dois conceitos de recrutamentos: o

recrutamento de candidaturas e o recrutamento político. O primeiro consiste no método que os partidos políticos usam para selecionar os candidatos para cargos eletivos entre seus participantes, e o recrutamento político constitui o processo conduzido pela organização partidária, que leva os cidadãos a afiliar nos espaços de poder. (SOUZA, 2010 *apud* AYRES, 2018).

Nesta perspectiva, Ayres (2018) realça que, por meio desses processos de recrutamentos, as organizações partidárias realizam as intermediações entre cidadãos e as esferas políticas. Desse modo, sem números maiores de mulheres nas estruturas dos partidos, não seria possível para as mulheres alcançarem espaços de disputas eleitorais, uma vez que os partidos são instituições democráticas capazes de reproduzir desigualdade entre homens e mulheres nas esferas políticas (AYRES, 2018).

No caso da Guiné-Bissau muitas mulheres são militantes dos partidos políticos, mas são poucas nos lugares de lideranças políticas. Quer dizer, as mulheres são recrutadas em pouca quantidade para estruturas dos partidos políticos uma vez que não são incluídas ou encorajadas a integrarem as estruturas partidárias. Temos o exemplo concreto dos dois grandes partidos políticos da Guiné-Bissau, ou seja, são considerados os maiores na história do país (PAIGC e PRS). Os principais órgãos de direções do PAIGC, entre 2018 a 2019, apresentavam 27% de mulheres e 73% de homens no Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização (CNJF) e, no Comitê Central, as mulheres representavam 26% dos membros e, os homens, 74%. Já nos órgãos de direções de PRS (2017-2019), as mulheres representavam 18% e os homens 82%, no Conselho Nacional, e, na Comissão Política Nacional, as mulheres representavam 20% e os homens 80% e, finalmente, na Comissão Executiva Nacional, as mulheres representavam 15% e os homens 85% (MENDES, 2019). Nas campanhas eleitorais dos partidos políticos, observa-se o engajamento ativo das mulheres, todavia, esse engajamento se limita aos papéis de auxiliares e raramente participam nas tomadas de decisões (FALA DE MINDJER, 2018). Por outro lado, Barros e Semedo (2012) afirmam que na Guiné-Bissau, nos processos eleitorais, as mulheres são recrutadas em pouca quantidade para dirigir as mesas de votos, e a Comissão Nacional da Eleição (CNE) guineense nunca foi dirigida por uma mulher. Esse fato demonstra claramente que as mulheres são afastadas dos lugares onde o poder é exercido, são dispensadas dos lugares de tomadas de decisão e relegadas para o segundo plano (BARROS; SEMEDO, 2012).

A questão de financiamento partidário constitui um dos desafios que as mulheres enfrentam na disputa dos cargos, quer dizer, a falta de recursos partidários que as candidatas

mulheres enfrentam no sustento das suas campanhas políticas/eleitorais lhes impede de concorrerem igualmente com os homens (FERNANDES, 2018). Isso demonstra claramente que o apoio financeiro pode ajudar as mulheres a superar as barreiras que impeçam a viabilidade das suas candidaturas. Portanto, o financiamento, muitas das vezes, implica no sucesso eleitoral (KROOK; NORRIS, 2014). Do mesmo modo, as mulheres guineenses enfrentam desafios na disputa dos cargos eletivos por falta dos recursos materiais e financeiros, embora não tenhamos dados que descrevem exatamente o volume de recursos que as candidatas femininas guineenses receberam na campanha eleitoral. De todo modo, em alguns países ao redor do mundo, as mulheres passam pela mesma dificuldade financeira nas campanhas políticas, como no caso do Brasil. No Brasil<sup>6</sup>, observa-se a desigualdade no investimento das campanhas eleitorais entre homens e mulheres: embora representem algo em torno de 30% das candidaturas, as mulheres têm conseguido ter acesso a no máximo 15% dos recursos do fundo partidário-eleitoral. Diante disso, Gomes (2016) sublinha que as mulheres guineenses não estão bem-posicionadas financeiramente, de modo que a falta de recursos para sustentar a candidatura durante as campanhas eleitorais lhes impede de engajar e competir igualmente com os homens na política, com vista a obter cargos de tomadas de decisões (GOMES,2016).

Diante disso, Barros e Semedo (2012) ressaltam que no processo eleitoral, os partidos políticos na Guiné-Bissau estruturam os modelos de funcionamento que estabelecem as barreiras nos processos de recrutamentos de candidaturas das mulheres, com intuito de prevalecer um único líder forte, geralmente o homem. Portanto, deixam pouca oportunidade para as mulheres entrarem no processo político. Em todo o caso, para os partidos que requerem os princípios democráticos (a igualdade política e a liberdade social), procuram colocar nos seus procedimentos de nomeação de forma transparente a possibilidade para que as mulheres se candidatem, quer dizer garantir a representação das mulheres no seio partidário (BARROS; SEMEDO 2012). Nesta perspectiva, os modelos que os partidos políticos da Guiné-Bissau adotaram para criar obstáculos a participação políticas das mulheres violam a regulamentação da lei n 2/1991<sup>7</sup> sobre os princípios dos partidos políticos. Uma vez que, a lei n 2/1991 estabelece nos princípios internos do partido a proibição de qualquer tipo de discriminação baseada na raça, religião ou gênero, e consagra as eleições democráticas dos órgãos do partido.

---

<sup>6</sup> <https://www.politize.com.br/cotas-de-genero-em-eleicoes/>

<sup>7</sup> A lei quadro de 1991 foi criada pelo Assembleia Nacional Popular (ANP) com objetivo de orientar as atividades dos partidos políticos no novo contexto do multipartidarismo democrático, a lei está ligada a constituição da República.

Ainda, segundo Uniogbis (2018), a lei dos partidos afirma a necessidade de os partidos políticos promoverem o acesso equitativo das mulheres e homens nas funções políticas, para que todos os partidos políticos procurem garantir, nos seus estatutos, a participação ativa das mulheres em todas as suas atividades. Quer dizer, para que as mulheres possam ter acesso aos órgãos de direção dos partidos e de apresentar as suas candidaturas nas eleições. Além disso, a mesma lei impõe aos partidos políticos a obrigação de apresentar uma cota de 30% das mulheres nas listas para eleições legislativas e autárquicas. Contudo, a lei 2/1991 sobre partidos políticos foi pouco aplicada e sem muita influência nas instâncias dos atores na conquista do poder (UNIOGBIS, 2018). A Guiné-Bissau adotou o regime democrático através de pressão interna e externa, de modo que, para superação da crise econômica da década 80, o país foi condicionado a aderir a democracia. Adotando as leis para favorecer a elaboração das políticas e práticas que permitisse a participação do povo nas tomadas das decisões públicas e, assim, fortalecer o regime democrático. Também, foram implementadas diversas leis que buscam gerar a igualdade social e na participação sociopolítica, como o caso das leis de cotas que são influenciadas ou transferidas pela comunidade internacional. De acordo com Oliveira (2018), a transferência de política pública, às vezes, é percebida como imposição, como coerção, para aqueles que estão a receber essa política e pode levar a resistência a transferência (OLIVEIRA, 2018).

Krook e Norris (2014), ao examinarem as estratégias usadas além das cotas de gênero a nível global, ilustram que os partidos políticos estão fortemente envolvidos nas táticas estabelecidas nos estatutos das cotas de gênero, ou seja, os partidos políticos têm papel central na seleção de candidatas. Fato que com a medida de cota, muitos partidos socialistas e social-democráticos reformularam seus estatutos e procedimentos de nomeação para poder estabelecer as cotas de gênero. Isso reforça a ideia de que os partidos políticos têm o potencial enorme para facilitar a representação política das mulheres, para que as mesmas se tornem candidatas partidárias e eleitas (KROOK; NORRIS, 2014).

Por outro lado, o sistema eleitoral compõe outro fator institucional que pode gerar o impacto nas eleições legislativas para as mulheres. Uma vez que, constitui alavanca da representação política, sobre qual os atores políticos escolhem um determinado sistema eleitoral para poderem determinar os seus comportamentos. Nesta ótica, os sistemas eleitorais constituem os mecanismos sobre quais os votos são convertidos em mandatos, ou seja, possuem forte influências na representação política. Nessa perspectiva, Gallagher (2008) traz no seu

texto uma análise sobre origem e impacto dos sistemas eleitorais em vinte dois países<sup>8</sup>. Conclui que os atores políticos escolhem um tipo de sistema eleitoral de acordo com a sua percepção ou seu próprio interesse, o interesse partidário, alguma noção vagamente mantida de um “interesse nacional” apartidário e a consideração alternativa (GALLAGHER, 2008). Na visão de Nicolau (2004), vê-se que há diferentes tipos de sistemas eleitorais que foram adotados pelos países com regime democrático, entre os quais: sistema majoritário, de representação proporcional e sistema misto. Diante disso, o sistema de representação proporcional baseia-se nos distritos (conhecidos como círculos na Guiné Bissau) eleitorais e listas partidárias, as cadeiras parlamentares são ocupadas por partidos de acordo com proporção de votos obtidos, ou seja, os votos são convertidos em mandatos. Desse modo, o sistema de representação proporcional pode ser de listas fechadas ou abertas. A Guiné-Bissau tem o sistema de representação proporcional de listas fechadas, em que os votos são convertidos em mandatos no parlamento e os partidos são responsáveis pelas composições das listas dos deputados a serem eleitos.

No sistema de lista fechada, os partidos políticos são responsáveis por ordenar os candidatos alguns partidos usam a lista fechada como mecanismo para garantir a representação de certos grupos étnicos e de mulheres, ou seja, tendem a promover mais a diversidade. Nessa senda, no sistema de lista fechada, há probabilidade de aumento da representação das mulheres, dado que, nesse sistema os partidos têm a possibilidade de determinar a composição parlamentar. Também, nesse sistema é permitido alternância de gênero no momento da organização da lista dos candidatos e aceita a introdução das cotas para mulheres. Portanto, no sistema proporcional, as mulheres podem conseguir mais representação e ali há maior dispersão partidária no legislativo (GALLAGHER, 2008; NICOLAU, 2012). Assim, consideram-se que a ideia de o sistema de lista fechada é mais favorável as mulheres, mas, para que isso se materialize, depende-se precisamente da cultura política, ou seja, de interesses dos atores políticos em querer gerar ambiente político da equidade e de representação parlamentar baseando na diversidade (GALLAGHER, 2008).

Partindo dessa perspectiva, percebe-se que no sistema de representação proporcional de lista fechada, as mulheres têm mais oportunidades de serem eleitas. A Guiné-Bissau tem sistema de representação proporcional de lista fechada para garantir alternância de gênero na composição das listas eleitorais, contudo, as situações das mulheres não são favoráveis no sistema político. De acordo com o relatório Fala de *Mindjer* (2018), os critérios usados para a

---

<sup>8</sup> Austrália, Canada, França, Índia, Reino Unido, EUA, Alemanha, Hungria, Itália, Japão, Nova Zelândia, Rússia, Israel, África do Sul, Espanha, Australia, Bélgica, Chile, Dinamarca, Finlândia, Holanda e Irlanda.

composição das listas não tomam em consideração o componente do equilíbrio de gênero, todavia, são levados em conta outros critérios como do poder econômico, e nesse aspecto os homens são privilegiados (FALA DI MINDJER, 2018).

Por outro lado, as cotas de gênero eleitorais e punição efetiva, em caso de seu descumprimento, constituem outro mecanismo institucional ou regra eleitoral importante para aumentar a representação feminina nos órgãos políticos. Dado que a inclusão das mulheres na política foi percebida historicamente ao longo de tempo como problemática, em 1980, na Segunda Conferência Mundial das Nações das Unidas sobre as Mulheres, sugeriram preocupações sobre a sub-representação das mulheres nos órgãos políticos. Diante disso, na década de 1990, a questão de cotas de gênero entrou no cenário político, uma vez que começou a ser enfatizada nos discursos internacionais (PAXTON, 2015).

Nessa preocupação para superação da desigualdade entre homens e mulheres em diferentes esferas da vida social, vê-se que na apresentação da declaração de *Beijing*<sup>9</sup>, que tem a finalidade da conscientizar sobre a discriminação e inferiorização das mulheres, as Nações Unidas realizou a IV conferência mundial sobre a mulher em Pequim, no mês de setembro de 1995. Nessa conferência, foram destacados assuntos sobre "Ação para Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz", a fim de superar os obstáculos para que as mulheres possam exercer plenamente os seus direitos. Conforme Viotti (1995):

nessa conferência foram debatidos os assuntos referentes às dozes (12) áreas de preocupação prioritária ou objetivos a serem atingidos. Quer dizer, constitui uma guia para orientar os governos e sociedade na formulação de políticas para promoção da igualdade de gênero: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidades de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (VIOTTI, 1995 p. 148-149).

Nessa trilha, Fernandes no seu texto sobre "*A efetividade da cota de gênero nas eleições para vereador(a) no Brasil*" (2018) ressalta que nessa conferência várias medidas foram tomadas por atores internacionais, com a pauta que visa a adoção de medidas afirmativas para uma maior

---

<sup>9</sup> Nesta senda da luta pela promoção do direito das mulheres, a Plataforma de Ação de Pequim aborda sobre três questões fundamentais: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade (VIOTTI, 1995).

representação feminina na política. Desse modo, foram implementados limites necessários de cotas de gênero em diversos parlamentos ao redor do mundo (FERNANDES, 2018). Essas medidas afirmativas foram adotadas para assegurar que as mulheres gozem de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, desenvolver no máximo os seus potenciais e assegurar a sua participação plena e igual nos processos decisórios e no acesso ao poder. Nessa conferência, foram reconhecidos os anseios das mulheres de todas as partes do mundo, considerando a diversidade de seus papéis e condições de vida. Com essa ação, abriram novos caminhos para avanço e o empoderamento das mulheres ao redor do mundo (VIOTTI, 1995). Paxton, no seu texto sobre *"a eficácia crescente das cotas nacionais de gênero"* (2015), sublinha que as cotas de gênero constituem leis ou regras partidárias que implicam que as listas de candidatos para os parlamentos e governos sejam compostas por certas percentagens de mulheres (PAXTON, 2015). Quer dizer, as cotas procuram garantir as mulheres uma participação nas listas eleitorais, a partir da quantidade em porcentagem ou em números de lugares elegíveis, assegurando que as mulheres não sejam apenas símbolos na política (SANTOS; AMÂNCIO, 2010).

Ainda, Paxton (2015) avisa que há distinção de modelos de cotas nacionais adotados, dos quais há adoção de cota de reserva que pressupõe um sistema de cota que exige a reserva de uma certa porcentagem de assentos no parlamento legislativo para as mulheres. Além disso, há cota de candidaturas que exige que todos os partidos políticos apresentem uma certa porcentagem de candidatas. Quer dizer, a cota que remete parcela maior de candidatas ou assentos femininos gera níveis mais altos de legislatura de mulheres. Partindo desse pressuposto, as cotas que reservam assentos para as mulheres são mais eficazes para o aumento de números das mulheres do que as de candidatos que atingem apenas conjunto de candidatos. Fato que, as cotas com cadeiras reservadas na legislatura para mulheres são exclusivamente disputadas pelas mulheres (PAXTON, 2015).

Além disso, acrescenta que as cotas de candidatos são aplicadas com a ideia de os partidos incorporarem as mulheres no poder, todavia, as cotas de candidaturas enfrentam, muitas das vezes, batalhas difíceis durante a sua aplicação, uma vez que alguns partidos não levam a cabo as demandas estabelecidas e violam o espírito das cotas. Nesta senda, as cotas de candidatos com certas regras para impedir o descumprimento das cotas, são mais eficazes em aumentar representação das mulheres do que sem tais regras (PAXTON, 2015).

A Guiné-Bissau apresenta uma cota de candidatura com sanções por descumprimento, ou seja, no boletim oficial da lei de paridade no seu art. 04 aplica que na composição das listas os partidos políticos têm que incluir candidatos de cada gênero para respeitar a lei de paridade

36%. Em caso de uma lista apresentada não observar o disposto presente na lei, Comissão Nacional de Eleição (CNE) encarrega de emitir a notificação para a correção da lista no prazo de quarenta e oito horas. A não correção da lista implica na redução 50% de subvenções públicas para a campanha eleitoral caso houver e com a perda de todas as isenções fiscais (BOLETIM OFICIAL, 2018). Em suma, essa medida foi dotada com vista a garantir o progresso das mulheres na esfera pública ou corrigir a desigualdades entre homens e mulheres que foram geradas por vários fatores que criam limitações, barreiras e têm impedido as mulheres de avançar, de ter os seus direitos e liberdade de acesso ao poder nos órgãos públicos.

Enfim, de acordo com as literaturas acima mobilizadas, compreende-se que os fatores culturais e institucionais constituem elementos que têm contribuído em dar continuidade a sub-representação das mulheres nos órgãos públicos. As crenças culturais embasadas no patriarcalo impedem a mulher de exercer o seu potencial ou tira da mulher o direito de ter uma participação ativa na sociedade e, conseqüentemente, na esfera pública. Além disso, os fatores institucionais constituem aportes para compreender a representação das mulheres, fato que, isso depende precisamente da cultura política. Em todo o caso, verifica-se que em muitas sociedades como no caso da Guiné-Bissau, os fatores institucionais constroem as barreiras para o progresso das mulheres nas esferas políticas.

## **2.2 A Guiné-Bissau: Da invasão Europeia à luta anticolonial**

A Guiné-Bissau, antes da chegada dos portugueses, já era habitada por diferentes grupos sociais (etnias) cujos costumes sociais eram diversos. Fato que, algumas partes do atual território da Guiné-Bissau pertenciam ao Reino de Kaabu, que é atualmente a região de Gabu, essa fazia parte de império de Mali. A desintegração dessa região do império de Mali se deu no século XVI. Portanto, a maior parte dos territórios do país era e é ocupada por grupos étnicos acima citados, e viviam na base das suas realidades culturais, com as suas demarcações das terras e com meios da subsistência na caça, na pesca e na agricultura (LOPES, 1982).

Porém, com o passar dos tempos, os territórios desses povos, que hoje compõem a Guiné-Bissau, foram invadidos pelos colonialistas portugueses. Neste sentido, segundo Lopes no seu texto "*A transição histórica na Guiné-Bissau*" (1987), no qual fez uma análise sobre a realidade da Guiné-Bissau, os portugueses chegaram ao atual território da Guiné-Bissau no ano 1446, por volta dos finais do século XV, marcado com a estreia do navegador Nuno Tristão pelos rios da Guiné-Bissau. Inicialmente, os portugueses começaram o contato com os nativos

guineenses através de comércio dos produtos, depois dos portugueses estarem fortemente enraizados na sociedade, reformularam os seus interesses, e assim iniciaram com os alargamentos do modo de produção capitalista. Fato que suscitou, por volta de século XIX, a introdução sistemática de novas formas de exploração (o tráfico de escravo) no território da Guiné-Bissau, através das estruturas sociais ocupadas pelos colonizadores nessa época (LOPES, 1987).

Com o passar do tempo, os colonialistas acabaram por institucionalizar as suas ideologias nas estruturas administrativas no atual território da Guiné-Bissau. Desse modo, Mango (2001) sustenta que o primeiro passo para o processo de ocupação com a política desumana do império colonial português começou com Honório P. Barreto com a população da área do Cacheu por volta dos anos de 1834-1837. Quer dizer, a partir desse momento os portugueses começaram a utilizar métodos violentos contra os nativos guineenses (trabalhos forçados, incêndio de aldeias, pressão fiscal e opressão religiosa) (MANGO, 2001).

Nesta perspectiva, Oramas (2014) descreve que quando o território da Guiné-Bissau estava sob domínio dos portugueses, conhecido como Guiné-portuguesa, sob direção do Estado Português, a sociedade era regida pelo estatuto do *Indigenato* entre os anos de (1926-1963) que estabelece a discriminação racial, o estatuto da Guiné-Portuguesa estipulava no seu artigo 2.º que todos os indivíduos de raça negra que não possuíam algumas características idênticas a dos portugueses não poderiam gozar dos direitos de cidadãos. Portanto, indivíduo considerado indígena não possuía direitos políticos, ainda, o mesmo estatuto estabelecia que para que um indígena saísse da condição de indígena e passasse à de cidadão, era necessário que o mesmo tivesse um bom conhecimento da língua portuguesa (ORAMAS, 2014).

Nessa instância, o regime colonial português não só impôs séries de práticas desumanas e discriminatórias ao longo da época colonial, como também contribuiu fortemente na construção e no fortalecimento da ideologia patriarcal na sociedade guineense. Diante disso, as mulheres guineenses foram submetidas à dupla opressão, uma vez que sofriam a opressão por parte dos portugueses e, ao mesmo tempo, por parte dos homens guineenses. As mulheres no seio de alguns grupos sociais (Fulas, Mandingas, Mancanha, entre outros) são tidas como a propriedade do seu marido, e assim viram os seus direitos sociais limitados. À título de exemplo, as mulheres dos grupos sociais Fulas participam na produção agrícola, mas sem possuir os seus frutos. Quer dizer, a sociedade guineense já era regida pelo regime patriarcal, e a chegada dos colonizadores reforçou ainda mais essa ideologia patriarcal que inferioriza as mulheres. A partir dessa influência, opressão, discriminação e demais desumanização, o povo

guineense, de modo geral, fora submetido pela autoridade colonial ocasionando revoltas individuais e coletivas, a fim de demonstrar o descontentamento e repudiar os atos bárbaros coloniais (ORAMAS, 2014; CABRAL, 1977).

Após vários contatos clandestinos, funda-se em 19 de setembro de 1956 o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)<sup>10</sup>, criado por Amílcar Lopes Cabral, Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin e Luís Cabral. O objetivo era preparar o povo guineense e caboverdiano sem distinção de sexo ou raça para assumir uma fase decisiva da sua história, da sua luta pela independência (LOPES, 1982). Com base nesse argumento de Lopes, percebe-se que o objetivo para a luta era unir todos os povos guineenses e caboverdianos, mas por que foram somente os homens que participaram na criação do movimento libertador (PAIGC)? Onde estavam as mulheres?

Amílcar Lopes Cabral<sup>11</sup>, na liderança de PAIGC, começou a campanha de consciencialização do povo guineense para que pudesse entender a verdadeira realidade sociopolítica, cultural e econômica que era imposta pelos colonizadores. O efeito imediato da influência da ideologia e da mobilização de Amílcar Lopes Cabral, e a sua companhia, vê-se na revolta de *Pindjiquiti*. De acordo com Oramas (2014), o acontecimento de massacre de *Pindjiquiti* constitui uma reivindicação dos trabalhadores de porto de *Pindjiquiti*, ocorrida no dia 3 de agosto de 1959 em Bissau, com a finalidade de contestar os salários baixos que recebiam. Por isso, fizeram essa manifestação para exigir aumento de salários e, em resposta, foram reprimidos pelos policiais portugueses que massacraram dezenas de pessoas. Essa sangrenta repressão configurou como a estratégia do império colonial português para que pudesse fazer calar todo o sentimento nacionalista, todavia, foi ao contrário uma vez que impulsiona o desenvolvimento da consciência do povo guineense com espírito para a luta da independência. (ORAMAS, 2014).

Anteriormente à luta armada, Amílcar Lopes Cabral fez várias denúncias junto das Organizações das Nações Unidas, expondo as práticas desumanas, exploratórias coloniais, e reivindicava a desocupação do território da Guiné-Bissau. E, neste sentido, segundo Lopes

---

<sup>10</sup> PAIGC- foi o partido que liderou a luta armada para libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde sob direção de Amílcar Cabral.

<sup>11</sup> Amílcar Lopes Cabral foi o líder político que desencadeou a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Nasceu em 12 de setembro de 1924, em Bafata, Guiné-Bissau. E foi assassinado em 20 de janeiro de 1973 antes da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Era filho de Juvenal Cabral e de Iva Pinhel Évora, que eram Caboverdianos, a mãe era uma empregada doméstica e o pai era professor. Cabral pertencia uma família tradicional. Sua formação acadêmica ocorreu em Lisboa, Portugal, através de bolsa de estudo, formou-se em Agronomia, no Instituto Superior de Agronomia, em 1945 (ORAMAS, 2014).

(1987) e Oramas (2014), compreende-se que, no ano de 1960, a Guiné-Bissau foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como território e não como província ultramarina de império colonial português. Em 1962, o PAIGC, sob a direção de Cabral, apresenta uma carta de cunho crítico contra os colonizadores portugueses pela opressão exercida no território da Guiné e Cabo Verde. Fato que não resultou na obtenção da independência por meio das negociações ou diálogo, por isso, em 23 de janeiro de 1963<sup>12</sup> iniciou-se a luta armada em Guiné-Bissau. Nessa trilha, o PAIGC conquistava zonas libertadas, instalava escolas e as mulheres desempenhavam papéis de educadoras e formavam os mais jovens. Para a orientação das guerrilhas, Cabral estabelecia a ideia da unidade e da luta como uma divisa do partido e seria uma forma de resistência pedagógica para evitar contradições de interesses entre os grupos sociais da Guiné-Bissau e Cabo Verde e, também entre homens e mulheres (LOPES, 1987; ORAMAS, 2014).

De acordo com Lopes (1989), o PAIGC, no momento da luta, construía o seu aparelho institucional na mata, com uma conjunção de interesses sociais forjados na luta armada. Já em 1972 inicia-se a campanha de esclarecimento de informação sobre objetivo de uma nova fase da luta da libertação nacional, isto é, da etapa institucional. Quer dizer, da criação da primeira Assembleia Nacional Popular (ANP) com a realização de eleições que tiveram a consequência principal da separação de nível formal entre partido e o Estado (LOPES, 1987).

### **2.3 Engajamento das mulheres guineenses na luta armada anticolonial e na construção de Estado da Guiné-Bissau**

As mulheres guineenses, mesmo contando com poucas oportunidades, participaram na luta anticolonial e desempenharam papéis importantes, atuando junto com os homens em diferentes frentes de ataque. Na perspectiva de Cabral, no seu trabalho "*Arma da teoria vol. I*" (1976), para dar início à luta armada era necessário materializar as ideologias e as estratégias, para mobilizar a maioria expressiva da população em uma unidade política e moral de diversos grupos sociais que constituem o território da Guiné-Bissau, e eliminar as regras sociais e os tabus religiosos que impediriam o desenvolvimento da luta, que inferiorizavam socialmente as mulheres e outros segmentos. Ainda, sustenta que era necessário eliminar todas as contradições

---

<sup>12</sup> A Luta armada contou com apoio a nível continental e mundial, isto é, o reconhecimento do PAIGC pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o apoio da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), também com apoio do país vizinho a Guine-Conakry (IMPANTA, 2020).

existentes no meio social guineense, para fazer com que todos se juntassem por um único objetivo sem distinção de grupos sociais e de gênero (CABRAL, 1976).

Cabral (1945) enfatiza que no início da luta armada, os homens não queriam se juntar com as mulheres para planejar as estratégias da luta armada. Quer dizer, havia a resistência contra a presença das mulheres entre os homens no partido e os homens faziam o máximo para evitar que as mulheres fossem líderes, mesmo sabendo que existiam mulheres com capacidade de liderança. O líder Cabral dizia aos seus companheiros homens que a liberdade para o povo guineense pressupõe a liberdade também para as mulheres. De modo que, a soberania para esse povo requer a participação das mulheres, e que a força do Partido vale mais na medida em que as mulheres se preparam muito bem para serem líderes ao lado dos homens (CABRAL<sup>13</sup>, 1945). A partir dos princípios de igualdade defendidos pelo líder Cabral, as mulheres se engajaram no movimento de libertação nacional, assumiram as responsabilidades em diferentes domínios e mostraram a capacidade. Desempenharam papéis de milícias, educadoras, enfermeiras, cozinheiras, conselheiras, entres outras funções.

De acordo com Gomes, no seu texto intitulado “*O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar*” (2015), a maior parte dessas funções exercidas pelas mulheres era tida socialmente como feminina, levando em consideração a divisão sexual do trabalho. Mesmo assim, houve esforços consideráveis das mulheres para integrar as estruturas políticas numa fase mais avançada do processo. Apesar de tantos obstáculos, as mulheres guineenses ergueram a cabeça e usaram condições objetivas para dar início ao processo da emancipação, com vista a redefinir o papel a que eram socialmente dadas na sociedade. Diante disso, o PAIGC, sob a liderança de Cabral, propôs a criação de uma base feminina para apoiar a luta das mulheres contra as condições de inferioridade a que eram submetidas. Desse modo, em 1961, foi criada a União Democrática das Mulheres (UDEMU) que foi o primeiro movimento das mulheres guineenses, isto é, o berço feminino do movimento da libertação da Guiné-Bissau. UDEMU serviu de espaço para desenvolver as ideias e ações políticas das mulheres para atuarem junto com os homens nas estruturas políticas e na organização das zonas libertadas. Portanto, a tarefa principal do movimento era de mobilizar as

---

<sup>13</sup> A ideia progressiva de Cabral em relação a igualdade de gênero era uma pauta defendida por bloco socialista, ou seja, do movimento socialista que apoiava a luta de libertação dos países africanos. E a emancipação das mulheres era uma pauta não só em Guiné-Bissau, mas também em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, Cabral inseriu dentro dessa lógica assim como nos outros países cuja orientação era a ideologia socialista.

mulheres para um melhor enquadramento político, lutar contra a injustiça, a imposição e a desigualdade em relação as mulheres na sociedade guineense.

UDEMU surgiu precisamente para contestar a dupla opressão a qual as mulheres eram submetidas, quer dizer, com objetivo de defender os direitos das mulheres. Fato que a organização foi criada no país vizinho, Guiné Conacri, e isso fez com que a maioria das mulheres que integravam as diferentes frentes da luta não conseguiram participar ativamente na organização e ficaram à margem da organização. Esse aspecto contribuiu mais tarde no enfraquecimento da organização feminina UDEMU, uma vez que não conseguiu mobilizar a maior parte das mulheres envolvidas na luta armada. Portanto, pouco engajamento das mulheres contribuiu no enfraquecimento do movimento UDEMU em 1966, por isso estava muito longe de alcançar o objetivo pretendido (GOMES, 2015).

As mulheres também exerceram funções de guerrilhas, cumpriram missões de guerra integrando as Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP, contando com heroínas como Titina Silá, Carmem Pereira<sup>14</sup> e outras mulheres que lutaram e mostraram coragem para servir a pátria. Pessoa (2014) frisa que a combatente Carmem Pereira fazia parte de grupo de frente sul na guerra, mobilizava e recrutava as mulheres para participarem no movimento de libertação, incentivando-as com as seguintes palavras: "Temos que fazer isto! Temos que trabalhar! Temos que lutar! Temos que ir à frente para mostrar aos homens que nós também somos capazes!". Com essas palavras encorajadoras, as mulheres começaram a aprender a dar os primeiros socorros aos militares feridos e, assim, criaram as bases sanitárias da guerrilha (PESSOA, 2014).

---

<sup>14</sup> A combatente Carmem ingressa no PAIGC em 1962, ocupou diversos cargos no partido. Foi a primeira mulher e a última até então a ocupar o cargo da presidência da República da Guiné-Bissau por um mandato de três dias, de 14 de maio a 16 de maio de 1984, e foi presidenta do parlamento 1984. Após a independência, ela continua no meio político e foi a principal líder da comissão de mulheres guineenses e caboverdianas.

**Figura 2:** Cabral no exercício da formação das mulheres guerrilheiras.



Fonte: GBISSAU.COM

A Fig. 2- Cabral a frente das mulheres ensinando-as a empunhar a arma para avançar juntos com os homens na libertação da Guiné-Bissau, fato que contribuiu na formação das mulheres determinadas na construção do Estado guineense.

Em diálogo com Cabral (1971), entende-se que durante a luta armada, as mulheres, juntamente com os homens, assumiam responsabilidades nas zonas libertadas, uma vez que o PAIGC controlava grande parte do território instalando uma nova ordem social. Nessa instância, realizaram as eleições para atribuir a função a cada membro do partido, e neste sentido, em uma comissão de cinco membros eleitos para assumir determinadas funções, a presença das mulheres era confirmada para ocupar dois lugares. À vista disso, as mulheres no momento se destacavam como governantes regionais, membros de tribunal popular e comandantes de militares, e dessa forma possuíam direitos e estatutos sociais. Na altura, o PAIGC propunha a ideia para que homens e mulheres avançassem juntos e que tivessem as mesmas oportunidades e igualdades em todas as atividades. E as mulheres se engajaram e lutaram pelo progresso, mostrando coragem e amor ao povo e avançaram sem desistir, dando contribuições significativas ao movimento da libertação PAIGC (CABRAL, 1971)<sup>15</sup>.

A participação das mulheres na construção da estratégia militar e política do movimento da libertação serviu de oportunidade para as mulheres desafiarem as estruturas tradicionais, que

---

<sup>15</sup> Cabral no seu discurso em comemoração ao dia 08 de março de 1971, o dia internacional de solidariedade com as mulheres.

lhes fragilizava na sociedade. A luta proporciona o desenvolvimento da consciência política entre as mulheres, a partir do processo de mobilização, formação política e ideológica dentro das estruturas do movimento (LARANJEIRA, 2021; GOMES, 2021). Portanto, Gomes (2015) sustenta que a visão do gênero sustentada pelo PAIGC na liderança de Cabral redefiniu a condição feminina no contexto da luta armada e reafirmou a importância das mesmas no processo da construção e desenvolvimento da Guiné-Bissau. Ou seja, o engajamento das mulheres na luta armada desenvolveu nas mulheres a consciência de lutar contra condição de inferioridade que foram submetidas na sociedade. As mulheres participaram ativamente na luta. O PAIGC estabeleceu, no seu programa de ação, a igualdade de gênero afirmando que “os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas” (GOMES, 2015). Enfim, Cabral conseguiu unir homens e mulheres para lutarem juntos, desse modo, as mulheres avançaram junto com os homens e a luta foi bem-sucedida com a participação plena das mulheres, engajadas com determinação nas várias atividades políticas do movimento de libertação, que resultou na conquista da independência em 24 de setembro de 1973.

#### **2.4 A Guiné-Bissau pós-independência: Mulheres Guineenses nos órgãos públicos**

A Guiné-Bissau, depois da conquista da independência em 1973, adota o regime de partido único, sobre o qual o poder era centralizado no PAIGC, partido que conduziu vitoriosamente a luta de libertação nacional contra o colonialismo português. A partir desse momento figurou como única força governativa e com diretriz socialista como modelo a seguir. Nessa ótica, as mulheres guineenses não foram verdadeiramente reconhecidas pelos notáveis papéis desempenhados no processo da luta armada de libertação e na construção do país. Ou seja, a ideia de igualdade entre homens e mulheres estabelecida no programa de ação de PAIGC na era da luta armada não teve sucesso após a independência. Nessa instância, Godinho Gomes (2016) sublinha que, no contexto pós-independência, os novos dirigentes partidários não mostraram preocupações em apoiar a causa das mulheres para inserção na vida política e administrativa do Estado. Estavam mais preocupados em assegurar os próprios privilégios, o poder político (GOMES, 2016).

Nesse contexto, a representação das mulheres nos órgãos de direção do partido-Estado se caracterizava com a percentagem de 3,8% no total de 26 membros eleitos. Com isso, Gomes (2021) aponta que no contexto da independência, a representação política das mulheres na



Carmem Pereira M. DO CEL	Honório Chantre M. DO CEL
Osvaldo Lopes M. DO CEL	Lourenço Gomes M. DO CEL
Lúcio Soares M. DO CEL	André Gomes M. DO CEL
Olívio Pires M. DO CEL	Tiago Aleluia Lopes M. DO CEL
Luís Correia M. DO CEL	Francisco Silva M. DO CEL

Fonte: Semedo (2011)

Analisando esse fluxograma trazido por Semedo (2011)<sup>16</sup> nota-se que, na direção superior do PAIGC, dentre os membros eleitos no III congresso registra-se a presença apenas de uma mulher no órgão decisório do partido-Estado, a combatente Carmem Pereira. Isso sinaliza uma disparidade de gênero, uma vez que demonstra o domínio dos homens nessa instância e a sub-representação das mulheres. Portanto, Gomes (2015) destaca que, na luta para melhorar a condição em que as mulheres se encontram no período pós-independência, foi criada a comissão feminina do PAIGC em 1975, com o objetivo de mobilizar e organizar as mulheres na luta pela emancipação. E, ainda, desenvolver nelas a atitude política, dando dessa forma a continuidade do trabalho iniciado pelo movimento de mulheres, UDEMU, durante a luta de libertação. Em junho de 1979, com a recém-formada comissão feminina do PAIGC, iniciou-se a reestruturação interna e a realização do primeiro congresso nacional das mulheres, em novembro de 1982, cujo lema "a UDEMU renasceu" com a finalidade de redefinir a estrutura da UDEMU, que enfraqueceu desde ano 1966. Todavia, a UDEMU nesse contexto de Estado independente ficou limitada por não conseguir responder as novas exigências, que passava em abrir as portas para incluir maior número de mulheres guineenses do novo Estado e não limitar

<sup>16</sup> De acordo com fluxograma trazido por Semedo (2011), as siglas no quadro (M.C. P. DO CEL) significa Membro da Comissão Permanente Executiva de Luta e (M.DO CEL) quer dizer Membro da Comissão Executiva da Luta. Portanto, dos vinte e seis (26), apenas oito (8) membros eram integrantes da Comissão Permanente Executiva de Luta e os dezoito (18) eram apenas membros Executivos não permanentes (compostos por guineenses e caboverdianos) (SEMEDO, 2011).

A Guiné-Bissau e Cabo Verde eram dirigidos por uma única força política, o PAIGC, desde momento da luta até os anos 1980, por meio da política de uma unidade binacional.

apenas nas mulheres do PAIGC. Isso seria a (des)partidarização das instituições de Estado (GOMES, 2015).

A condição das mulheres guineenses no contexto de Estado independente caracteriza-se por crescente desigualdade. A presença das mulheres nos órgãos de poder tanto a nível de Assembleia Nacional Popular, assim como dos conselhos regionais, é ilustrada por percentagens baixas, e, é constatável a partir dos dados das seguintes legislaturas. Nessa senda, a eleição para órgãos de poder representativo a nível de conselhos regionais apresenta-se na primeira legislatura de 1973-1976, a presença de mulheres é de 8,6%. Na segunda legislatura de 1976-1984, a percentagem é de 10,6%, já para a terceira legislatura de 1984-1989, representam 14,4%. Embora as percentagens apresentadas sejam de modo geral baixas, todavia, verifica-se uma tendência de aumento da participação das mulheres na terceira legislatura. Ainda, a representação das mulheres a nível de Assembleia Nacional Popular, no mesmo período, na primeira legislatura, conta com 15,8%, na segunda legislatura, representam 11,3%, e, na terceira legislatura, registram 14,6%. Já para a quarta legislatura (1989-1994), a percentagem das mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP) aumentou para 20%, isso corresponde a última eleição do regime monopartidário. E em termos de administração judiciária, a representação das mulheres entre os anos de 1984-1989 era de 14% (GOMES, 2016; ASSUNÇÃO, 2018). Os obstáculos que as mulheres enfrentaram no período de partido único persistiram no contexto multipartidário, uma vez que a presença das mulheres nas organizações políticas e no âmbito de Estado permanece baixa.

De acordo com Cardoso, no seu texto intitulado "*A transição Democrática em Guiné-Bissau: Um Parto Difícil*" (1995), entende-se que após as crises econômicas e embates entre os dirigentes do PAIGC, a governação do partido ficou fortemente agitada. A primeira grande crise do PAIGC no poder acontece entre o ano 1986, e essa foi gerada pela tentativa de golpe de Estado, todavia, essa não foi esclarecida até então. Esse episódio culminou com a condenação à morte dos altos dirigentes e militantes do PAIGC, o que abalou profundamente a imagem do partido e causou a perda da legitimidade do partido perante o povo. Por outro lado, a segunda crise se dá no ano 1991, seguido da assinatura da carta dos 121 militantes a favor do multipartidarismo e, nessa instância, os militantes do PAIGC se separaram em dois grupos: dos que estão a favor da mudança para abertura política e os que preferiam uma mudança dentro do PAIGC para que pudessem aderir uma prática mais democrática, mas com permanência do sistema de partido único. A partir desse embate entre os dois grupos de oposição, os grupos que pediram que acontecesse somente a mudança dentro do partido, mas não a transição,

acreditavam que os dirigentes do PAIGC dariam a prova de reforma dentro do partido, contudo, não houve essa mudança, por isso, a ala acaba por permanecer de uma forma dura na estrutura do PAIGC. A partir daí, com a ideia da adoção do multipartidarismo para destituir o PAIGC como única força governativa, foi aprovada a lei-quadro dos partidos, levando ao multipartidarismo em 1991(CARDOSO, 1995).

Ainda, percebe-se que a adoção de sistema democrático tem a influência internacional que começou com a liberalização econômica em 1987, e essa liberalização permitiu a Guiné-Bissau a adotar o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) defendido por FMI e Banco Mundial. PAE servia como estratégia de estabilização e fortificação da economia e superação da crise econômica da década de 1980<sup>17</sup>, de modo que isso possibilitou a entrada de instituições de *Bretton Woods*, FMI e Banco Mundial na África e na Guiné-Bissau em particular. Isso vem na sequência da queda do muro de Berlim, que culminou com a Guerra Fria, em 1989. O fim dessa guerra enfraqueceu a corrente socialista defendida por URSS em detrimento de sistema capitalista liderado pelo EUA. Por conseguinte, mediante essa situação, os países africanos que defendiam e organizavam as suas sociedades na base de sistema socialista passaram a não receber apoio de URSS, e assim acabaram a abraçar a ajuda proveniente de sistema capitalista ocidental. Portanto, esses constituem fatos da pressão externa que impulsionaram a Guiné-Bissau a adotar o sistema democrático em 1991 (CARDOSO, 1995).

Diante disso, em 1991 a Guiné-Bissau assumiu a democracia como o sistema político para organizar a sociedade e garantir a igualdade, a liberdade, e a participação do povo nas tomadas das decisões. Além disso, segue o regime de semipresidencialismo como o sistema de governo, com separação de poderes em três instâncias, das quais: a de poder executivo, poder legislativo e poder judiciário. Segundo Inácio e Batista (2018), nesse sistema de governo, o primeiro-ministro é indicado e mantido em suas funções pelo parlamento, dividindo as suas atribuições com um presidente não eleito pelo parlamento, que carrega consigo poderes que transcendem aqueles de um chefe de Estado no parlamentarismo (INÁCIO; BATISTA, 2018). Assunção (2018) considera que, com o fim do regime do monopartidário, em 1993, foi criada

---

<sup>17</sup> A ruptura da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde se deu com o golpe de Estado em 1980. Na altura, a Guiné-Bissau tinha como Presidente o Luís Cabral de nacionalidade caboverdiano (irmão de Amílcar Cabral), quer dizer, os cargos administrativos civil e militares da Guiné eram excedidas pelos guineenses e caboverdianos nas estruturas do governo da Guiné-Bissau. Enquanto em Cabo Verde os guineenses não conseguiam cargos altos. Fato que gerou a contradição dentro do partido. Dirigentes guineenses não aceitaram essa condição, isso levou uma alteração violenta da ordem constitucional da Guiné-Bissau, o golpe de Estado em 14 de novembro de 1980, orquestrado pelo primeiro-Ministro na altura, Joao B. Vieira, de nacionalidade guineense que depôs o Presidente da República Luís Cabral. Esse acontecimento marca a ruptura da unidade binacional (SEMEDO, 2011).

a Comissão Nacional de Eleição (CNE), com adoção do sistema eleitoral que obedece a regra do método de representação proporcional de Hondt com lista fechada, pela qual os votos são convertidos nos mandatos e nos assentos representativos na Assembleia Nacional Popular. Todavia, na era do regime monopartidário, os deputados eram eleitos entre conselheiros regionais, esses últimos eleitos em Assembleias Populares, quer dizer, os conselheiros regionais eram escolhidos para o cargo de deputados. As primeiras eleições democráticas foram realizadas em 1994, as eleições legislativas e presidenciais (ASSUNÇÃO, 2018). Ainda, Nicolau (2012) acrescenta que o método Hondt constitui uma fórmula do sistema de representação proporcional que foi cunhado por Victor D'Hondt como o método de distribuição de cadeiras, baseado nos votos obtidos por cada partido, com vista a assegurar o poder para uma maioria do país. Também, D'Hondt remete que as cadeiras sejam ocupadas na ordem sequencial de números sobre o qual os partidos que obtêm os números mais altos vão de forma sucessivas ocupar as cadeiras parlamentares (NICOLAU, 2012).

Com base na ilustração de Comissão Nacional das Eleições (2019), é perceptível que os deputados passaram a ser eleitos na base de listas plurinominais dos partidos apresentados por cada colégio eleitoral, dispondo do eleitor um voto singular na lista. Desse modo, os partidos mais votados tendem a eleger mais deputados de acordo com o número de deputados necessitados em cada círculo eleitoral. Os mandatos são distribuídos em 29 Círculos Eleitorais, dos quais 27 círculos no território nacional e os 2 no exterior, em África e Europa. Para isso, cada círculo eleitoral ou colégio eleitoral apura de forma separada os votos obtidos na lista de cada partido político ou coligação de partidos concorrentes. Em seguida, os votos apurados em lista de cada partido são divididos por um, dois e três, e os resultados obtidos são distribuídos em mandatos por ordem decrescente da sua grandeza, de acordo com os números dos mandatos atribuídos ao colégio eleitoral respectivo. Por outro lado, os mandatos são dados pelas listas com base nos quocientes que obedecem a fila, desse modo, os partidos recebem cada uma das listas de tantos mandatos de acordo com a posição na fila. Além disso, remete a necessidade de quando sobrar mandatos a distribuir, e se os termos da série forem iguais e com listas diferentes, neste caso, o mandato cabe a lista que tinha obtido a menor votação (CNE, 2019).

**Tabela 1: Colégios Eleitorais**

<b>Círculos regionais/ números dos deputados eleitos por cada círculos eleitorais</b>		
<b>Região de Tombali</b>		<b>7 deputados</b>
Círculo 1	Catió/ Komo	3 deputados
Círculo 2	Bedanda/Cacine/Quebo	4 deputados
<b>Região de Quinara</b>		<b>6 Deputados</b>
Círculo 3	Buba/Empada	3 Deputados

Círculo 4	Fulacunda /Tite	3 Deputados
<b>Região de Oio</b>		<b>16 Deputados</b>
Círculo 5	Bissorã	5 Deputados
Círculo 6	Farim	4 Deputados
Círculo 7	Mansaba	3 Deputados
Círculo 8	Mansoa/Nhacra	4 Deputados
<b>Região de Biombo</b>		<b>6 Deputados</b>
Círculo 9	Quinhamel	3 Deputados
Círculo 10	Safim/Prábis	3 Deputados
<b>Região de Bolama</b>		<b>3 Deputados</b>
Círculo 11	Bolama/Bubaque/Caravela/Uno	3 Deputados
<b>Região de Bafatá</b>		<b>14 Deputados</b>
Círculo 12	Bafatá/ Galomaro	6 Deputados
Círculo 13	Bambadinca/ Xitole	3 Deputados
Círculo 14	Contuboel/Ganadú	5 Deputados
<b>Região de Gabú</b>		<b>14 Deputados</b>
Círculo 15	Boé/Pitche	6 Deputados
Círculo 16	Gabú	4 Deputados
Círculo 17	Pirada	3 Deputados
Círculo 18	Sonaco	3 Deputados
<b>Região de Cacheu</b>		<b>14 Deputados</b>
Círculo 19	Bigene/Bula	5 Deputados
Círculo 20	Caió/Canchungo	5 Deputados
Círculo 21	Cacheu/São Domingos	4 Deputados
<b>Emigração</b>		
Círculo 22	África	1 Deputado
Círculo 23	Europa	1 Deputado

<b>Sector autónomo de Bissau</b>		20 Deputados
Círculo 24	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Achada/24 de setembro</li> <li>- Chão de Papel/Varela <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ilhéu do Rei</li> </ul> </li> <li>- Cupelum de Cima</li> <li>- Cupelum de Baixo</li> <li>- Caliquir Rossio</li> </ul>	3 Deputados
Círculo 25	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Santa Luzia/Antula</li> <li>- Pluba de Cima/Luanda <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empandja</li> </ul> </li> <li>- Pabedjabe/Bairro</li> <li>- B. Coco/Pluba de Baixo <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ponta Iero/Tete</li> </ul> </li> </ul>	4 Deputados
Círculo 26	-Mindara/ Bandim I/ Bandim II	3 Deputados

Círculo 27	- Pefine/Amedalai - Sintra/Nema - Missira/Ajuda - Mindara/Gambeafada - Reno I/Bairro Internacional	4 Deputados
Círculo 28	- Belém/Plack II - Ajuda II/Cuntum	3 Deputados
Círculo 29	- Penha / Penha Bôr - Bairro Militar - Bairro Bissak/ Brá - Circ/ Hafia - Plack I/ Penha Bôr - Lisboa Adoze	3 Deputados

Tabela-1. Fonte: lei eleitoral, 2013.

Os círculos eleitorais significam colégios eleitorais com respectivas assembleias de votos ou mesas. De acordo com a tabela 1, vê-se que essas regiões são compostas por 29 círculos eleitorais em que são eleitos 102 representantes da Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau por meio de sistema eleitoral de listas fechadas, para mandatos de quatro (4) anos.

Com a abertura política e alteração do tipo sistema eleitoral, passou a existir várias forças políticas, e nessa fase começa a era da competição política entre diferentes partidos com estratégias políticas distintas. Em 1994 foram realizadas as primeiras eleições democráticas, a eleição legislativa e presidencial. De acordo Cardoso (1995), a eleição legislativa de 1994 conta-se com a concorrência de oito partidos políticos (PAIGC, UM, PRS, PCD, RGB-MB, PUSD, FLING e FCG-SD) e eleição presidencial registra-se oito candidatos (João B. Vieira, Koumba Yala, Domingos F. Gomes, Carlos D. Gomes, François K. Mendy, Bubacar Djaló, Victor S. Maria e Antonieta R. Gomes<sup>18</sup>), nas quais consta-se a presença de apenas uma mulher, a Antonieta Rosa Gomes. Por conseguinte, soma uma percentagem 1,79%, a percentagem mais baixa entre os candidatos concorrentes, não foi eleita. O partido vencedor da eleição legislativa de 1994 foi o PAIGC, com maioria dos assentos parlamentares e o candidato vencedor da eleição presidencial foi do PAIGC, João B. Vieira, mais conhecido por Nino Vieira.

<sup>18</sup> Antonieta Rosa Gomes é jurista e advogada política. Formou-se no Brasil pela Faculdade de Direito em São Paulo. Fundadora e líder do Fórum Cívico Guineense Social-Democracia (FCG-SD), foi a primeira mulher guineense a liderar um partido político. Concorreu a eleição Presidencial como candidata do partido FCG-SD. Foi a primeira e a única mulher candidata às eleições presenciais da Guiné-Bissau (eleição de 1994, 1999 e 2005), todavia, nunca conseguiu mais do que 2% dos votos. Também, exerceu cargos de Ministra da Justiça entre os anos (2000 -2001) e Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação internacional 2001. Em 2004 exerceu função de presidente da comissão do Supremo Tribunal de Justiça. Disponível: <https://www.ufrgs.br/africanas/antonieta-rosa-gomes-1959/>

Diante disso, Barros e Semedo (2012) afirmam que com a abertura política em 1991 e a realização de eleições de 1994 a 2023, a presença das mulheres diminuiu bastante nos órgãos públicos, na Assembleia Nacional Popular (ANP) e nos governos centrais. Ou seja, a representação das mulheres no período de partido único chegou a 20%, com a abertura política, desde a primeira eleição 1994 até aos dias de hoje, a representação das mulheres na ANP nunca atingiu 20%. Nessa perspectiva, os dados trazidos demonstram uma grande disparidade entre homens e mulheres nos órgãos públicos, de modo que, no parlamento, as mulheres deputadas contam-se 10,0%, enquanto os homens 90,0%, no poder executivo (ministros), as mulheres abarcam 18,7% e homens 81,3%. Nos cargos para secretários de Estado, as mulheres registram-se com a 8,3% e homens com 91,7%, no poder Judicial (juízes) as mulheres apresentam 28,0% e homens 72,0%, e para cargos de delegados dos ministérios públicos, as mulheres conta com 13,0% e homens com 87,0% (BARROS; SEMEDO 2012).

A tabela a seguir apresenta as percentagens das mulheres e homens na Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau desde a primeira eleição democrática de 1994 até a última eleição legislativa de 2023.

**Tabela 2: Mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP) no período democrático**

<b>Legislatura</b>	<b>Percentagem das mulheres eleitas%</b>	<b>Percentagem dos homens eleitos%</b>	<b>Total de Mandatos</b>
<b>V 1994/1999</b>	<b>9</b>	<b>91</b>	<b>100</b>
<b>VI 1999/2004</b>	<b>7,8</b>	<b>93,1</b>	<b>102</b>
<b>VII 2004/2008</b>	<b>13</b>	<b>87</b>	<b>100</b>
<b>VIII 2008/2012</b>	<b>10</b>	<b>90</b>	<b>100</b>
<b>IX 2014/2018</b>	<b>13,7</b>	<b>86,2</b>	<b>102</b>
<b>X 2019/2023</b>	<b>12,7</b>	<b>87,2</b>	<b>102</b>
<b>XI 2023</b>	<b>10,7</b>	<b>89,2</b>	<b>102</b>

Fonte: PNIEG II-2017

De acordo com os dados trazidos no documento 2-Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), vê-se que existe uma gritante desigualdade entre homens e mulheres na Assembleia Nacional Popular no contexto do multipartidarismo, isso demonstra que as mulheres são sub-representadas e marginalizadas em todos os aspectos da vida nacional. Também, percebe-se na tabela (2) que a mais baixa percentagem das mulheres na ANP se verifica na legislatura VI (1999/2004), influenciada pela

instabilidade política e governativa gerada pelo conflito- militar de 1998/1999<sup>19</sup>. Ainda vale salientar que, mesmo com aprovação da lei de paridade em 2018, o resultado da percentagem das mulheres no parlamento mantém-se baixo, de modo que, na eleição legislativa 2019 que conta com 102 deputados, as mulheres representam apenas 12,7% e, na última eleição realizada em 04 de junho de 2023, soma-se apenas 10,7%.

Já no plano executivo, a representação das mulheres no governo no contexto do multipartidarismo aumentou, uma vez que na era do regime do partido único a representação das mulheres era baixa no governo, contando com apenas uma mulher que ocupava uma pasta ministerial. Isso corresponde a percentagem 3,2% num total de 31 membros. Em 1994 com o multipartidarismo e a realização da eleição democrática, a representação das mulheres aumentou no governo para 8,3% em 2007 subiu para 17,2% e passando para 2009 com uma percentagem de 19,9%. Contudo, as percentagens das mulheres no governo voltaram a baixar com o golpe do Estado em 2012, apesar dos avanços nos anos antes do golpe. Com a instabilidade política e governativa, a sub-representação das mulheres persiste a nível das estruturas dos governos (ASSUNÇÃO, 2018). O golpe de Estado de 12 de abril de 2012 foi liderado por comando militar chefiado por Antônio Injai, que destituiu o presidente interino, Raimundo Pereira, e o primeiro-Ministro, Carlos Gomes Junior, ambos são líderes do PAIGC. Por conseguinte, com o golpe de Estado de 2012, a Guiné-Bissau passou por instabilidade política e econômica, o que fez com que o país perdesse as ajudas externas. Isso repercutiu nas conquistas que vinham sendo operadas em relação a equidade de gênero, fato que, na agenda política das novas autoridades do país, a prática da equidade de gênero não teve apoio. O país, nesse período, passou por momento de transição, ou seja, foi formado o governo da unidade nacional composto por diferentes partidos políticos, quer dizer, o governo não eleito pelo povo, mas através da mediação do Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para a manutenção da paz (GOMES, 2016).

---

<sup>19</sup> Em 07 de Junho de 1998/1999 aconteceu um levantamento militar liderado pelo Brigadeiro Ansumane Mané, que era chefe das forças armadas, iniciou uma guerra contra o presidente Joao B. Vieira. Justificando que foi acusado por este, alegando a sua envolvimento no tráfico de armas para rebeldes de Cassamança. O conflito político-militar durou onze meses e, no final, a junta militar liderada por Ansumane Mané saiu vitorioso e o presidente Nino Vieira foi destituído do cargo da presidência. Isso levou a realização das segundas eleições legislativa e presidencial em 1999 e foi eleito o presidente República, Kumba Yala, sob a liderança de Partido da Renovação Social (PRS) (DUMAS TEIXEIRA, 2006).

No que se refere à presença das mulheres no Poder Judiciário, esse não difere de outras instâncias. As mulheres guineenses são sub-representadas no Supremo Tribunal da Justiça. A tabela abaixo mostra a percentagem das mulheres no poder judicial.

**Tabela 3: Mulheres guineenses nas estruturas do poder Judiciário**

<b>Magistratura judicial</b>				
Instituição	Homens	Mulheres	Percentagem das mulheres %	Total
Juiz(a) Conselheiro(a)	8	1	11,11	9
Juiz(a) Desembargador(a)	8	0	0	8
Juiz(a) de Direito	23	10	30,3	33
Juiz(a) de Setor	27	2	6,9	29
Total	66	13	16,46	79
<b>Procuradoria Geral da República</b>				
Procurado(a) Geral	10	1	9,09	11
Procurador(a) Geral adjunto	5	2	28,57	7
Delegados(as)	53	9	14,52	62
Total	68	12	15	80

Fonte: Barros e Semedo (2013)

Analisando a tabela 3, compreende-se que a presença das mulheres nas estruturas do poder judicial é fraca, quer dizer, são sub-representadas. Representam apenas 16,46% no total de 79 juizes. A nível da Procuradoria-Geral da República, conta-se com apenas 15% dentre 80 magistrados. Portanto, os dados mostram claramente a disparidade entre homens e mulheres nessa instância.

Com base nos argumentos acima citados, percebe-se que as mulheres foram relegadas a posição de inferioridade na sociedade e suas opiniões são raramente ouvidas nas esferas públicas. A Guiné-Bissau desde a sua independência tem enfrentado desafios referentes à instabilidade política e governativa, fato que reflete principalmente na desigualdade social, política e econômica do país, impedindo a implementação de políticas de gênero. O país, no período pós-independência de 1973-1991, era dirigido por um único partido, o PAIGC, e o índice demonstra que a representação das mulheres nos órgãos públicos estava numa escala crescente, seja a nível de representações regionais assim como a nível parlamentar. Já no contexto democrático em que diferentes forças políticas emergiram, a representação das mulheres diminuiu bastante a nível da Assembleia Nacional Popular e nos governos locais. Enfim, isso demonstra que as mulheres não foram reconhecidas pelas suas participações, papéis plenos e preponderantes desempenhados na luta armada anticolonial e na construção do Estado guineense. Porém, mesmo diante dessa realidade, as mulheres guineenses não diminuíram o

esforço na luta pelo desenvolvimento do país e na busca de uma sociedade igualitária e democrática.

## **2.5 A luta pelo reconhecimento: Movimentos/redes e organizações das mulheres guineenses**

Nesta senda da luta pela igualdade e equidade de gênero nos espaços públicos, surgiram novos movimentos ou organizações das mulheres após a transição democrática, ou seja, no contexto de multipartidarismo. Os objetivos desses movimentos/redes pressupõem a luta pelos direitos e interesses das mulheres guineenses.

Em 2008 foi criada em Guiné-Bissau a Plataforma de Políticas das Mulheres (PPM), que foi composta por mulheres de diferentes partidos políticos, das organizações da sociedade civil, organizações femininas e entre outras. O objetivo da qual foi criada (PPM) era para sensibilizar as mulheres a participar nas estruturas das direções dos partidos políticos, das instituições políticas e nas organizações da sociedade civil. Todavia, essa agenda se fragilizou com a golpe de Estado em 2012, na qual perante o período de transição não teve a aplicabilidade estável na agenda política da nova autoridade (GOMES; MONTEIRO, 2020). A PPM foi constituída com o apoio técnico e financeiro das Nações Unidas, e durante as eleições gerais 2008- 2009 a plataforma teve um papel de destaque, uma vez que criou uma agenda comum para todas as mulheres, o que levou a assumir diversas forças políticas. E na sua base de ação estabelecia um plano estratégico operacional para 2013-2016. Com a interrupção da ordem constitucional por via de golpe de Estado de 12 de abril de 2012, a condição sociopolítica e econômica do país, que depende das ajudas externas da comunidade internacional, enfraqueceu e tornou-se imprescindível concretizar os objetivos estabelecidos no plano estratégico operacional da PPM, a sua visão, os princípios orientadores e a sua missão (GOMES, 2016)

Por outro lado, na procura de uma sociedade igualitária, foi elaborada em 2012 a proposta da Política Nacional sobre a Igualdade e equidade de Gênero (PNIEG), como mecanismo de coordenação e apoio na implementação sistemática da abordagem de gênero no quadro legal. Diante disso, PNIEG (2017) visa promover as mudanças de mentalidade para constituição de um Estado de Direito para alcance tanto da mulher como do homem onde todos possam gozar dos mesmos direitos. A proposta para implementação dessa política foi elaborada em colaboração com diversas instituições e organizações das mulheres já existentes e, sobretudo, com os parlamentares. Contudo, o golpe de Estado de 2012 causou a instabilidade

do país, a suspensão dos orçamentos para implementação da PNIEG-I, e isso influenciou em não execução do objetivo. O país ficou exposto a grandes desafios.

Em 2014, foram realizadas as eleições legislativas e presidenciais, sendo vencidas pelo PAIGC, sobre as quais o José Mário Vaz foi eleito presidente da República e Domingos Simões Pereira como primeiro-ministro. O governo de PAIGC elaborou o Plano Estratégico e Operacional “*Terra Ranka 2015-2025*”<sup>20</sup>, uma política estabilizada para o desenvolvimento inclusivo. Nesse instante, foi retomada a discussão para implementação da PNIEG- I, momento encarado como oportunidade para mudanças e estabilidade do país. Portanto, a proposta para implementação PNIEG trilhava em complementariedade com o objetivo estipulado pelo Plano Estratégico e Operacional “*Terra Ranka 2015-2025*” cujos objetivos gerais do Estado guineense eram “o desenvolvimento nacional nas diferentes vertentes humanas”. Contudo, a expectativa depositada no programa do PAIGC não teve a concretização, uma vez que o governo foi demitido pelo Presidente da República, José Mário Vaz, num ambiente de crispação e conflito interinstitucional entre os órgãos da soberania (presidência e governo), gerando dessa forma a instabilidade política e governativa. E o país passou por confronto político durante dois anos sem orçamento geral do Estado, de modo que essa instabilidade afetou diretamente as instituições e, conseqüentemente, a implementação das políticas públicas (PNIEG II, 2017).

Com crispação política e conflito interinstitucional entre os órgãos da soberania, levando a instabilidade política e governativa, as mulheres da sociedade civil guineense se mobilizaram para reivindicar a paz, estabilidade, igualdade, equidade de gênero e justiça social na Guiné-Bissau. Por meio dessa mobilização das mulheres guineenses face aos eventos políticos que levaram à queda do Governo liderado pelo Domingos Simões Pereira, vindo das eleições legislativas de 2014, por parte de Presidente da República José Mario Vaz, nasce o movimento MIGUILAN em 2015. A partir da contestação desse cenário, reuniram-se as mulheres de diferentes idades, perfis econômicos e profissionais com fim único de criar um movimento apartidário. Esse movimento objetiva promover e incitar debates sobre as questões de boa governação, democracia, direitos humanos e gênero na Guiné-Bissau; incentivar o empoderamento e a participação política das mulheres guineenses (EM,2016).

---

<sup>20</sup> Plano Estratégico e Operacional “*Terra Ranka 2015-2025*” foi elaborado durante a governação de Domingos Simões Pereira, líder do PAIGC, como proposta para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, contando com apoio dos países parceiros e investidores financeiro que comprometerem apoiar com 1,5 milhões de dólares durante a Mesa Redonda de doares, em Bruxelas, em março de 2015. Com a saída do primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, o plano não teve efeitos desejados (PNIEG, 2017).

Enfim, os argumentos trazidos acima ajudam a compreender que a luta pela igualdade de oportunidade que foi iniciada pelo movimento de mulheres UDEMU desde a luta de libertação, continua até os momentos atuais por vários movimentos ou organizações de mulheres que têm surgido com a mesma finalidade. Nessa sequência, destacam-se os engajamentos das mulheres do movimento MIGUILAN na luta pelo reconhecimento social, para desenvolver as suas capacidades de pertença, conhecer os seus deveres e direitos cívicos.

Vale destacar que as abordagens mobilizadas ao longo desse capítulo ilustram sobre a questão de sub-representação das mulheres na sociedade guineense, como as barreiras culturais e institucionais têm impedido o progresso das mulheres nos espaços públicos ao longo do tempo. Diante disso, o objetivo dessa dissertação é analisar a dinâmica de engajamento e militância no movimento MIGUILAN na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero em Guiné-Bissau. Para isso, antes de apresentar a análise empírica sobre o movimento MIGUILAN, faz-se necessário remontar o debate teórico e conceitual sobre movimentos sociais, engajamento e militância para ajudar na compreensão do objetivo da pesquisa.

### 3. MOVIMENTOS SOCIAIS: DEBATE TEÓRICO E CONCEITUAL

O presente capítulo traz abordagens teórico-conceituais dos movimentos sociais a partir de diferentes perspectivas, oferecendo uma narrativa histórica da referência dos movimentos sociais da época clássica até a contemporaneidade. Ainda, aborda sobre a lógica de engajamento e militância, mostrando a dinâmica dos militantes nas defesas das causas das ações coletivas. Por fim, apresenta os repertórios de ações coletivas e redes de articulações dos movimentos sociais, os meios pelos quais usam para expressar as suas demandas para a sociedade e Estado. Para isso, as discussões se fundamentam a partir das perspectivas de Charles Tilly (2006, 2010); Gohn (1997); Melucci (1989, 2001); Alonso (2009, 2012); Goss e Prudêncio (2004); Miranda (2009); Baltazar (2004); Anjos (2008); Seidl (2021); Sawicki e Simeant (2011); Losekan (2013); Alcântara (2014); Scherer-Warren (2008); Machado (2015); Oliveira (2017).

#### 3.1 Teoria dos Movimentos Sociais e a Construção da Causa

Das abordagens trazidas por Charles Tilly (2010), no texto denominado "*Movimentos sociais como política*", entende-se que, a partir de final de século XVIII, na Europa e na América do Norte, as pessoas iniciaram um novo fenômeno político: "movimentos sociais". E nesse primeiro momento, os movimentos sociais constituíam como a forma de fazer a política contenciosa, uma vez que os mesmos participavam ativamente na elaboração coletiva de reivindicações, a fim de alcançar o sucesso.

Ainda, Tilly acrescenta que o fenômeno de movimento social apareceu como algo de muita influência, inovadora e apresenta três elementos importantes, dentre os quais: um esforço público (esse esforço pode ser chamado de campanha) baseado na construção de reivindicações coletivas com foco numa determinada autoridade. O outro elemento diz se sobre a criação de associações e coalizões que buscam atender uma finalidade específica (finalidades como a realização das reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações de iniciativas reivindicativas, pronunciamento em meios da comunicação de massa e efetuação de panfletos), e esse conjunto de atividades pode ser denominado de repertório dos movimentos sociais. E o último elemento refere-se a questão de representações públicas concertadas de VUNC que quer dizer demonstração de Valor, Unidade, Números e Comprometimento por parte dos participantes. Isso demonstra que a constituição de um movimento social não acontece exclusivamente por meio das suas ações sociais dos demandantes e dos seus objetos, mas sim,

por questões ligadas ao diálogo que o mesmo cria com esses três elementos acima destacados (TILLY, 2010).

Já no século XIX, vê-se que a tradição marxista sustentava que os movimentos sociais configuravam como forma de expressar as condições estruturais de classe e suas contradições, que seriam eliminadas com abolição do sistema capitalista. Dos finais do século XIX até ao início do século XX, a concepção de movimentos sociais residia na perspectiva das organizações e das ações dos trabalhadores em sindicatos (MIRANDA, 2009).

Ademais, Tilly (2010) frisa que já no final de século XIX, os analistas e pensadores políticos não só contribuíram na pluralização dos movimentos sociais, e sim, acabaram por entender os movimentos sociais numa dimensão que vai além de uma questão de proletários organizados com vista a desencadear as ações coletivas populares (camponeses, mulheres). Além disso, vê-se que os movimentos sociais carregam consigo três dimensões de reivindicações, das quais: programa, identidade e posição. De modo que, as reivindicações de programa ocorrem por meio de apoio expresso ou de oposição a ações propostas como objetos de reivindicações do movimento. Diante disso, as reivindicações de identidade configuram como as declarações feitas por reivindicadores e acaba sendo como uma força unificada. Aqui a demonstração de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) constituem elementos que alicerçam as reivindicações de identidade. A última dimensão refere-se a reivindicações de posição que visam buscar estabelecer as relações e similaridades com outros atores políticos, como: minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos ou leais defensores de regime (TILLY, 2010).

Segundo Miranda (2009), entende-se que ao longo do século XX, foram desenvolvidas várias teorias a respeito dos movimentos sociais, entre as quais destaca a sociologia americana. Nesta perspectiva, compreende-se que as abordagens teórico-sociológicas norte-americanas partem de uma leitura local sobre os movimentos sociais, e assim tendo a teoria da ação social como um centro articulador que a possibilita a entender o comportamento coletivo. Diante disso, diferentes pensadores analisavam os movimentos sociais na base dos processos evolutivos dos mesmos. Processos que começam desde a questão dos seus surgimentos, crescimentos e da divulgação das suas linhas ideológicas e filosóficas por meio de efetuação de contatos, reações circulares, difusão de ideias etc. Também, entendiam aderência aos movimentos sociais e a demonstração das insatisfações sobre a realidade sociocultural que impulsionava as reivindicações, encaradas como os mecanismos usados para poder mudar o cenário social que se encontra desorganizado. Feito isso, os comportamentos coletivos, na

perspectiva da abordagem teórica tradicional, eram vistos como os resultados das tensões sociais (MIRANDA, 2009).

Gohn (1997) no seu texto intitulado "*Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*", compreende que há uma convergência em relação a questão de periodização das abordagens clássicas sobre movimentos sociais. Neste sentido, sustenta que o período da abordagem clássica tem a predominância até aos anos 60 do século XX, de modo que essas abordagens clássicas não apresentaram uma linha homogênea, e sim, distintas perspectivas. Ainda, foram sustentadas por características como: a teoria da ação social enquanto a base da ligação analítica; e a compreensão dos procedimentos coletivos como a etapa fundamental. Nesse período havia uma preocupação que remete a apresentação de duas modalidades de ação, dentre as quais: a ação de comportamento coletivo institucional e a de não-institucional. Com isso, entende-se que a ação de comportamento não-institucional constituía os procedimentos que não acontecem na base da orientação das regras sociais estabelecidas, e sim, ocorrem nas situações não definidas e não estruturadas (GOHN, 1997).

Além disso, Gohn (1997) frisa que os autores clássicos analisavam os movimentos sociais na base dos ciclos evolutivos, levando em consideração seu surgimento, crescimento e propagação que acontecem através de um processo de comunicação que carrega consigo a questão de contatos, rumores, reações circulares, difusão das ideias etc. Diante disso, considera que as reivindicações que vinham por causa das insatisfações eram vistas como a forma de buscar dar respostas sobre possíveis mudanças e desorganização social vindouras (GOHN, 1997). Em seguida, com base nos argumentos levantados por Goss e Prudêncio (2004) nos seus textos "*O conceito de movimentos sociais revisitado*", percebe-se que a partir da década de 1970, houve a mudança nas abordagens no que diz respeito a realidade social. A mudança da abordagem com destaque na microestrutura, com uma multiplicidade de fatores de análises, que engloba a questão econômica, de dar atenção à sociedade política, à sociedade civil e da luta de classes para os movimentos sociais (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004).

Melucci no seu texto denominado "*Um objetivo para os movimentos sociais (1989)*" ilustra que as teorias de movimentos sociais dos anos 70 demonstravam mais preocupação em buscar dar resposta de "por que" e não "como" os movimentos sociais devem se estabelecer e se estruturar. E com isso, cria a hipótese que considera a ação coletiva como algo completo e concreto. Ao passo que os investigadores sobre o modelo de mobilização de recurso enxergam e consideram a ação como simples dado, por isso, não conseguem fazer a avaliação da concepção e orientação da mesma (MELUCCI, 1989).

Ainda, Melucci (1989) acrescenta que o protesto constitui uma parcela de um sistema de relações que engloba as respostas ao sistema político, diálogo entre os grupos de protesto e elite. De modo que a confrontação dos movimentos sociais com o Estado configura como sendo um dos aspectos extremamente importantes na dinâmica da ação coletiva. As ações coletivas dos participantes não só são sustentadas pelos custos e benefícios, e sim, acontecem em busca da obtenção da solidariedade e identidade. Isso demonstra que os movimentos sociais dos anos 80 se preocupavam mais com a autorrealização, mas não numa orientação política (MELUCCI, 1989). Por conseguinte, a partir da virada do século XXI, o movimento social ganhou outra concepção que o leva a ser considerado como contrapeso ao poder opressivo, e uma chamada à ação popular para poder ultrapassar os problemas sociais (TILLY, 2010).

Nesta sequência, Gohn (1997), no seu texto intitulado "*Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*", compreende que o movimento social constitui a ação dos homens na história. Ainda, configura como ação sociopolítica composta por atores sociais coletivos, e estes são provenientes de distintas classes sociais e convergem, e assim criam uma força social coletiva na sociedade, com vista a atingir objetivo comum e, sobretudo, buscar transformar uma realidade socioeconômica e política de um determinado país. E as ações sociais de movimentos se constituem, estruturam e fundamentam na base de repertórios criados, levando em consideração as temáticas, os problemas sociais, litígios e disputas que ocorrem na sociedade. E essa ação se fundamenta por um fazer e um pensar que acontece através de diferentes comportamentos e ideias que impulsionam e embasam a mesma. Essas ações têm a capacidade de desenvolver um processo social e político-cultural, que acaba gerando uma identidade coletiva para o movimento em consonância com o propósito comum. Identidade essa construída através de solidariedade, valores culturais e políticos que são partilhados no grupo e em espaços coletivos não-institucionalizados.

Nesta sequência, a autora considera que é possível encontrar duas perspectivas básicas de movimento social, entre as quais: o movimento da perspectiva ampla e específica. O de perspectiva ampla refere-se aquele que se embasa na estrutura teórica estabelecida que desencadeia as lutas sociais, a fim de atingir os objetivos coletivos amplos ou de grupos minoritários. Por outro lado, os movimentos sociais específicos dizem respeito a uma modalidade de movimento que apresenta os princípios concretos, com a sua delimitação temporal e localizado num determinado espaço (GOHN, 1997).

Por outro lado, na perspectiva de Melucci (2001) no seu texto intitulado "*A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*", compreende-se que o movimento

social pressupõe um coletivo e unidade carregado de significados, formas de ação, modos de organização diferenciado e comporta princípios de solidariedade, de partilha dos objetivos e valores (MELUCCI, 2001).

Por sua vez, Alonso (2009) quando faz uma análise em "*As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*" avança que o conceito de movimentos sociais foi cunhado no ocidente no século XVIII para designar multidão que aclama por mudanças pacíficas, ou seja, atrelado aos grupos concentrados em pensar revoluções. Diante disso, os movimentos sociais seriam uma forma de expressão e reivindicações, sobre qual os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presente com base no repertório que seria adequado para expressão de seus propósitos. Quer dizer, são atribuídos o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. Os movimentos sociais surgem a partir da sociedade civil e são portadores de uma nova imagem da sociedade, e parecem como o novo ator coletivo portador de um projeto cultural. A partir dessa perspectiva, os novos movimentos sociais assentam as suas ações na democratização social, procurando uma mudança cultural de longa duração no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009).

Por outro lado, Miranda (2009) aumenta que os movimentos sociais constituem as ações sociais com fundamentos sociopolíticos e culturais, que demonstram as diferentes maneiras que os indivíduos e grupos se organizam para concretizar as suas necessidades. Para a materialização das suas necessidades, os movimentos sociais adotam diferentes estratégias ou repertórios das ações coletivas, dentre as quais: a de denúncia, pressão direta (assembleias, concentrações, passeatas etc.), por meio de pressões indiretas (lobby, promoção de ações judiciais), através das redes sociais e meios da comunicação social (MIRANDA, 2009).

Goss e Prudêncio (2004) sustentam que nenhum ator social contemporâneo luta sozinho, mas sim, atua na base de rede de conexão global e através da ação local. Ainda, vê-se que os movimentos sociais com fundamentos na questão identitária são exemplos emblemáticos, uma vez que não só lutam pelas suas particularidades culturais, e sim, geram discussões interessantes que influenciam nas mudanças das estruturas sociais e na construção da sociedade (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004). Por outro lado, os movimentos sociais não lutam somente pelas mudanças sociais, porque existem novos movimentos sociais conservadores que lutam pela permanência de valores e direitos sociais que consideram tradicionais, quer dizer, esses novos movimentos sociais têm se limitado em explicar alguns casos, assuntos, debates e

problemas sociais que não se alinham com os princípios das suas construções (EDELMAN, 2001 *apud* ALONSO, 2009).

Ainda, Goss e Prudêncio (2004) ressaltam que a rede de movimentos constitui o paradigma da organização da ação coletiva contemporânea, e essa rede se compõe por meio de grupos que compartilham uma cultura e identidade coletiva. Neste sentido, pelo fato de atores coletivos serem temporários, isso fez com que os mesmos constituam e desconstituam as redes, isso quer dizer que o campo da ação dos movimentos sociais continua vivo, mas os seus atores mudam. E aceitando a existência de diferentes atores sociais leva a acreditar que seria melhor debruçar sobre os movimentos sociais e não o movimento social. Também, ilustram a diferença entre as categorias "coletivos em rede" e "redes de movimentos". A primeira categoria tem a ver com as questões ligadas a comunicação de diversos atores ou organizações por meio da Internet, com vista a propagar informações, buscar apoio e propor diretrizes e políticas de ação conjunta. Em seguida, a segunda categoria refere-se as redes sociais complexas que ultrapassam as organizações e criam ligações com sujeitos sociais e atores coletivos de forma simbólica (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004).

As ideologias e estratégias dos movimentos sociais são materializadas por meio das ações sociais, e nesta linha de pensamento, Melucci no seu texto denominado "*Um objetivo para os movimentos sociais* (1989)" ilustra que os movimentos sociais buscam atingir os seus objetivos por meio das ações. Todavia, a ação precisa ser entendida como sendo um aspecto interativo de objetivos, recursos e obstáculos, que possibilitam dar uma orientação que visa alcançar uma etapa estabelecida num sistema de oportunidades e coerções. Isso demonstra que a funcionalidade de movimentos sociais se dá na delimitação de campo, sistema, possibilidades e limitações desenhados (MELUCCI, 1989).

Outro aspecto fundamental observável na dinamização e fortificação dos objetivos e ações de movimentos sociais é a questão da solidariedade. Feito isso, Melucci (1989) destaca a solidariedade como a outra questão importante a perceber quando se debruça sobre os movimentos sociais. Nesta sequência, argumenta que a solidariedade constitui um elemento que possui a capacidade de impulsionar os atores a partilhar uma identidade coletiva, de reconhecer e ser reconhecido como uma parcela de uma unidade social. Por isso, as ações coletivas de novos movimentos sociais (NMS) são carregados de princípios da solidariedade, de criação de conflitos e de rompimento dos limites impostos pelo sistema em que ocorre a ação.

E neste âmbito, os atores têm papéis relevantes, porque mediante os conflitos, os mesmos buscam apresentar os projetos e explicar a sociedade de que está perante um problema. Portanto, os atores desencadeiam a luta não simplesmente para angariar materiais ou ampliar as suas participações no sistema, mas sim, fazem-no com a finalidade de propor projetos simbólicos e culturais para transformação da sociedade. Ou seja, atores remetem a sociedade a necessidade e possibilidade de viver, experienciar uma nova realidade no tempo, espaço e a nova relação sociais que não vai ao encontro a realidade imposta pelo sistema. Isso ilustra que o movimento constitui um novo meio, uma mensagem e mecanismo de modernização que geram a inovações e reformas sociais. Em suma, o objetivo do movimento social não se limita a garantir a igualdade, e sim, estende-se a buscar ser diferente e apresentar uma concepção diferente da realidade (MELUCCI, 1989).

A respeito da solidariedade na dinamização dos movimentos sociais, Gohn (1997) considera que os movimentos sociais tendo a solidariedade enquanto uma característica fundamental, com a capacidade de convergir as diferenças, não pressupõe que os mesmos constituem um espaço extremamente harmonioso e homogêneo. E sim, configuram como um lugar que aceita conflitos e diferentes tendencias internamente. Mas, ao exporem publicamente, por meio de discursos e práticas sociais nos eventos, levam a criação de um imaginário social da unicidade e visão da totalidade a volta dos mesmos (GOHN, 1997).

Por conseguinte, Melucci (1989) adianta que a dependência dos movimentos sociais em relação a questão de recurso é visível, porque precisa do mesmo para poder convergir os seus membros e, sobretudo, para criar uma homogeneidade com o campo social que se sustenta por diversos elementos. Com isso, percebe-se que, ao explicar uma ação coletiva, é necessário levar em consideração a forma como os recursos internos e externos são mobilizados, e a forma como são construídos, estruturados e mantidos os movimentos sociais (MELUCCI, 1989).

Nessa senda, Alonso (2009) destaca que, na teoria de mobilização de recursos, considera-se que a ação social pode se prosperar quando se somar a presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, que passa pela coordenação entre indivíduos. Na criação de associações, o uso de estruturas comunitárias daria a base organizacional para os movimentos sociais. Com isso, ilustra que a mobilização pressupõe um processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre recursos necessários para sua ação.

Desse modo, a teoria de mobilização de recurso-TMR só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Para isso, a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, enquanto a teoria do processo político-TPP prioriza uma estrutura de incentivos e constrangimentos políticos, que demarca as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação. Portanto, a mobilização baseia-se num conflito entre partes, um ocupa momentaneamente o Estado, e a outra fala em nome da sociedade. Diante disso, a análise tem de ultrapassar as barreiras convencionais que retrata Estado e sociedade como duas entidades coesas e monolíticas. (TILLY, 1993 *apud* ALONSO, 2009).

As teorias de Tilly (2010), Miranda (2009), Melucci (1989; 2001), Alonso (2009), Gohn, (1997), Goss e Prudêncio (2004), mobilizadas ao longo dessa seção são importantes para compreender a ideia de movimentos sociais e o objeto da pesquisa em questão. Para isso, seguimos a linha desses diferentes autores que buscaram explicar a teoria dos movimentos sociais desde primórdios até a contemporaneidade. E essas leituras da contemporaneidade sobre o assunto proporcionam a compreensão das lógicas dos movimentos sociais que surgiram na atualidade, assim como o movimento MIGUILAN, com a finalidade de manifestar a sua insatisfação sobre a realidade sociopolítica desorganizada na Guiné-Bissau.

Em outras palavras, os argumentos dos autores ajudaram a compreender a realidade social do final do século XVIII no contexto da Europa e América de Norte; permitiram a compreensão de dimensões dos movimentos sociais no século XIX e XX na leitura da tradição marxista; remetem a percepção de que valor, unidade e comportamentos constituem elementos fundamentais da reivindicação e dos movimentos sociais. Além disso, auxiliam em entender a criação de diversas teorias que buscam ajudar a compreender esse fenômeno de movimentos sociais, teorias essas: a de abordagem sociológica americana e de novos movimentos sociais; impulsionam o entendimento dos argumentos clássicos a respeito dos movimentos sociais; instigam o entender de movimentos sociais como sendo ação dos homens na história, ação sociopolítica dos atores coletivos, como coletivo e unidade carregado de significados, formados de ação e modos de organização fundamentados de princípios de solidariedade; e movimentos sociais como formas de expressão e reivindicações.

Também, ajudam a perceber que os movimentos sociais utilizam diferentes tipos de repertórios de ação coletiva como mecanismos viáveis para atingir os seus objetivos e de democratizar as relações sociais; e ilustram a compreensão da relevância de recurso na sustentabilidade das ações dos movimentos sociais.

### 3.2 A militância e a Lógica de Engajamento

Baltazar (2004) no seu texto "Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana" ilustra que a militância constitui modo de participação política de uma forma engajada, crítica e com ações que buscam garantir a consciencialização política da população, criar novos valores que impulsionam a desenvolverem a capacidade de pertença e lutarem para a construção de uma sociedade justa e digna. Ao assumir a militância, pressupõe que está comprometido com o projeto coletivo, tem a noção da opção e das perspectivas a seguir, e apto para desencadear o trabalho popular como a forma de contribuição. Ainda, a militância constitui um espaço de aprendizagem por meio de compartilhamento das paixões, desejos e particularidades de diferentes personalidades, que ajudam na construção de um projeto que objetivam a realização das necessidades pessoais e coletivas. Necessidades coletivas que baseiam essencialmente na construção de uma nova sociedade e mudando a vida das pessoas, através da consciencialização e organização popular (BALTAZAR, 2004). Todavia, vale destacar que existe a militância conservadora, que se opõe ou defende a suspensão de certos direitos. À título de exemplo, os atores conservadores de origens religiosas formadores de militâncias cristãs reivindicam o tradicionalismo e se opõem às pautas de certos direitos civis, como: aborto, divórcio, casamento entre pessoas de mesmo sexo, entre outros (DOMÍNGUEZ AVILA, 2023).

Por sua vez, De Oliveira (2017) argumenta que a ideia de militância diz respeito sobre aquele que milita, filia-se a uma perspectiva ideológica, filosófica, que se coloca, participa e atua ao serviço de uma ideia e causa, a fim de atingir os objetivos coletivos (políticos, sociais, culturais, econômicos ou religiosos). Ou seja, pressupõe um membro em atividade de uma causa, com posicionamento igual a uma ideologia, ao um trabalho, uma profissão e causa (DE OLIVEIRA, 2017).

Em seguida, Oliveira (2010) sustenta que a militância pode ser separada em três fases, dentre as quais: a primeira fase diz sobre a pré-militante, a respeito da qual um indivíduo é mobilizado ou impulsionado a tomar parte; a segunda fase refere-se a de militante na qual o indivíduo ocupa um determinado lugar nas instituições participativas; e a última fase denomina-se de pós-militante que é o momento de desengajamento, de desligamento temporário ou definitivo da militância (OLIVEIRA, 2010 *apud* LIMA; GANTOS, 2022).

As vantagens e desvantagens da militância, segundo Baltazar (2004), a semelhança de qualquer atividade, tem as suas vantagens e desvantagens. Neste sentido, a militância

proporciona as vantagens desde a questão de crescimento pessoal, profissional, de aprendizagem e a aquisição de conhecimento, uma vez que a mesma possibilita uma aprendizagem a respeito de si mesmo, sobre as relações pessoais, sobre o mundo, a sociedade, permite uma mudança comportamental e realização das necessidades individuais. Além disso, a militância tem a capacidade de fazer um indivíduo seja visto como uma referência, um ser útil e reconhecido e respeitado pelo seu trabalho. Por outro lado, os próprios líderes, pelas suas militâncias e engajamentos, deparam com desvantagens desde a questão de terem um tempo bem limitado para lazer, para convivência nos seus bairros, para si mesmo e, sobretudo, para participar da rotina diária familiar. A outra desvantagem reside na ideia de que a militância pressupõe a existência de discriminação e rótulo pelo fato de muitas pessoas não terem a compreensão da militância, não entenderem os motivos que impulsionam as lideranças a desencadearem um trabalho popular. Com isso, acabam por não saber discernir a militância com interesses eleitorais e, assim, rotulam quem se intitula de militante (BALTAZAR, 2004).

A militância como acrescenta Baltazar (2004), também, interfere na vida profissional, uma vez que ao se envolver e engajar na organização popular, às vezes, isso acaba diminuindo a sua dedicação na sua vida profissional. Nesta sequência, vê-se que a militância tem a capacidade de impulsionar a reação da parte da família dos militantes e líderes. Reações nas quais os familiares reclamam a falta de presença de pais, filhos, maridos e mulheres em casa, para poderem compartilhar o momento da convivência diária familiar. As famílias exigem os militantes a saberem equilibrar os seus tempos da vida pessoal, familiar e da militância. Esse e entre outros aspectos levam a consideráveis números de famílias que não aceitam a militância dos seus membros familiar, pelo fato de não compreenderem a ideia de militância. E essa falta de entendimento, às vezes, advém na base de limitada formação cultural e política da família ou pelo forte índice de violência social. Porém, com o passar de tempo, os familiares acabam por saber da relevância das organizações populares, da mobilização social, saber lidar com a situação e, assim, aceitam a militância dos seus membros familiares. Outrossim, os próprios militantes reconhecem essa falta de tempo para estarem com os seus familiares, para os seus lazeres, para estudo e para dedicarem a si mesmos. Isso demonstra que, de certa forma, a militância remete o indivíduo a subordinar a sua felicidade pessoal, os seus sonhos, as suas necessidades e a sua vida em favor dos objetivos do projeto coletivo (BALTAZAR, 2004).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a interferência familiar e profissional delimita, na maioria das vezes, o sentimento de agir militante, contudo, o ser militante possui

as suas persuasões, valores e ganhos (o acúmulo de capital militante). Diante disso, Matonti e Poupeau (2006) referem o capital militante como:

(...) incorporado sob forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, (...) cobre um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis em ações coletivas, lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, conversíveis em outros universos, portanto, suscetíveis de facilitar certas 'reconversões'". (MATONTI; POUPEAU, 2006, p.130 *apud* SEIDL, 2021, p. 178).

Observa-se que através da dedicação na atividade de militância, pode-se desenvolver ganhos no que se refere às aprendizagens, experiências e vários conhecimentos práticos adquiridos para a compreensão do mundo.

A legitimação das lideranças de militantes depende das habilidades, de peso de trabalho de certos militantes em momentos mais estratégicos da atuação dos grupos, desde a relação com exercício de papel desempenhado frente às exigências do espaço político e militante (SEIDL, 2021). Nesta sequência, Anjos (2008) argumenta que o reconhecimento da liderança implica no trabalho, na disposição e na administração dos recursos comunitários, e as líderes decidem como as verbas e as doações serão repartidas. Ainda, nessa atividade militante, a procura de reconhecimento dos líderes está relacionada à adesão da causa que dá sentido a formação desse grupo e a própria condição feminina (ANJOS, 2008).

Feito isso, Anjos (2008) no seu trabalho "*Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições*" sustenta que, no universo social de militância, o título de líder é designado a qualificação do papel desempenhado nas atividades associativas. Todavia, essa qualificação se expressa na diferenciação entre os membros e notável na existência de uma hierarquia, baseada em certas capacidades da liderança. No ambiente de militância, essas mulheres se sentem mais autônomas, em um meio onde não são desvalorizadas por sua condição social. Por outro lado, essa formação oferecida a essas mulheres no exercício da atividade coletiva lhes possibilita atuar ou falar em público na frente da comunidade, em momentos emblemáticos do reconhecimento de autoridade. (ANJOS, 2008). O engajamento leva os militantes a defender uma identidade de si mesmo e para outros (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). O engajamento tem a capacidade de construir ou reconstruir as identidades, porque possibilitam um determinado grupo a se identificarem por características comuns (LIMA; GANTOS, 2022).

Nesta perspectiva, Snow e Machalek, (1984) destacam que o processo de engajamento remete "a existência de um vínculo positivo e interpessoal com um ou vários membros do grupo que pode funcionar como um canal de informação; aumenta a credibilidade dos apelos e

intensifica a pressão para tornar tais apelos e as práticas correspondentes aceitáveis" (SNOW; MACHALEK, 1984 apud SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Ainda, entende-se que "a determinação de propriedades adaptadas à militância depende bastante das redes sociais. Contudo, a entrada no mundo humanitário remete amplamente à inserção em redes que podem ser não só de recrutamento, mas geralmente de busca de perfis humanitários" (DAUVIN; SIMÉANT, 2002 apud SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

Além disso, Sawicki e Siméant, (2011) argumentam que no processo de engajamento existe o ajuste ou o desajuste entre esfera de amigos, familiar, profissional e militante que condicionam as chances de se permanecer ou não engajado, ou até de aumentar a intensidade do engajamento. Portanto, há tensões identitárias, conflitos de papéis e impossibilidades práticas entre as expectativas e os valores próprios, e cada uma dessas esferas pode levar o questionamento de um engajamento militante. Fato que, a valorização ou aceitação da militância no universo familiar possui grau afetivo, e sua compatibilidade e sua articulação terão todas as chances de reforçar o seu investimento militante.

Por outro lado, o primeiro momento de grupos se constitui como organizações formadas e se apoiam, muitas vezes, em núcleos militantes e compartilham experiências próximas, que alimentam afinidades mutuamente reconhecidas. Portanto, o grande investimento no grupo corresponde ao que seus membros aprendem no plano do desenvolvimento intelectual e consubstancialmente afetivo. Cada experiência particular tem sua força e marca individual. Deste modo, trajetória individual e coletiva se combinam e co-determinam as carreiras militantes. Feito isso, compreende-se que o engajamento em uma organização supõe não apenas dar conta dos motivos e das motivações, mas também das estratégias da organização para manter e orientar essas motivações (SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

Seidl (2021), no seu texto intitulado "*Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do movimento passe livre*", ao trazer uma reflexão a respeito de militantes de dois movimentos sociais ligados ao transporte coletivo nas duas cidades do Brasil, demonstra que os grupos ou movimentos constituem agentes sociais orientados em função de seus propósitos, sobre os quais adquirem certas características e formas de ação e organização. Quer dizer, trata-se de processos que envolvem os indivíduos com determinadas características sociais, com engajamento e investimento na causa que dão a existência ao grupo. Diante disso, é compreensível que as lógicas de engajamentos dos militantes precisam prosseguir de acordo com as condições nas quais o grupo se realiza, isto é, a relação com regras, a estruturação das escalas de prestígio e de reconhecimento interno (SEIDL, 2021).

Além disso, Seidl (2021) destaca que a função de capital político não é suficiente no processo de engajamento, uma vez que, se funda na medida que a representação coletiva tem por princípio acumular o crédito e evitar o descrédito. Enquanto o capital militante tem por princípio acúmulo de aprendizagens conferidas pelas militâncias, das competências importadas do exterior e daqueles que se aprendem na prática. Por outro lado, entende-se que há uma tensão entre o polo partidário e o polo associativo, fato que registra, a partir do movimento estudado, a existência de indivíduos que participam dos movimentos ou organização com afiliação aos partidos.

Nesta ótica, observa-se que as experiências adquiridas e vínculos acumulados pelas lideranças militantes com partidos políticos remetem ao reconhecimento de suas competências, quer dizer, esse reconhecimento ou capital simbólico adquiridos lhes conferem a autoridade. Em seguida, percebe-se que a formação de um grupo ou movimentos requer dos seus integrantes um manejo discursivo dirigido a diferentes indivíduos ou atores, a partir de discurso que busca conferir a identidade do grupo. Portanto, a constituição simbólica de um grupo depende de um trabalho discursivo exigente, uma vez que a razão da existência de grupo ou movimento deve-se as suas propostas, organização e modos de ação. Além disso, a definição de tipo de grupo e de sua identidade depende precisamente do potencial de recrutamento de militantes e dos apoiadores (SEIDL, 2021).

As leituras acima levantadas constituem elementos importantes para esta dissertação, uma vez que ajudam a compreender o processo de engajamento e militância dos movimentos sociais. Diversas explicações de autores como Baltazar (2004), Seidl (2012), Sawicki e Siméant, (2011), Oliveira (2010) e Lima e Gantos, (2022) auxiliam a perceber as questões sobre os conhecimentos práticos das dinâmicas das ações do caso dos membros do movimento MIGUILAN. Isto é, a forma de mobilização de recursos, de organização e da atuação.

Nessa senda, essas abordagens possibilitam entender que a militância se constitui em modo de participação política, de aceitação e comprometimento com um projeto coletivo que visa a realização das necessidades coletivas; permitem compreender que a ideia da militância refere a alguém que milita e se sente contemplado com uma visão ideológica e filosófica de uma certa organização social. Ademais, remetem a compreensão de que a militância possui três fases fundamentais: a de pré-militante, a de militante e a de pós-militante; ilustram o entendimento sobre as vantagens e desvantagens de ser militante, a forma como a militância interfere na vida familiar e profissional de um militante; e facilitam a compreensão sobre o que

é ser militante, a forma como se milita numa organização, e a forma como acontece o engajamento militante.

Todos esses argumentos foram viáveis para compreender a fala das nossas entrevistas do movimento MIGUILAN em relação ao engajamento e militância dos seus membros. Partindo dessa perspectiva, nos seus relatos percebe-se que ser militante de MIGUILAN significa estar comprometida com todas as causas ou princípios definidos pelo grupo, agir de acordo com as leis e ideologia da qual o coletivo se apoia, ou seja, partilhar do mesmo sentimento, impotência, frustração e indignação.

### **3.3 Repertórios de ação Coletiva e Articulações nas Redes sociais**

Para Tilly, os repertórios são conjuntos de formas de ação ou um pequeno leque de forma de fazer política. O repertório surge como instrumentos para realização de interesses, sem significados em si mesmos, as formas dependem de contexto e atores a nível de ação. Ainda afirma que o repertório consiste em conhecimento social sedimentado de entendimentos, memórias e acordos compartilhados, de relações sociais, significados e ações. Diante disso, os repertórios de ação coletivos designam em performances feitas por meios de interação entre grandes conjuntos de atores, isto é, em companhias, não individuais (ALONSO, 2012).

Na perspectiva de Losekann (2013), os repertórios de ação coletiva constituem meios pelos quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados, promovendo oportunidades e restrições políticas para a ação. E são limitados ao contexto estrutural e cultural. Portanto, os repertórios variam de lugar para lugar, de época a época, de caso e caso. De modo geral, as reivindicações coletivas acontecem dentro de um conjunto limitado pelos repertórios já situados para o seu lugar, tempo e caso. Os repertórios são exemplificados por barricadas, protestos, petições, publicidades, entre outros. Ainda, os repertórios se tornam os meios de confronto quando os termos práticos de elaboração se compõem em reivindicações e lutas políticas (LOSEKAN, 2013).

Charles Tilly, na sua obra "*Regimes e repertórios* (2006)", destaca três tipos de formulação coletiva de reivindicações: as de identidade consistem em afirmar a presença de um ator substancial, exigindo o reconhecimento, por outro lado, as reivindicações permanentes dizem que os reivindicadores não apenas existem, mas também possuem uma posição dentro do regime. E as reivindicações do programa exigem que os seus reclamados executem uma

ação, adotando uma política que se comprometa com uma mudança. As reivindicações coletivas acontecem dentro dos limites colocados pelo repertório já estabelecido para seu lugar e tempo, portanto, os repertórios variam de lugar para lugar e de caso a caso (TILLY, 2006). Ainda, o autor acrescenta que os repertórios variam a partir de diversas formas de performance:

Se a familiaridade passada aumenta a probabilidade de desempenho subsequente de maneira mais ou menos linear, provavelmente estamos vendo os efeitos do aprendizado, mas não de preferência forte; chamemos essa situação de “repertório fraco”. Se performances familiares recebem forte preferência, mas algumas performances desconhecidas também ocorrem na forma de inovações, estamos lidando com um repertório flexível, que também podemos chamar de “forte”. Se nada além de performances muito familiares aparecerem apesar da mudança das circunstâncias, o repertório é chamado de “rígido”. (TILLY, 2006 p. 40).

Os repertórios se baseiam nas identidades, laços sociais e formas organizacionais que constituem a vida social cotidiana. Diante disso, Tilly (2006) afirma que identidades, laços sociais e formas organizacionais emergem das reivindicações coletivas, a partir dos meios disponíveis para fazê-las. Ou seja, repertórios são regimes de operações rotineiras. A partir dessas disputas ou reivindicações, os atores aprendem as interações que podem fazer uma diferença política, assim como aprendem com os significados compartilhados nas interações. Por outro lado, alguns repertórios conectam os manifestantes com os detentores do poder, de modo que leva rapidamente a mudança de ameaças e oportunidade sobre qual os detentores de poder assumem repertórios rígidos para a repressão dos manifestantes, enquanto isso, os manifestantes asseguram os repertórios mais flexíveis buscando dessa forma novas vias para superar as autoridades e concorrentes (TILLY, 2006).

Alonso (2012), aponta que no decorrer dos anos, Tilly procura modificar o conceito de repertório e amplia a sua teorização, trazendo mais o aspecto fluido. Em 1978, o conceito baseava em noção encarnada de “*rotinas de interação*”, que abarca sentidos reciprocamente produzidos num conflito. E, em 1990, retoma o tema e sofisticava o conceito, consolidando explicação histórica-estrutural da origem e mudanças de repertórios. No ano 2000, Tilly volta a abordar o conceito de repertório a partir da nova configuração, ampliando o conceito de repertório com a noção de performances. Todavia, os repertórios de performances não surgem do nada, a ideia de repertório como conjunto de performances surge a partir de rotina de unidade. Para Tilly, o repertório de confronto são as formas estabelecidas pelos atores nas reivindicações, com interações conflituosas quando os seus interesses são afetados. Enfim, o repertório de ações não se estabelece a partir da consciência individual, mas sim através de uma linguagem de indivíduos ou grupos que empregam as ações em um repertório conectando

conjuntos de indivíduos e grupos. Portanto, repertório constitui o meio pelos quais as pessoas se engajam em confrontos políticos (ALONSO, 2012).

Por outro lado, os movimentos sociais atuam a partir dos repertórios de ação coletiva, uma vez que cada movimento adota um certo tipo de repertório de acordo com as suas demandas. Na perspectiva de Alcântara (2014), os movimentos sociais adotam os repertórios de ação coletiva como formas de atuação para alcançarem os seus objetivos. Quer dizer, os repertórios de ação são meios sobre quais os movimentos sociais expressam as suas demandas para a sociedade e o Estado, como nos casos das passeatas, greves, petições, assembleias, entre outros (ALCÂNTARA, 2014). Fato que os manifestantes procuram manifestar as suas causas em várias arenas, isto é, buscando aquela em que seus recursos e sua equipe tenham mais vantagens. Portanto, as arenas promovem oportunidades para os manifestantes e ajudam na mobilização de grande número de simpatizantes (JASPER, 2016).

Vale destacar que, na atualidade com a sociedade globalizada, os movimentos sociais vêm se apropriando de redes sociais como ferramentas para articulação das lutas, uma vez que consistem em meios mais ágeis na difusão das informações em ampla dimensão. Nessa perspectiva, Scherer-Warren sublinha no seu texto *"Redes de Movimentos Sociais na América Latina -caminhos para uma política emancipatória"* (2008) sustenta que as novas tecnologias têm um papel relevante na formação de uma sociedade civil cada vez mais ampla e mundializada, com fornecimento das informações e comunicações. Os movimentos sociais têm se recorrido a esses meios ou recursos para comunicações e organização de simpatizantes. As novas tecnologias, sobretudo, a internet e rádios comunitárias constituem um dos elementos facilitadores na propagação das informações e ideias (SCHERER-WARREN, 2008).

Diante disso, Machado no seu texto intitulado *"Das Redes às Ruas: Os Movimentos Sociais e a Mobilização das Identidades"* (2015) destaca que atuação dos movimentos sociais deu um grande salto desde que a Internet passou a servir como infraestrutura de comunicação e articulação, porque as novas tecnologias de informação e comunicação digitais tornaram-se instrumentos de grande importância nas últimas décadas. A partir dessas técnicas, os movimentos sociais têm alcançado e ampliado o poder de mobilização social. Desse modo, com o surgimento das redes sociais, a maioria dos protestos passou a ser organizada pelo meio da internet, em especial Facebook e Twitter (MACHADO, 2015).

Ainda, Machado (2015) acrescenta que a internet não apenas tem possibilitado as novas formas de comunicação com grande alcance, também tem constituído um novo espaço público

para debate político. A rede social proporciona o aumento da influência dos movimentos sociais na informação da opinião pública e tem provocado maior pressão política aos governos. Portanto, o alcance e dinamismo das novas tecnologias de informação e comunicação têm permitido uma proliferação dos coletivos sociais, potencializando as formas de mobilização, participação, interação e acesso à informação. Também têm tornado as organizações cada vez mais horizontais, menos hierarquizadas, mais flexíveis, uma vez que as estratégias de atuação no virtual buscam ligar identidades, objetivos, ideologias e visões de mundo compartilhadas. Enfim, os movimentos sociais que se articulam em redes sociais têm o poder de agregar identidades individuais, anônimas e ao mesmo tempo dispersas, ou seja, múltiplas identidades sociais, interesses e ideias combinam com grande dinamismo em torno de objetivos e fins específicos (MACHADO, 2015).

Todavia, as formas virtuais não são os únicos meios usados nas articulações dos movimentos sociais, os encontros presenciais continuam sendo muito valorizados (reuniões, seminários, assembleias e entre outros). Portanto, as duas formas de comunicação se complementam, possibilitam nos processos de mobilizações e de articulações das causas (SCHERER-WARREN, 2008).

Partindo das abordagens dos autores supracitados, compreendemos que os repertórios de ações coletivas compõem os meios pelos quais os movimentos sociais usam para atingir os seus objetivos, os militantes agem a partir desses meios compartilhando os seus interesses com sociedade e Estado. Desse modo, as redes sociais têm se tornado meios de inovações nas últimas décadas, servindo de infraestruturas para os movimentos sociais nas lutas. O apoio das novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam a agilidade das informações para altos públicos. Enfim, esses argumentos ajudam a compreender que os movimentos sociais se apoiam em algum tipo de repertório para a efetuação de engajamento e militância. O movimento MIGUILAN funciona nessa mesma perspectiva com a finalidade de atingir os seus objetivos.

O capítulo de análises das teorias e conceitos dos movimentos sociais, engajamento e militância acima mobilizados, serviram de apoio para entender e explicar a dinâmica de engajamento e militância no movimento MIGUILAN na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero na sociedade guineense. Para isso, o capítulo a seguir procura trazer uma discussão sobre as lutas do movimento MIGUILAN pelo direito das mulheres em Guiné-Bissau.

## **4. ITINERÁRIOS E LUTAS DO MOVIMENTO MIGUILAN PELO DIREITO DAS MULHERES EM GUINÉ-BISSAU**

O presente capítulo traz uma abordagem empírica para ilustrar o contexto do movimento MIGUILAN na Guiné-Bissau. Diante disso, traz a discussão sobre o surgimento do movimento MIGUILAN, as suas ideologias e estruturas de lideranças. E busca apresentar as dinâmicas de engajamento e militância no movimento MIGUILAN, as suas estratégias de intervenção social. Ainda, busca destacar as questões sobre os desafios e as perspectivas do movimento MIGUILAN na luta pelos direitos das mulheres e pela equidade de gênero na Guiné-Bissau.

### **4.1. Procedimentos Metodológicos**

Em termos metodológicos, a dissertação se fundamenta a partir de uma abordagem qualitativa, na coleta de dados, compilação e descrição dos dados. Diante disso, a pesquisa qualitativa de acordo com Creswell (2010):

É meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, as análises dos dados indutivamente construídas a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura flexível [...] aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação (CRESWELL, 2010, p. 26).

Ainda, a dissertação se baseou na orientação exploratória em diálogo com Gil (2019), uma vez que demonstra que esse método tem a capacidade de proporcionar maior oportunidade de familiarizar e clarificar o problema em questão.

Por outro lado, a pesquisa trabalhou com método bibliográfico e possibilitou o estabelecimento do marco analítico e o levantamento de dados secundários através documentos, livros, artigos e dissertações (MARCONI; LAKATOS, 2015). A partir dessa técnica, foram consultadas diferentes literaturas e, em especial, os materiais produzidos pelos autores guineenses sobre a participação política das mulheres no contexto da Guiné-Bissau. Também, foram revisados documentos institucionais como o relatório das eleições produzido pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), da Assembleia Nacional Popular (ANP), de instituições internacionais (ONU) e, sobretudo, o Estatuto do movimento MIGUILAN enviado pela ex-

coordenadora da MIGUILAN para mim por e-mail. Esse documento possibilita a clarificação da ideia sobre as lutas que as mulheres guineenses têm levado a cabo.

Também, a dissertação conta com entrevistas semiestruturadas, nas quais foram entrevistadas três (3) mulheres de MIGUILAN cuja idades varia de 27 a 65 anos. Essas mulheres entrevistadas têm uma participação efetiva no movimento desde a criação. As entrevistas aconteceram online, por meio de videochamada no aplicativo *WhatsApp* com duração aproximadamente de uma hora e a gravação da maioria é em língua nacional da Guiné-Bissau (*krioulo*). As entrevistas aconteceram de forma aberta, isto é, na base de preferência das interlocutoras para articulação entre a língua *krioula* ou portuguesa.

Nessa perspectiva, as transcrições das entrevistas aconteceram de forma minuciosa, respeitando as diferenças gramaticais e variáveis linguísticas entre o português e o *Krioulo*. Diante disso, Bourdieu (1997) no seu texto “Compreender”, destaca que a situação ideal de comunicação ou interação entre o pesquisador e o entrevistado deve ser uma comunicação não violenta, na qual a finalidade de pesquisador é ter em mente o que pode ou não pode ser dito (BOURDIEU, 1997). Ainda, Triviños (2003) fez nos lembrar que as entrevistas criam as condições para que os questionamentos deem frutos as novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes (TRIVIÑOS 2003 *apud* MANZINI, 2004).

#### 4.2 Perfil das entrevistadas

**Tabela 4-** Perfis das militantes de MIGUILAN entrevistadas

Nome	Idade	Estado Cível	Partido político	Formação	Função dentro do Movimento
Nelvina Barreto	60	Casada/ mãe de dois filhos	Partido da Unidade Nacional (PUN)	Direito na Faculdade de Direito de Portugal	Ex-Coordenadora
Isabel Almeida	65	Viúva/ mãe de três filhos	União para a Mudança (UM)	Nutrição, higiene e qualidade de alimentos em Bahia/Brasil	Coordenadora
Adama Balde	27	Solteira/ Sem filhos	Sem	Ciência Política e Relações Internacionais Em Jean Piaget/Bissau	Técnica

**Fonte:** elaboração própria

De acordo com os dados apresentados na tabela 4 sobre perfis das militantes do movimento MIGUILAN entrevistadas, observamos uma diferença em termos de idade, partidos políticos, formação e função dentro do coletivo.

Das três membras entrevistadas, percebe-se que duas delas têm atuação dentro das organizações partidárias. A entrevistada Nelvina Barreto é jurista e gestora pública, começou a exercer a sua atividade profissional na gestão de programas e projetos de desenvolvimento financiados por instituições internacionais como Banco Mundial, União Europeia e Banco Africano de Desenvolvimento. Foi responsável por vários projetos de desenvolvimento nos diferentes setores como a educação e desenvolvimento comunitário, também foi consultora do NDI-*National Democratic Institute*, em programas de formação dos membros da Assembleia Nacional Popular (ANP)<sup>21</sup> e de outras entidades estatais. Tem uma trajetória ligada ao partido político, foi a membra fundadora do Partido da Unidade Nacional (PUN) em 2002, foi eleita como secretária geral e ocupa o cargo de vice-presidente do partido. Na eleição legislativa de 2014, candidatou-se e foi eleita em 2015 como responsável de gabinete de coordenação do Programa Estratégico e Operacional Terra *Ranca*- Ministério da Economia e Finanças. Na eleição legislativa de 2019, concorreu como candidata a deputada do círculo 28, mas não foi eleita, porque o seu partido não conseguiu a representação no parlamento. Exerceu o cargo de ministra de Agricultura e Florestas, em 2019, na Guiné-Bissau.

Segundo ela, o movimento MIGUILAN não era a única organização coletiva na qual milita, porque já havia militado nas outras organizações da sociedade civil, e sempre teve uma participação cívica ativa, participava na organização coletiva que luta pela educação, a energia e a saúde. Ela é uma das membras fundadora do movimento MIGUILAN em 2015, exerceu a função de coordenadora. Relata que a sua motivação de fazer parte na criação do movimento MIGUILAN foi justamente para manifestar a sua insatisfação em relação ao cenário político guineense (BARRETO, 2024).

Por outro lado, a outra entrevistada, Isabel Almeida, é gestora e secretária executiva da ONG ALTERNAG. Candidatou-se aos cargos eletivos nos quais foi eleita para dirigir a ONG nacional ALTERNAG (Associação Guineense de Estudo e Alternativas). Foi a primeira ONG nacional legalizada após abertura democrática, e ela é uma das membras fundadora dessa ONG em 1991. Entrou na política ativa guineense, em 1992, no início da abertura democrática a

---

<sup>21</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nelvina\\_Barreto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nelvina_Barreto). Acesso em 15 de março de 2024.

convite de uma amiga e, assim, se afiliou desde então ao partido da União para Mudança (UM). Ainda, acrescenta que não tem nenhum parente na política.

Ela também relata que foi uma das membras fundadora do movimento MIGUILAN em 2015, no início exerceu a função de vice- coordenadora, mas atualmente está exercendo o cargo da coordenadora do movimento. Demonstrou que a sua participação na criação do movimento foi como a forma de mostrar a sua indignação com o cenário político que tem colocado a Guiné-Bissau na situação de crise e da desigualdade social (ALMEIDA, 2024).

Adama Balde, por sua vez, relata não estar envolvida com nenhum partido político guineense, quer dizer, está sem afiliação partidária. Ela é gestora do projeto na empresa AIFO Guiné-Bissau, trabalha como secretária executiva da Associação de Mulheres Alternativa e Resposta (AMAR). Foi vice-presidente da Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau- RENAJ em 2019. Afirma que aderiu ao movimento MIGUILAN em 2022 através do projeto Mulheres jornalistas em contextos da instabilidade, para o qual atuou como técnica. Antes do movimento MIGUILAN, já fazia parte das outras organizações da sociedade civil, como a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI). Assegura que a sua militância no movimento MIGUILAN foi exatamente para dar a sua contribuição na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero como sendo mulher guineense (BALDE, 2024).

### **4.3 Análise e interpretação dos dados**

Para realizar as entrevistas, começa-se com a elaboração dos questionários na língua portuguesa. Em seguida, enviei os questionários para interlocutoras por e-mail dias antes do encontro virtual para entrevista, e em seguida houve a realização das entrevistas com conversas que foram gravadas. Depois da coleta dos dados das entrevistas, foram feitas as transcrições das entrevistas traduzindo-as de língua *Krioula* para a língua portuguesa e depois foram feitas análises de dados. Segundo Gil (2008), a análise dos dados constitui o processo sobre o qual os dados são organizados e sintetizados para possibilitar o abastecimento de respostas ao problema da pesquisa. Já a interpretação dos dados consiste no processo pelo qual se procura o sentido mais amplo das respostas, e gera a ligação dessas respostas com outros conhecimentos obtidos anteriormente. Portanto, na pesquisa qualitativa, os dois processos se relacionam entre si (GIL,2008, p.156).

Ainda, Gil (2008) afirma que a análise dos dados da pesquisa qualitativa se fundamenta a partir de três fases: a fase de redução, de apresentação e da conclusão/verificação. A fase da redução consiste numa fase em que os dados passam por processo de seleção e simplificação, ou seja, essa fase seria de focalização, da abstração e da transformação dos dados originais em sumários organizados e definidos na base dos objetivos originais da pesquisa. Em seguida, a fase da apresentação, constitui uma fase de organização dos dados selecionados a fim de possibilitar a análise sistemática para apurar semelhanças e diferenças ou inter-relacionamento. Por último, a fase de conclusão/verificação consiste numa fase de revisão em que são levados em consideração o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicação. E a verificação está ligada a elaboração da conclusão (GIL,2008 p. 176).

#### **4.4 Movimento MIGUILAN: elementos estruturantes e ideológicos**

O movimento MIGUILAN (Mindjer de Guiné nó Lanta)<sup>22</sup> é uma organização apartidária da sociedade civil guineense, sem fins lucrativos que pretende fazer ouvir a sua voz em decisões relativas à paz, estabilidade, igualdade, equidade de gênero e justiça social na Guiné-Bissau. Foi criado em 24 de agosto de 2015, por 29 mulheres guineenses, constituído exclusivamente por mulheres maiores de 18 anos de idade. É formado por mulheres que espontaneamente se mobilizaram para dizer basta a discriminação das mulheres, as cíclicas crises sociopolíticas e, assim, lutar para democratização da Guiné-Bissau. Após a sua criação, o movimento conta com a assinatura de 149 mulheres guineenses simpatizantes e resididas nas diferentes partes da Guiné-Bissau, de Macau, Angola, Portugal, China e outros países.

De acordo com os princípios do movimento, toda a mulher com a nacionalidade guineense, de idade igual ou maior a 18 anos, que aceite e acredite no projeto do movimento MIGUILAN na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero, pode solicitar a sua adesão ao movimento. O movimento defende a independência de pensamento e de ação. E é composto exclusivamente por pessoas de sexo feminino, com sede na capital Bissau (EM, 2016)<sup>23</sup>. Diante disso, o movimento MIGUILAN, na sua estrutura, conta com a presença de mulheres vindas de diferentes áreas sociais: como as mulheres vindas de partidos políticos, de diferentes

---

<sup>22</sup> Informação extraída do Estatuto do movimento MIGUILAN.

<sup>23</sup> Os encontros das membras de MIGUILAN são realizadas na Casa dos Direitos em Bissau. Após os encontros, as informações são sempre disponibilizadas na página do movimento no *Facebook*. De acordo com as nossas entrevistadas, realizam-se as conferências ao público, reunindo diferentes entidades partidárias e organizações da sociedade civil.

organizações de sociedade civil, funcionárias das Organizações das Nações Unidas, entre outras<sup>24</sup>. Nesta senda, as nossas entrevistadas Nelvina Barreto e Adama Balde nos ajudam a explicar e compreender melhor esse assunto, afirmando que:

A ideia de surgimento do movimento MIGUILAN era para reagir contra a dissolução do governo saído da eleição de 2014, liderado pelo Domingos Simões Pereira, que levou a instabilidade ao país e comove mais uma vez a população guineense. Porque a Guiné-Bissau saiu da crise de golpe de Estado de 2012, e buscava ultrapassar a situação desagradável condicionada pelas consequências de golpe. Para isso, a confiança e esperança foram depositadas no novo governo saído da eleição 2014, porque apresentava sinais fortes de investimentos com base nas verbas conseguidas na mesa redonda em Bruxelas. Mas, não foi o caso porque em seguida o governo foi dissolvido pelo presidente José Mario Vaz, e o país entrou na crise e instabilidade governativa novamente. Por essa razão, as mulheres viram que era necessário levantar-se para dizer basta a essa situação que coloca o país mais uma vez e sempre em retrocesso e afeta principalmente as mulheres com a crise. E assim surgiu o movimento social MIGUILAN (BARRETO; BALDE, 2024).

Com base nos argumentos das entrevistadas, percebe-se que o movimento MIGUILAN surgiu num contexto político conflituoso, com a intenção de demonstrar a insatisfação, preocupação com a situação e propor caminhos viáveis para o país seguir. E, com isso, segue-se de uma agenda de contestação por parte das mulheres guineenses que se levantaram para dizer basta a esse cenário de violações da Constituição da República. Fato que o cenário da crise constitucional prejudica a vida de todos os que tiveram a esperança no desenvolvimento, principalmente, as mulheres. Isso porque, na Guiné-Bissau, a maior economia para sustento familiar vem do sector de trabalho informal, que é ocupado majoritariamente pelas mulheres, e o setor social que mais tem sentido as consequências dessas crises é o informal, de acordo com a nossa entrevistada Adama Balde. Também, a instabilidade governativa constante tem inviabilizado a implementação de vários projetos de lei que discutem sobre a equidade de gênero, e isso gera a maior perda para a camada feminina na sociedade. Por isso, as mulheres de MIGUILAN têm se engajado na luta pela estabilidade da Guiné-Bissau, com vista a garantir o bem-estar da população e, especificamente, das mulheres.

Para buscar atingir as suas ideologias, o movimento MIGUILAN tem os seguintes objetivos: promover e incitar debates sobre as questões de boa governança, democracia, direitos humanos e gênero na Guiné-Bissau, a nível nacional, regional e internacional; promover o empoderamento e a participação política da mulher guineense; denunciar, a todos os níveis, as

---

<sup>24</sup> O movimento está formado por algumas mulheres da elite política, com papéis na fundação de alguns partidos políticos após abertura democrática. Exemplo da ex-coordenadora do movimento, Nelvina Barreto, que participou na criação do Partido da Unidade Nacional (PUN) em 2002, e atualmente ocupa o cargo de vice-presidente. E algumas com função dos cargos eletivos no governo.

decisões e práticas vigentes na Guiné-Bissau que sejam contrárias às prerrogativas de Estado de Direito democrático, a justiça social e igualdade de gênero (EM, 2016)<sup>25</sup>.

MIGUILAN constitui um movimento feminino reconhecido em nível nacional e internacional pela sua ideologia, objetivos e os seus engajamentos. A nossa entrevistada, Isabel Almeida, destaca que o protesto ou manifestação do movimento MIGUILAN acontece de forma presencial nas ruas da cidade de Bissau e, ao mesmo tempo, apresenta o protesto nas redes sociais através da página de MIGUILAN no *Facebook*. É um movimento que apresenta uma estrutura enorme, que abarca atualmente cerca de 50 militantes na sua liderança, sendo no total 149 membras simpatizantes. Quer dizer, o movimento é composto por duas categorias: as membras fundadoras e membras efetivas. E somente essas membras têm o direito de votar e serem votadas para desempenhar os cargos dentro do movimento (ALMEIDA, 2024).

Há momentos em que acontecem os fracassos nos envolvimento das membras do movimento nas atividades. Isso porque, houve a redução no interesse manifestado atualmente pelas mulheres, devido a situação pessoal de cada uma. Mas assim continuam a luta mesmo com as dificuldades. E sempre que o movimento MIGUILAN esteve sob atuação, todos os militantes costumam ser acionadas do mediato para agregarem na ação do movimento (BARRETO, 2024).

Em seguida, esses argumentos acima referenciados sobre o surgimento de movimento MIGUILAN acabam comprovando na prática a abordagem teórica de Melucci (1989); Goss e Prudêncio (2004); Miranda (2009) e Tilly (2010) sobre as formas de aparição dos movimentos sociais, porque os mesmos consideram que o surgimento dos movimentos sociais acontece como a forma de contestação sociopolítica. Porque visam demonstrar a insatisfação sobre a realidade sociocultural desorganizada, exigindo a democratização das relações sociais e as reformas sociais (MELUCCI, 1989; GOSS; PRUDÊNCIO, 2004; MIRANDA, 2009; TILLY, 2010).

Para a sua atuação com a finalidade de alcançar os seus objetivos traçados, o movimento MIGUILAN se organiza a partir de quatro principais estruturas: membras da assembleia geral, o grupo de coordenação, o órgão de conselho fiscal e a comissão de ética. A tabela abaixo ilustra como são compostas as estruturas de cada órgão do movimento MIGUILAN.

---

<sup>25</sup> Estatuto do movimento MIGUILAN, 2016

**Tabela- 5:** Estruturas dos órgãos das lideranças da MIGUILAN

Assembleia geral	Grupo de coordenação	Órgão de conselho fiscal	Comissão de ética
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Presidente</li> <li>❖ Vice-Presidente</li> <li>❖ Secretaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Coordenadora geral</li> <li>❖ Vice Coordenadora</li> <li>❖ Responsável financeira</li> <li>❖ Relações públicas</li> <li>❖ Secretaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Presidente</li> <li>❖ Vice-Presidente</li> <li>❖ Secretaria</li> </ul>	Composto por cinco membras efetivos, eleitos pela assembleia geral

**Fonte:** Elaboração própria

Em consonância com a leitura da estrutura de MIGUILAN, compreende-se que cada órgão tem a sua competência específica, a fim de operacionalizar e dinamizar o movimento. Com isso, a Assembleia Geral é o órgão supremo do movimento, com o poder de tomar toda e qualquer decisão de interesse do movimento (as membras desse órgão são eleitas democraticamente por mandatos de quatros anos). Em seguida, o grupo de coordenação constitui o órgão executivo e de gestão do movimento MIGUILAN, com a capacidade de organizar em duas secções, a da coordenação central e da gestão central. Por outro lado, o conselho fiscal consiste no órgão de administração do movimento. E, por último, a comissão de ética compõe o órgão que tem por finalidade incentivar a aplicação de código de ética no seio do movimento. Portanto, as membras dos três últimos órgãos se elegem pela assembleia geral e podem ser substituídas a qualquer momento que justificar (EM<sup>26</sup>, 2016).

O movimento MIGUILAN, para buscar implementar as suas ideologias e atingir os seus objetivos, recorre as vias de mobilização de recursos. E a respeito disso, a nossa entrevistada Nelvina Barreto assegura que a mobilização de recursos financeiros para ação da MIGUILAN<sup>27</sup> acontece por meio da cotização mensal das suas membras comprometidas com a causa de luta de movimento. Ainda, sustenta que a mesma acontece através dos projetos elaborados pela organização (submetidos as instituições e organizações parceiras como a Organização das Nações Unidas, União Europeia, Instituto Camões- Centro cultural português) e entre outras, como forma de angariar fundos para executar os seus planos. O exemplo concreto de apoio financeiro de Instituto Camões foi na realização de projeto de estudo sobre "Mulheres e Participação na Guiné-Bissau" (BARRETO, 2024).

<sup>26</sup> Informação extraído no Estatuto do movimento MIGUILAN- EM, 2016.

<sup>27</sup> De cordo com o regimento do Estatuto, as cotas mensais são dadas como parte de contribuições para a manutenção e encargos operacionais do movimento. Não há informação disponível se todas elas pagam realmente as cotas mensais.

Para conseguir o financiamento com essas instituições ou organizações parceiras através dos projetos elaborados, a nossa entrevistada Isabel Almeida afirma que normalmente o movimento MIGUILAN apenas procura seguir as normas impostas por essas instituições no que diz respeito às referências ou modelos estabelecidos para elaboração de projetos. Referências essas que buscam enquadrar ou atender as demandas de um determinado público-alvo, em especial sobre as mulheres. Para isso, as miguilanas prosseguem com as suas propostas de acordo com os parâmetros estipulados pelas instituições ou organizações que financiam seus projetos. Contudo, para o movimento submeter os projetos junto dessas organizações, primeiramente analisa a pauta dessas instituições ou organizações se estão de acordo com os princípios básicos que sustentam o movimento. Portanto, no que tange a questão da implementação das pautas, o movimento segue as suas linhas das atividades sem as intervenções ou influências dessas instituições (ALMEIDA, 2024).

A mobilização de recurso no que toca aos recursos humanos, o recrutamento dos militantes do movimento MIGUILAN para a realização das suas ações e buscar alcançar os seus objetivos, acontece por meio de processos de sensibilização e convencimento das mulheres para poderem aderir as lutas organizadas para o bem das mulheres. E sobre este assunto, as nossas entrevistadas avançam que:

O movimento MIGUILAN usa as ações de transmissão da informação e sensibilização da camada feminina da sociedade civil e dos partidos políticos, mostrando a real ideia ou causa que o movimento defende. Assim mobiliza as mulheres para aderirem a luta, isto é, procura fazê-las sentir à vontade de engajar na causa. Desse modo, MIGUILAN reuniu vários militantes e simpatizantes. Portanto, o movimento, sempre que estiver em atuação, todas as militantes costumam ser acionadas, os que estão dentro do país assim como os que vivem fora, para poderem colaborar e apoiar as ações a serem realizadas (BARRETO; BALDE, 2024).

Em conformidade com as explicações apresentadas acima pelas nossas entrevistadas, entende-se que a ação de mobilização das militantes no movimento MIGUILAN ocorre na base da ação de sensibilização e compartilhamento de sentimento, para com as mulheres guineenses que se encontram em qualquer parte do mundo, demonstrando-lhes as lutas que as mesmas têm enfrentado sistematicamente na Guiné-Bissau.

Diante disso, essas explanações evidenciam que a mobilização de recurso constitui um elemento importante e indispensável no funcionamento dessa organização social, porque é a base e aspecto vital de existência, da continuidade e de sucesso da organização. E Melucci (1989) e Alonso (2009) ressaltam essa relevância de mobilização de recursos ao abordarem o assunto, demonstrando que a mobilização de recursos é importante para os movimentos sociais,

porque ajuda na estruturação de organização e na prospecção de ações dos movimentos sociais (MELUCCI, 1989; ALONSO, 2009).

#### **4.5 Engajamento e militância: O caso do movimento MIGUILAN na Guiné-Bissau**

O engajamento e a militância das mulheres de MIGUILAN na Guiné-Bissau incide por meio da intervenção social. MIGUILAN usa o engajamento e a militância como a estratégia de partilha das informações com o público feminino sobre a real situação política, jurídica, social e cultural do país. Ainda, por meio de seu engajamento e sua militância, procura mobilizar, influenciar e pressionar as mulheres guineenses, a fim de engajarem e lutarem juntas. Os engajamentos de MIGUILAN buscam valorizar a camada juvenil, a colaboração com instituições, as organizações e as associações sociais a nível nacional, regional e internacional, com vista a atingir os seus objetivos (EM, 2016). Nesta perspectiva, o engajamento do movimento MIGUILAN assenta nas seguintes linhas:

- ❖ Mobilização e organização das mulheres à volta da visão, princípio e finalidade do movimento MIGUILAN;
- ❖ Disponibilização de dados sobre a violação dos direitos das mulheres na Guiné-Bissau para alimentar os debates sobre o assunto;
- ❖ Organização de debates no país e na diáspora, sobre a democracia, direito, justiça e igualdade sociais na Guiné-Bissau;
- ❖ Contribuição para o desenvolvimento das capacidades de intervenção da mulher nas esferas de decisão;
- ❖ Estabelecimento de protocolo e parcerias com organizações e associações nacionais e estrangeiras congêneres de reforçar mutuamente as ações das miguelinas e da sociedade civil;
- ❖ Mobilizar recursos humanos, materiais e financeiras para apoiar, na Guiné-Bissau, as ações para a igualdade e equidade entre homem e mulher (EM, 2016).

As informações acima descritas ilustram que o engajamento de MIGUILAN muda de caso para caso e busca enquadrar nas demandas momentâneas do movimento. Para a organização e realização das ações de MIGUILAN, todas as membras ativas são obrigadas a engajar pelo menos em alguma atividade do grupo, ou seja, no momento das atividades, são distribuídas as tarefas para cada membra trabalhar numa área, a fim de tornar as atividades mais

operacionais. Além disso, na atuação em atividades são escolhidas líderes para dirigir uma atividade, e essas líderes sempre criam as interações com as outras membras do movimento. A vista disso, as ações são levadas a cabo por grupos de militantes que se propõem realizar as tarefas específicas. Contudo, a direção de cada grupo de realização das atividades é atribuída a militantes com competência, experiência e disponibilidade, a fim de garantir uma intervenção rápida e eficaz. Por exemplo, na atividade do projeto “Empoderamento de Mulheres e Jornalistas em Contexto de Instabilidade”, a nossa entrevistada Adama Balde informou que foi uma das dirigentes desse projeto (EM, 2016).

Para o engajamento e a militância, o movimento MIGUILAN se apropria de diferentes tipos de repertórios de ação coletiva para atuação. De acordo com a nossa entrevistada Nelvina Barreto, o movimento MIGUILAN no início da sua fundação, entre 2015 a 2016, formava uma estrutura de lideranças com punho mais de pressão e de intervenção contra os governantes e partidos políticos para que pudessem ouvir as vozes das mulheres. Naquela época, o movimento tinha como líder Diana Lima Handem<sup>28</sup> e, após a sua morte, o cargo da liderança foi assumido (Ibid). Nessa senda, o movimento MIGUILAN assumiu como estratégia ou repertório de ação a pressão direta (audiências, marchas, vigílias, comícios, conferências, publicidades nas redes sociais). Atualmente, o movimento MIGUILAN incorpora novas estratégias ou repertórios de ações, isto é, assume uma estrutura de liderança com aspecto mais diplomático e atua por meio de pressão indireta (advocacia, *lobby*, debates, formações e projetos de estudos sobre direitos de mulheres) (BARRETO, 2024). Diante disso, as imagens a seguir ilustram momentos de atuação e alguns dos tipos de repertórios de ação coletiva que o movimento MIGUILAN tem utilizado nos seus engajamentos.

---

<sup>28</sup> Diana Lima Handem foi consultora, formadora e mentora dos quadros técnicos do Instituto para a Condição Feminina (ICF). Foi uma das fundadoras do primeiro Centro de Pesquisa fundamental em Ciências Sociais da África lusófona. Era ativista de Gênero e uma das fundadoras do movimento MIGUILAN. Tem uma origem caboverdiana e nacionalidade guineense. <https://santiagomagazine.cv/elas/morreu-diana-lima-handem-a-homenagem-do-icieg>

**Fig 3:** Movimento MIGUILAN na manifestação de rua

**Fonte:** página de MIGUILAN no facebook: <https://www.facebook.com/MIGUILANAS>

A imagem retrata sobre a manifestação silenciosa das mulheres de MIGUILAN nas ruas de heróis nacionais na capital Bissau. Mulheres apelam ao respeito aos valores morais, éticos, democráticos, liberdade e justiça para mulher enquanto ser ativo da sociedade guineense.

Segundo a nossa entrevistada Nelvina Barreto, na primeira fase entre 2015 e 2016, o movimento MIGUILAN desenvolve inúmeras ações de audiências com os líderes dos partidos políticos, com as associações femininas dos partidos políticos, deputados da nação e com o então Presidente da República José Mário Vaz, no sentido de pressioná-los para promover a

igualdade política e a estabilidade governativa. Ou seja, as finalidades desses encontros eram para sensibilizar e buscar a justiça social (BARRETO, 2024).

Na senda da luta pelos direitos de mulheres, o movimento MIGUILAN, em 2016, criou e liderou uma iniciativa “*Nô bambu Guiné*” reunindo 45 associações profissionais, sociais, culturais e de atividades econômicas das mulheres da Guiné-Bissau. Uniram-se diversas organizações preocupadas com os contornos da crise política do país para buscarem as soluções viáveis aos desafios das consequências geradas pelo bloqueio político e institucional. As ações desta iniciativa incluíram a abertura de um pequeno mercado para as mulheres comerciantes, exposição dos produtos de trabalho das mulheres, debates e palestras nas instituições acadêmicas, leitura de um Manifesto Feminino e da comunicação das meninas jovens da Guiné-Bissau (MIGUILAN, 2018).

Em 2020, o movimento MIGUILAN, em parceria com a organização de mulheres de Cabo-Verde (OMCV) e com a Plataforma para os Direitos Humanos e Equidade de Gênero (PDHEG) em S. Tomé e Príncipe, desenvolveu o projeto que visa estudar, compreender e examinar os direitos, deveres e os desafios da representação social, política e econômica das mulheres em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Além disso, o movimento MIGUILAN liderou, no mesmo ano, em Guiné-Bissau, o intercâmbio com mulheres desses três países para debater ao público sobre a situação da mulher nos seus respectivos países (MIGUILAN, 2018).

O movimento MIGUILAN se engaja através de realização de diversas rodas de conversas em Bissau para ouvir diferentes vozes das mulheres em relação aos problemas de violência baseada no gênero e limitações econômicas nos tempos de Covid-19. Também, MIGUILAN estende o seu engajamento a instituição de Estado, sobre a qual liderou o debate no dia 8 de março de 2022 na Assembleia Nacional Popular, o dia Internacional das Mulheres, o evento serviu para debater e analisar a situação da educação, da liderança da menina e da mulher. Ainda foram analisados e apresentados os novos caminhos para o empoderamento das mulheres guineenses (MIGUILAN, 2018).

Durante a edição sobre os direitos humanos em 2022, MIGUILAN promoveu mais outro debate sobre os direitos das mulheres guineenses, sobre o qual fizeram estimativa sobre o estado de implementação de políticas públicas de defesa e promoção dos direitos de mulheres. E esse debate foi fundamentado em preocupações, como:

O acesso à educação, enquanto condição essencial para a emancipação feminina e para a igualdade de oportunidades; A justiça, os seus agentes e estruturas, considerados elementos essenciais para garantir e fazer aplicar as leis de proteção dos direitos das mulheres; O acesso ao crédito e a facilidades bancárias, sem as quais a autonomia feminina está comprometida; A possibilidade de participação política e em espaços onde são tomadas as grandes decisões que afetam as suas vidas (MIGUILAN,2018).

As explanações supracitas demonstram que MIGUILAN tem se engajado muito, por meio de diferentes formas e repertórios de ação coletiva, com o propósito de as mulheres se beneficiarem dos seus direitos e terem acesso aos serviços públicos como garante a lei do país. A imagem a seguir ilustra o momento de debate realizado por MIGUILAN.

**Fig 4:** Debate sobre os direitos das mulheres guineenses



**Fonte:** Página de MIGUILAN no Facebook: <https://www.facebook.com/MIGUILANAS>

Esse debate foi realizado em colaboração com outras organizações femininas da Guiné-Bissau, como a Plataforma Política das Mulheres (PPM), a Rede Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Gênero e Criança (RENLUV) e a Liga Guineense de Direitos Humanos

(LGDH). Ainda, contou com a representação de diferentes organizações não governamentais (ONGs) do país (MIGUILAN, 2018).

A nossa entrevistada Adama Balde sustenta que o movimento MIGUILAN junto com outras organizações civis desenvolveram o projeto intitulado "Empoderamento de Mulheres e Jornalistas em Contexto de Instabilidade". A partir desse projeto, foram organizadas seções formativas sobre "Participação Política das Mulheres, Lei da Paridade e Mecanismos para facilitar a ascensão das mulheres a lugares de decisão", realizadas na Casa dos Direitos em Bissau com a duração de dois dias, entre 17 e 18 de fevereiro de 2023. A formação contou com 50 mulheres participantes, que debateram para compreender os desafios das mulheres e procurar soluções para melhorar o acesso aos espaços de tomada de decisão (BALDE, 2024).

**Fig 5:** MIGUILAN na atuação formativa das mulheres



Fonte: Página de MIGUILAN no facebook: <https://www.facebook.com/MIGUILANAS>

Além disso, o movimento MIGUILAN tem realizado várias seções formativas nas diferentes regiões e universidades da Guiné-Bissau com a finalidade de capacitar as mulheres e meninas. Segundo a nossa entrevistada Adama Balde, MIGUILAN tem realizado a formação e capacitação das mulheres rurais da região de Gabú, Guiné-Bissau, sobre as dinâmicas de

empreendedorismo. Na região de Quinara, o movimento MIGUILAN realizou a formação sobre direito econômico, economia sustentável, empoderamento feminino e violência baseada no gênero. Essa formação serviu para a discussão sobre os principais desafios das mulheres face ao fenômeno da violência baseada no gênero, e as formas e estratégias de eliminar as normas sociais que põem em causa a dignidade, a acessibilidade e a justiça social para com as mulheres na Guiné-Bissau. No sector autónomo Bissau, capital de país, tem efetuado séries de formações sobre a participação política das mulheres, contando assim com a participação de consideráveis números das mulheres de diferentes partidos políticos e da sociedade civil.

O engajamento e a militância no movimento MIGUILAN não só carregam consigo os aspectos positivos na vida das mulheres guineenses e no país. Também têm gerado impactos na vida familiar e profissional dos membros de MIGUILAN por diferentes formas. Diante disso, a nossa entrevistada Nelvina Barreto afirma que a forma como juntou o seu engajamento e militância com a vida profissional não tem sido fácil, porque, acabam entrando em choque por questões de horários de realizações. Também, afirma que a instituição onde trabalha aconselha os seus funcionários a não envolverem nas associações ou movimentos sociais, porque consideram que o agir nas ações coletivas pode atrapalhar a dedicação dos seus funcionários na realização das tarefas. Ainda, sustenta que mesmo com esses pormenores, continua o seu engajamento e sua militância na medida aceitável, porque fazem-nos com paixão e como forma de dar a sua contribuição para o bem-estar social das mulheres. E, por outro lado, revela que o seu engajamento e sua militância não apresentam nenhuma oposição ou impacto negativo no seio da sua família para com ela (BARRETO, 2024).

Por sua vez, a nossa entrevistada Adama Balde afirma que não tem nenhuma contradição entre a sua vida profissional com a militância no movimento MIGUILAN, ou seja, o seu engajamento e sua militância não apresentam impactos negativos. Ao contrário disso, destaca que a sua militância tem proporcionado para si uma experiência positiva, lhe possibilita ter uma visão mais ampla sobre diferentes aspectos sociais relacionados ao seu trabalho. Por outro lado, realça que a sua militância e seu engajamento têm apresentado impactos na sua vida familiar, porque o início da sua militância foi muito difícil pelo fato de sua mãe não querer que ela participasse em nenhum movimento de confronto ou algo de gênero. A sua mãe tinha medo do regime instalado no país, e da forma como isso poderia trazer consequências a sua família. Realça que, mesmo assim, decidiu continuar a se engajar na luta de MIGUILAN por acreditar que era e é necessário lutar pela igualdade de gênero, independentemente de quão dura será a luta, mas o importante é lutar pela democracia. E argumenta que com a sua insistência,

atualmente toda a sua família concorda e gosta de vê-la ser militante da MIGUILAN. Portanto, as suas aprendizagens no movimento têm lhe permitido ter o sentimento e a consciência de agir no seio da sua família, e tem agido para mostrar a todos que o papel das mulheres não se limita apenas em realizar as tarefas domésticas (BALDE, 2024).

Ainda, a nossa entrevistada Isabel Almeida, ressalta que o seu engajamento e militância no movimento MIGUILAN consome algum tempo da sua dedicação na vida profissional, mesmo assim tem conseguido levar as duas ocupações sem problema. Por outro lado, acrescenta que o seu engajamento no movimento MIGUILAN tem apresentado o impacto positivo na sua vida familiar, porque permite a ter as experiências e, conseqüentemente, transmitindo-as para sua família. Essas valias e experiencias têm permitido o surgimento dos reconhecimentos vindos da parte da sua família, aceitando que está a lutar pela causa justa que diz respeito sobre a igualdade de gênero (ALMEIDA, 2024).

Portanto, os argumentos das entrevistadas demonstram o que Gaxie aborda no seu texto "*Remuneração da militância e os paradoxos da ação coletiva (2015)*" sobre o sentimento de agir militante na atividade do coletivo, demonstrando que alguns desenvolvem aprendizagem e passam a adquirir as novas ferramentas para a compreensão do mundo. E vários conhecimentos práticos como a organização de informações, a capacidade de desenvolver uma argumentação de forma metódica e habilidades necessárias para falar em público. E, nessa linha de pensamento, a militância se configura como uma ocasião de autoavaliação, que permite alguns dos indivíduos a encontrarem a utilidade, a visibilidade e um papel social gratificante (GAXIE, 2015).

#### **4.6-MIGUILAN e os seus engajamentos: Uma luta pela emancipação, pelos direitos das mulheres e pela equidade de gênero**

O movimento MIGUILAN leva a cabo uma luta que visa empoderar socialmente as mulheres, busca garantir os direitos das mulheres e incentivá-las a lutar pela garantia da igualdade e da equidade de gênero. E essa luta pela emancipação das mulheres tem acontecido por meio de exercício e educação cívica através das suas diferentes formas de engajamento sociopolítico. De modo que procura desenvolver a consciência das mulheres guineenses para ter mais noção sobre as desigualdades sociais existente entre homens e mulheres, para poderem assumir as responsabilidades de transformar essa situação. Isso mostra a importância da

resistência do movimento MIGUILAN na luta pela promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres nos espaços políticos e sociais.

E na dinâmica de demonstrar a relevância do trabalho que o movimento MIGUILAN tem desenvolvido sobre a questão do empoderamento das mulheres, da compreensão da ideia de empoderamento e da sua relevância na luta das mulheres, Kirkwood (1986) e Lisboa (2008) ajudam a entender que o empoderamento consiste na alteração dos processos e estruturas que colocam as mulheres numa posição submissa. Quer dizer, proporciona uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, buscando dar a garantia para autonomia das mulheres em relação ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade e do seu direito de ir e vir livremente, tomando dessa forma a consciência da sua habilidade e competência para produzir e gerir (KIRKWOOD, 1986; LISBOA, 2008).

Por sua vez, Friedmann (1996) argumenta que o empoderamento constitui ampliação de poder que pode ser adquirido ou conquistado, que possibilita os indivíduos ou familiares a aumentarem a qualidade de exercício da sua cidadania (FRIEDMANN, 1996 *apud* LISBOA, 2008). Por outro lado, empoderamento pressupõe aumento da autonomia do indivíduo para que tenha a liberdade na forma de fazer escolha, de agir e na aquisição de mecanismos necessários para tomar decisões sobre a sua vida. Diante disso, o empoderamento possibilita uma pessoa ter a capacidade de estabelecer os seus objetivos, adquirir as competências de solucionar os seus problemas e criar as suas direções a seguir (PEM, 2016).

A luta pela emancipação sociopolítica que MIGUILAN tem desenvolvido carrega consigo uma enorme relevância na transformação da consciência das mulheres e social. E a respeito disso, Lisboa (2008) ajuda a entender essa importância do processo de empoderamento das mulheres na sociedade, demonstrando que o mesmo é muito relevante uma vez que permite a tomada de consciência das mulheres sobre a realidade social, demonstra as mulheres os seus poderes sociais, políticos e psicológicos e incentiva a superação da pobreza. Também, possibilita o indivíduo ou coletivo a desenvolver e conquistar a sua cidadania, e capacidade de utilizar os seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais no cenário político, a fim de defender os direitos sociais e acesso aos serviços sociais (LISBOA, 2008).

Ainda, Friedmann (1996) facilita-nos a perceber as dimensões teóricas de empoderamento, sobre as quais apresenta três tipos de empoderamento: o empoderamento social, político e psicológico. Neste sentido, sustenta que o empoderamento social se baseia na ideia de ter acesso a certas bases de produção doméstica (acesso a base de informação,

conhecimento, técnicas e recursos financeiros), com a previsão de acessar aos serviços públicos. O empoderamento político refere-se ao processo e dimensões de tomadas de decisões, que não se limita simplesmente ao ato de votar, mas sim, estende a questão de atribuição da voz e da ação coletiva relevante. Também, refere a participação política e ocupação dos lugares decisórios de forma massiva. Enquanto o empoderamento psicológico ou pessoal ocorre com o despertar da consciência sobre a autonomia e desenvolvimento pessoal. E essa dimensão de empoderamento engloba o aspecto de autoestima e autoconfiança, controle da sua sexualidade, da reprodução e da segurança social, que acontecem por meio de consciência individual de força (FRIEDMANN, 1996 *apud* LISBOA, 2008).

Nesta sequência, o argumento de Friedmann (1996) acima apresentado acaba comprovando a leitura da nossa entrevista da Nelvina Barreto, quando afirma que MIGUILAN, por meio das suas ações, educação cívica e engajamentos, busca conscientizar as mulheres guineenses, a fim de conhecer os seus direitos e desenvolver os seus poderes sociais, políticos e psicológicos. Assim, para poderem participar no âmbito social e político, lutar pelos seus direitos e deveres, contra a desigualdade de gênero e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (BARRETO, 2024).

Além disso, Lisboa (2008) auxilia a compreender a forma ou passos a seguir no processo de empoderamento das mulheres. Considera que, no processo de emancipação das mulheres, a primeira coisa a fazer deve ser o despertar da consciência das mulheres no que diz respeito as discriminações de gênero, uma vez que isso as possibilitariam ter noção sobre essa problemática, a saber, identificar a existência da desigualdade entre homens e mulheres e, assim, para poderem questionar esta situação, a fim de transformá-la. Isso demonstra que o empoderamento das mulheres passa necessariamente em mudar a autopercepção que elas têm sobre si, a acreditar na possibilidade de mudar a concepção sobre as mulheres e despertar as suas capacidades de pertença sobre os seus direitos (LISBOA, 2008).

MIGUILAN também tem lutado pela equidade de gênero como forma de buscar estabelecer a justiça social. E isso remete a necessidade de compreender a ideia de equidade de gênero. Com isso, nas abordagens de Funcef e Pem (2017) é possível perceber que a equidade entre gêneros se refere a execução da justiça social entre mulheres e homens. Ou seja, busca incentivar o tratamento de forma justa entre os gêneros, desde atribuições de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades sociopolíticas. Também, a ideologia da equidade de gênero incentiva a construção e execução das medidas que buscam diminuir ou eliminar as

desvantagens sócio-históricas das mulheres, a fim de buscar o desenvolvimento social (FUNCEF; PEM, 2017).

Em seguida, o engajamento de movimento MIGUILAN estende a lutar e buscar garantir os direitos das mulheres guineenses, porque as membras desse movimento entendem que as mulheres têm sido inferiorizadas e discriminadas em todos os domínios da vida política, social e econômica na Guiné-Bissau. Isso demonstra que a sociedade guineense se fundamenta na construção das narrativas discriminatórias que vão contra as leis estabelecidas pela Constituição da República da Guiné-Bissau de 1993, no seu artigo número vinte e quatro, que alega que todos os cidadãos são iguais. Os cidadãos têm direitos e deveres iguais sem a diferenciação de raça, sexo, nível social, intelectual, cultural, crença religiosa e princípios filosóficos. Ainda argumenta no seu artigo número vinte e cinco, dizendo que o homem e a mulher têm os mesmos direitos diante de lei no âmbito político, econômico, social e cultural (CR, 1993). Porém, na base de compreensão de argumentos das nossas entrevistadas e das produções acadêmicas voltadas aos desafios das mulheres guineenses, vê-se que essas leis referenciadas não são postas na prática para o bem das mulheres. E isso tem impulsionado a luta dos movimentos das mulheres e, em particular, MIGUILAN, com o propósito de mudar esse cenário sociopolítico criado na Guiné-Bissau.

Mesmo com os descumprimentos das leis de igualdade entre homens e mulheres na sociedade guineense, o movimento MIGUILAN tem continuado a realizar os seus exercícios cívicos de militância e engajamento por diferentes formas e meios possíveis. Um exemplo dessa luta de MIGUILAN é a sua participação na sensibilização, elaboração, implementação e luta para execução da lei de paridade na Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau. Segundo Boletim Oficial (2018) da Guiné-Bissau, a lei de paridade foi aprovada em 2018 em Guiné-Bissau, com o objetivo de promover a entrada das mulheres guineenses na política, nas tomadas de decisões, e solicita uma observação da igualdade de oportunidade entre homem e mulher. Exige uma cota mínima de 36% das mulheres nas listas de candidatos a cargos eletivos na ANP e nos governos locais. A ideia seria que as mulheres deixassem de ser enfeites domésticos e assumissem lugares elegíveis (BOLETIM OFICIAL, 2018).

Neste sentido, a nossa entrevistada Nelvina Barreto relata que MIGUILAN participou ativamente no processo de elaboração e aprovação da lei de paridade na Guiné-Bissau. A sua participação aconteceu através da colaboração com a associação das mulheres juristas e com a comissão especializada das mulheres e crianças em ANP na produção e finalização do

documento referente a lei de paridade, que foi submetido a plenária na ANP. Em seguida, avança que o movimento MIGUILAN prosseguiu com o trabalho de *lobby* juntos aos atores políticos para sensibilizá-los a aceitar e cumprir com as exigências da lei no momento da organização das listas dos candidatos para eleição legislativa de 2019. Além disso, utilizaram programas radiofônicos e publicidades nas redes sociais para passar as informações sobre a necessidade e a importância da adoção da lei dessa natureza na sociedade guineense. A lei entrou em vigor já na eleição legislativa de 2019 (BARRETO, 2024).

De acordo com as nossas entrevistadas, compreende-se que mesmo com o trabalho de sensibilização com as lideranças partidárias, a lei de paridade não obteve nenhum resultado positivo. Por isso, não houve o aumento das mulheres nas listas partidárias enviadas para a seleção dos candidatos, portanto os números das mulheres em posições elegíveis continuam baixos. Por outro lado, os partidos que conseguiram ter a representação no parlamento, na eleição legislativa de 2019, não apresentaram os números altos das mulheres nas posições elegíveis. Diante disso, percebe-se que a lei de paridade não teve execução e as mulheres continuam sub-representadas nos órgãos públicos.

Analisando essa situação, percebe-se que os repertórios usados pelo movimento não obtiveram o resultado esperado. Fato que o trabalho de *advocacy*, programas radiofônicos e publicidades nas redes sociais não têm surtido efeito, porque não houve a pressão direta das miguilanas para com os partidos políticos, a fim de os influenciarem no cumprimento da lei de paridade. Ainda, a nossa entrevistada, Adama Balde, indica que as próprias mulheres do movimento, que são filiadas aos partidos políticos, não têm conseguido levar a pauta da MIGUILAN para a agenda dos seus partidos, com o propósito de reivindicarem seus espaços para serem eleitas. Isso demonstra que, mesmo com a estratégia de sensibilização, as mulheres não conseguiram estar firmes e atentas para acompanhar os calendários ou agendas políticas para poderem exigir as posições elegíveis nos seus partidos e nos lugares decisórios estatais, devido ao receio de reclamar os seus direitos.

#### **4.7 Movimento MIGUILAN e a luta pela justiça social: Desafios e perspectivas**

Nas diferentes sociedades ao redor de mundo, as mulheres, a partir de muitas lutas e estratégias, conseguiram posicionar e conquistar alguns direitos como: de votar e da educação. Apesar de alguns avanços, as mulheres continuam a enfrentar as dificuldades e as discriminações nos espaços públicos, e isso demonstra a persistência das desigualdades sociais.

Portanto, os movimentos das mulheres seguiram na luta pela igualdade e justiça social. As discussões sobre a liberdade, os direitos e as leis que protegem as mulheres das discriminações são abordados nas sociedades. Contudo, os desafios persistem e os movimentos que lutam pela segurança, liberdade e bem-estar das mulheres continuam a enfrentar os mesmos problemas.

Nessa ótica, Soares (1994) destaca que os desafios dos movimentos das mulheres são complexos em um país cuja funcionalidade das instituições democráticas é afetada por crises políticas e econômicas. Por isso, os movimentos das mulheres teriam o desafio de lutar contra a maior diferença provocada pelo sistema e ao mesmo tempo para a superação das crises geradas no sistema, a fim de melhorar condições de vidas das mulheres. A estratégia da visibilidade adotada pelos movimentos das mulheres tem passado por grandes desafios, começando pelas maneiras como o imaginário político é enraizado e as instituições continuam perpetuando uma divisão sexual do trabalho na base biológica. Nessa instância, os desafios permanecem na crítica dessa forma da democracia que não reconhece a diversidade humana, que define o bem comum a partir de formas radicais distintas da construção dos sujeitos (SOARES, 1994).

Isso demonstra que a situação de igualdade entre homens e mulheres ainda é falha. Os desafios dos movimentos das mulheres em várias sociedades continuam constantes, uma vez que as mulheres ainda enfrentam grandes dificuldades, os seus direitos permanecem estancados e violados, a sociedade guineense não foge dessa realidade, de modo que o movimento MIGUILAN também tem enfrentado diversos desafios ao longo das lutas de combate às discriminações contra as mulheres guineenses. As nossas entrevistadas Nelvina Barreto e Adama Balde nos ajudam a entender melhor esta situação, demonstrando que o movimento MIGUILAN enfrenta vários desafios na implementação das suas pautas. Um dos desafios principais tem a ver com a questão da instabilidade governativa constante no país (algo que dificulta a aprovação de projetos de lei e a advocacia de MIGUILAN no Parlamento a favor de direitos das mulheres) (BARRETO; BALDE, 2024).

Outros desafios recorrentes na luta de MIGUILAN estão relacionados com a falta de interesse por parte dos atores políticos em relação as leis do país e, principalmente, da lei de paridade conquistada pelas organizações das mulheres. Diante disso, a nossa entrevistada Nelvina Barreto sustenta que:

Muitos atores políticos não tiveram a noção do que seria a lei de paridade. E teve muitas contradições, tem os que dizem que se as mulheres conseguiram a oportunidade com essa lei, vão querer dominar para governar em toda a sociedade, isso foi uma grande incompreensão da essência dessa lei. Outra dificuldade que tem impedido o progresso na luta de MIGUILAN tem a ver com a ideia incutida na mente

das mulheres de que os homens são superiores, regidos de razão e devem ser chefes e as mulheres devem ser submissas. Portanto, a luta para desfazer essa crença tem sido dura, mas a luta continua (BARRETO, 2024).

Nos argumentos das nossas entrevistadas, percebe-se claramente que o desafio referente a instabilidade política e governativa tem criado o retrocesso e torna o país cada vez mais exposto as crises sociais, por isso, não proporciona margens para a implementação de uma agenda pública, e isso tem refletido principalmente na vida das mulheres. Além disso, entende-se que o desinteresse na essência da lei de paridade por parte dos atores políticos tem dificultado a efetividade da lei nas listas e, conseqüentemente, no parlamento da Guiné-Bissau.

Por conseguinte, a tabela abaixo confirma claramente o desafio apresentado pelas nossas entrevistadas, porque ilustra o não cumprimento da lei de paridade por parte dos partidos políticos na eleição legislativa de 2019. E demonstra a forma como a lei foi despida da sua essência pelos atores políticos.

**Tabela 6: Mulheres nas listas elegíveis e suplentes dos partidos políticos em 2019**

Partidos Políticos participante na eleição legislativa de 2019	Números total de Candidatos/as por partidos	Porcentagem total de candidatas mulheres em cada partido	Porcentagens das mulheres nas posições elegíveis de cada partido	Porcentagens das mulheres nas listas de suplentes de cada partido
PRS	102	28,4%	2	5
MADDEM-G15	102	19,6%	2	3
FREPASNA	102	31,37%	7	6
PAIGC	102	27,4%	7	4
APU- PDG	100	23%	3	7
UM	97	33%	7	12
PND	91	38,4%	5	12
RGB	90	26,6%	3	4
PCD	90	34,4%	10	5
MDG	66	36,3%	2	7
MGD	57	29,8%	3	4
PRID	54	31,1%	5	5
MP	52	34,6%	1	5
UPG	46	37%	1	6
CD	35	31,4%	2	2
PSD	31	42%	0	0
PJRTPFD	26	38,4%	0	0
Manifesto	25	32%	0	1
PUN	23	30,4%	2	2
CNA	20	30%	0	1
PDD	14	35,7%	0	0

**Fonte:** Uniogbis, 2019

Através dos dados da tabela 6, percebe-se que o número das mulheres nas listas continua baixo mesmo com a lei de paridade em vigor, de modo que, na eleição legislativa de 2019, as mulheres apresentam apenas 12,75% de deputadas no total de 102 deputados no parlamento. A percentagem da representação das mulheres ficou mais baixa ainda na eleição legislativa de

2023, porque conta com 10,7% das mulheres eleitas deputadas. Isso nos leva a percepção de que o papel das mulheres nas estruturas dos diferentes partidos políticos é meramente simbólico, porque dificilmente as mulheres são atribuídas os lugares de destaques ou lideranças.

Outros desafios que o movimento MIGUILAN, segundo a nossa entrevistada Nelvina Barreto, vem enfrentando tem a ver com falta de colaboração de parte das mulheres dos partidos políticos, porque ainda há grande receio das mulheres partidárias no que se refere a iniciativa de fazer exigência dentro da estrutura dos próprios partidos para afirmar os seus direitos. Nessa perspectiva, MIGUILAN tem desenvolvido ações que visam fazer a sensibilização e passar as informações a respeito dos seus direitos. Também, procura sensibilizar os públicos masculinos dos partidos políticos para buscarem estabelecer o consenso da igualdade de gênero nas estruturas partidárias. O movimento MIGUILAN não tem lançado ou apoiado nomes específicos a candidatura, apenas tem se mobilizado para apoiar mulheres filiadas a partidos a se candidatarem aos cargos eletivos do país (BARRETO, 2024).

**Fig 6:** Movimento MIGUILAN no exercício de empoderamento das mulheres partidárias e da sociedade civil



**Fonte:** Página da MIGUILAN no facebook: <https://www.facebook.com/MIGUILANAS>

Essa imagem mostra a atuação de MIGUILAN no exercício de empoderamento das mulheres membras de partidos políticos e associações cívicas, através de formação sobre participação política e mecanismos para aceder a posições de liderança. Essas sessões formativas foram destinadas a reforçar conhecimentos, estimular debates com grupos

específicos de mulheres. E ali foram debatidos assuntos referentes a participação política das mulheres, com enfoque nas questões como: a aplicabilidade da Lei da Paridade; as estratégias de Advocacia para a Ascensão das Mulheres a espaços de decisão; e a definição de uma Agenda Feminina Comum.

Mesmo com os desafios acima apresentados, o movimento MIGUILAN continua a lutar para desenvolver a capacidade de pertencimento das mulheres guineenses, influenciar e contribuir para a mudança da vida política, social e cultural do país em prol da democracia, da justiça, do desenvolvimento e da igualdade social. Portanto, o movimento segue com luta para implementação de Estado de direitos humanos das mulheres na Guiné-Bissau, reforçando as ações de sensibilização e de pressão aos atores políticos para inclusão das mulheres nas entidades decisórias. E solicitando as mulheres pertencentes aos partidos políticos para desempenharem os seus papéis de estarem atentas com os calendários e as atividades partidárias dos seus partidos, a fim de exigirem os seus direitos (MIGUILAN, 2018). Contudo, as mulheres eleitas nas eleições legislativas de 2019 e 2023 no parlamento, segundo a nossa entrevistada Isabel Almeida, não tiveram vínculos efetivos com o movimento, porque algumas delas são apenas simpatizantes da ação do movimento MIGUILAN (ALMEIDA, 2024).

De acordo com a nossa entrevistada, Nelvina Barreto, entende-se que o movimento MIGUILAN atualmente segue na luta pela revisão da lei de paridade, para que possa haver a funcionalidade das sanções para os partidos políticos que não aceitam cumprir com a cota de 36% das mulheres nas listas para os cargos eletivos. Acrescenta que a lei de paridade, em vigor, não apresenta sanções eficazes, por isso, não tem tido os resultados esperados nas legislaturas. Portanto, as Miguilanas (membras de MIGUILAN) estão na luta para implementação de uma lei de paridade com exigência para que as listas dos partidos políticos sejam ordenadas por cada gênero, respeitando a paridade (BARRETO, 2024).

Enfim, as leituras acima levantadas possibilitam ter a compreensão sobre as dinâmicas de engajamento e militância no movimento MIGUILAN na luta pelo direito das mulheres guineenses. Através das vozes das nossas entrevistadas, permitem perceber que o engajamento do movimento MIGUILAN acontece com a finalidade de lutar pela paz, estabilidade, igualdade e equidade de gênero. Também busca emancipar e desenvolver a capacidade de pertença das mulheres guineenses.

Contudo, é perceptível que os desafios persistem e as mulheres continuam sub-representadas nos órgãos públicos, e esse fato tem agravado com as constantes instabilidades

políticas, que impossibilitam a aplicação das políticas que facilitariam a participação das mulheres nos órgãos públicos. Os argumentos discutidos nessa seção ajudam entender que o desinteresse na natureza da lei de paridade por parte dos atores políticos tem impedido a efetividade da lei. E isso os leva a não demonstrarem a sensibilidade em relação a questão de igualdade e equidade de gênero nas listas de candidatura as eleições legislativas. Em suma, ilustram que as Miguilanas não desistiram de lutar por uma sociedade justa e democrática, mesmo com os desafios enfrentados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação analisou a dinâmica de engajamento e militância no movimento MIGUILAN na luta pelo reconhecimento e igualdade de gênero na Guiné-Bissau, destacando o papel das Miguilanas na luta pela justiça social e equidade de gênero. Para a compreensão da realidade guineense no que diz respeito a organização social e relações sociais, a dissertação apresentou os aspectos sócio-históricos do país conhecido hoje como Guiné-Bissau, e estendeu-se com as narrativas históricas da invasão europeia e da luta anticolonial para a formação do Estado Guineense.

Para isso, a dissertação abordou a participação das mulheres na luta anticolonial como parte fundamental para compreender a resistência e a luta das mulheres guineenses durante a ocupação colonial. O trabalho demonstrou que a participação das mulheres foi crucial na luta armada para libertação, porque permaneceram lado ao lado com homens nas diferentes frentes de guerra. Contudo, destacou que, após a independência, as mulheres guineenses não foram reconhecidas pelos papéis desempenhados na construção do Estado guineense, e esses fatos têm sido verificados desde os períodos de sistema monopartidário até o multipartidarismo. Ilustrou ainda sobre a importância de explicar que a Guiné-Bissau, desde a sua independência, tem enfrentado os desafios referentes à instabilidade política e governativa, fatos que refletem no aumento das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Com isso, o país tem sido marcado por ciclos de violações dos direitos e fraco índice do desenvolvimento do capital humano, que têm criado obstáculos na participação das populações e, sobretudo, das mulheres na vida política.

Desse modo, a dissertação acrescenta demonstrando que há vários fatores que têm interferido na representação das mulheres nos órgãos públicos, impedindo-as de terem as mesmas oportunidades que os homens. Dentre esses fatores, destacam-se fatores culturais que têm condicionado a participação das mulheres na sociedade e na política, ou seja, têm tirado às mulheres as suas liberdades de exercerem os seus direitos. Ainda, vê-se os fatores institucionais que têm constituído barreiras no que diz respeito a participação das mulheres no cenário sociopolítico, colocando-as nas situações de desvantagens. Concluiu-se que todos esses fatores têm instigado as mulheres guineenses a darem inícios às lutas pelos seus reconhecimentos e pela igualdade gênero. A dissertação frisou que, mesmo com esses fatores culturais e institucionais que têm impedido o progresso das mulheres guineenses, após a transição democrática na Guiné-Bissau, as mulheres deram continuidade a luta pela igualdade e equidade de gênero, iniciada pelo movimento de mulheres UDEMU na luta de libertação. Portanto, as

mulheres guineenses têm se mobilizado através dos movimentos sociais, redes e organizações para lutar pela justiça social, a liberdade e a democracia.

Em seguida, a dissertação trouxe as discussões teóricas e conceituais dos movimentos sociais, partindo de diferentes perspectivas, das dinâmicas de engajamento e militância e repertórios de ação coletiva. Tais discussões foram associadas ou relacionadas com as perspectivas e dinâmicas de engajamento e militância no movimento MIGUILAN, na luta pelo direito político das mulheres guineenses.

Com base nos dados empíricos coletados para a construção dessa dissertação, é compreensível que o movimento MIGUILAN tem enfrentado uma luta dura, levando em consideração os desafios que a sociedade guineense tem colocado as mulheres, as constantes instabilidades políticas e a falta de vontade dos atores políticos em não querer formar um ambiente político baseado na equidade de gênero. A dissertação destacou que a conquista da lei de paridade ficou no papel e não tem observado na prática a sua efetividade. Contudo, mesmo com esse problema e desafio, as Miguilanas (membras de MIGUILAN), continuam com ação de sensibilização e pressão às entidades decisórias, realçando necessidade e a importância da igualdade e equidade de gênero em prol do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Diante desses pressupostos, compreende-se que o movimento MIGUILAN tem feito trabalho de grande importância para com a sociedade guineense e, sobretudo, para o bem-estar das mulheres guineenses. Porém, para que as ações, engajamentos e as militâncias no movimento MIGUILAN tenham mais importância, impactos positivos e resultados desejados, passa necessariamente pelo alargamento das suas ações em diferentes regiões administrativas da Guiné-Bissau, que o permitiria ter as organizações de bases, com os seus respectivos representantes, que teriam conexões e levariam a cabo as mesmas pautas, dinâmicas de engajamento e militância, a fim de poder atingir mais mulheres e a sociedade guineense. Essa dinâmica de constituição das organizações ou movimentos da base, em todo território da Guiné-Bissau, ajudaria a propagar as suas ideologias, princípios e estratégias, com vista a trabalhar a consciência das mulheres como a forma de diminuir ou eliminar os indícios de barreiras culturais enraizadas nas suas mentes. Porque, se as ações, os engajamentos e as militâncias de MIGUILAN se limitarem somente ao território de capital Bissau, as suas lutas demorariam muito para ter impactos efetivos. Além disso, é necessário que MIGUILAN busque enquadrar aos problemas, desafios e perspectivas da realidade sociocultural, política e econômica que as mulheres guineenses têm enfrentado. O que passaria em fazer mais as mobilizações de rua, mais formações e capacitações, conferências de imprensas, mais vigílias, estender as suas advocacias

institucionais as organizações de sociedade civil, aos partidos políticos e à Assembleia Nacional Popular.

Também, é necessário que MIGUILAN, em colaboração com as organizações partidárias voltadas às mulheres, pressione os partidos políticos no sentido de fazerem as revisões dos seus estatutos, com vista a dar mais oportunidade de mobilidade políticas das mulheres dentro das estruturas dos partidos e, conseqüentemente, exigir que as normas estatutárias, sobre a igualdade de gênero, sejam colocadas na prática. Nessa senda, é urgente e necessário que os partidos políticos assumam as suas responsabilidades, a fim de criar mecanismos necessários precisos para poder promover, na prática, a equidade de gênero nas suas estruturas. E buscando cumprir, na totalidade, as exigências da lei de paridade como forma de fazer a justiça social, política e criar um ambiente da democracia.

Nesse sentido, é necessário que o Estado da Guiné-Bissau assuma as suas responsabilidades, revendo as normas institucionais que têm criado as barreiras para que as mulheres não participem ativa e massivamente no cenário político e nos lugares decisórios. Assim buscar promover a igualdade e equidade de gênero, incentivando a participação das mulheres no cenário sociopolítico. Isto é, levando em consideração o artigo vinte e cinco da Constituição da República, que garante que todos os guineenses são iguais independentemente de sexo. Porque, fazendo isso não pressupõe fazer um favor para às mulheres, mas, sim, constitui uma das formas de fazer a justiça social.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Livia Moreira. *Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertório, organização e difusão*. 2014. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15545>.

ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais - um balanço do debate*. Lua Nova, v. 76, 2009, p. 49-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWfXXz/?format=pdf&lang=pt>

ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Sociologia & Antropologia, v. 2, p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?format=pdf&lang=pt>

ANJOS, G. dos. *Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições*. Cadernos Pagu, v. 31, 2008, p. 509-534. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PttNHkywzfhwGjb7LNrx5Cb/?format=pdf&lang=pt>

ASSUNÇÃO, Márcia Gomes. *Representação política das mulheres na Guiné-Bissau*. 2018. Dissertação de Mestrado em Estudos Internacionais. Instituto Universitário de Lisboa. 2018. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17725/1/master\\_marcia\\_gomes\\_assuncao.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17725/1/master_marcia_gomes_assuncao.pdf).

AYRES, Carla Simara Luciana da Silva Salasário. *Quem são elas? paridade de gênero, origens e carreiras nas direções petistas*. 2018. Tese de Doutorado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198294>.

BALDE, Fatumata Djau; MENDES, Paulina. *Relatório Nacional sobre a Aplicação/Implementação Da Declaração e do Plano de Ação de Beijing*, 2015. Disponível em: [https://archive.uneca.org/sites/default/files/uploaded\\_documents/Beijing20/NationalReviews/guinea\\_bissau\\_beijing\\_report\\_0.pdf](https://archive.uneca.org/sites/default/files/uploaded_documents/Beijing20/NationalReviews/guinea_bissau_beijing_report_0.pdf)

BALTAZAR, Bernadete. *Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 20, p. 183-190, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Lzn3FSTRNgybykKfzQWTfwbB/?format=pdf&lang=pt>

BARROS, Miguel Marcos José; SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. *A participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisão na Guiné-Bissau: da consciência, percepção à prática política*. UNIOGBIS, Bissau, 2013.

BARROS, Miguel; SEMEDO, Odete. *Manual de Capacitação das Mulheres em Matéria de Participação Política com base no Gênero*. 2012.

BARROS, Miguel. MANGO, Inácia. *Projeto: "mais mulheres" contribuição à capacitação e assistência às candidatas a deputadas na Guiné-Bissau*, 2019.

BATICÃ, Hélder Duarte. *Manual de igualdade e equidade de gênero*. UE-PAANE–Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvimentu”, 2015. Disponível em: [https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/GB\\_ART\\_29\\_MANUAL\\_DE\\_IGUALDADE\\_EQUIDADE\\_DE\\_GENERO.pdf](https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/GB_ART_29_MANUAL_DE_IGUALDADE_EQUIDADE_DE_GENERO.pdf)

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. *Guia turístico: a descoberta da Guiné-Bissau*. Lisboa, Gráfica Ediliber, 2015, p. 01-162.

- BOLETIM OFICIAL. *Lei de paridade da Guiné-Bissau*, 2018. Disponível em: [https://plataformabioksan.com/wp-content/uploads/2020/07/Lei\\_Paridade.pdf](https://plataformabioksan.com/wp-content/uploads/2020/07/Lei_Paridade.pdf)
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: Bourdieu, Pierre (org). *Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-732.
- CABRAL, Amílcar. *Um poema Praia*. Cabo Verde, 1945, p.01-114. Disponível em: <http://www.amilcarchabral.org/livro.pdf>
- CABRAL, Amílcar. *Discurso em comemoração ao dia 08 de março*. 1971. Disponível em: <https://youtu.be/gwEOsoT7Q98>
- CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Unidade e luta, vol.1. Textos coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Comitê Executivo da Luta do PAIGC; Seara Nova, 1976, p. 221-233.
- CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Unidade e luta. Edições U. L., 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/1966/01/06.pdf>.
- CARDOSO, Carlos. *A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil*. Lusotopie, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995.
- COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES - CNE. *Relatório Final Eleições Legislativas e Presidenciais*, 2019. Disponível em: <http://www.cne.gw/legislacao#>.
- COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES – CNE. *Lei nº 11/2013*. Guiné-Bissau. Disponível em: <http://cne.gw/images/PDF/legislacaoeleitoal.pdf>
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa, métodos, qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CRGB. (Constituição-1993). *Constituição de República da Guiné-Bissau de 1993*. Disponível em: [https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/crgb\\_annotada\\_versao\\_final.pdf](https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/crgb_annotada_versao_final.pdf)
- DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. *As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas*. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.
- DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CUNHA, Liliam do Carmo Oliveira. *Producir conocimiento es tener un pensamiento militante*. *Pensamiento Actual*, v. 17, n. 28, p. 54-65, 2017.
- DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. “*Movimentos Sociais De Direita, participação política E Qualidade Da Democracia No Brasil contemporâneo: O Momento Bolsonaro Em Perspectiva*”. Abya-Yala: Revista Sobre Acesso à Justiça E Direitos Nas Américas, 6 (2):112 a 134, 2023.
- FALA DI MINDJER. *Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau, Bairro do Enterramento, 2018.
- FERNANDES, A.A.T. *Onde estão elas? A efetividade da cota de gênero nas eleições para vereador(a) de 2000 a 2016 no Brasil*. *E-Legis*, (26), pp.109 – 122, 2018.
- FERREIRA, Andreia Henriques. *A cultura feminina na religião muçulmana: Referências Religiosas em Desfigurada de Rania Al Baz e Queimada Viva de Souad*. 2022. Dissertação de Mestrado em Literatura, Cultura e Diversidade. Universidade da Madeira. 2022. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/4952>.

FUNCEF- Equidade de gênero, igualdade na diversidade. **Cartilha pró- equidade**. Disponível em: [https://www.funcef.com.br/data/files/FF/74/61/EB/4DC20610AED94FF59E08A8A8/cartilha\\_pro-equidade.pdf](https://www.funcef.com.br/data/files/FF/74/61/EB/4DC20610AED94FF59E08A8A8/cartilha_pro-equidade.pdf)

GALLAGHER, Michael e MITCHELL, Paul. Conclusion. in: Gallagher, Michael e Mitchell, Paul (Eds) *The Politics of Electoral Systems*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GAXIE, D. *Retribuciones de la militancia y paradojas de la acción colectiva*. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, vol. 9 (2) 2015.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais*. Edições Loyola, 1997.

GOMES, Patrícia Godinho. “*O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar*”. *Outros Tempos – Pesquisa em Foco*, vol. 12, n.19, junho, p.168-189, 2015.

GOMES, Patricia Godinho. “*As outras vozes’: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau*”. *Revista Odeere*, v. 1, n. 1, p. 121-145, 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. “*Mindjeris di Guiné, ka bô m’pina, Ka bô burgunhu*. Narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné Bissau (trajetórias, construções e percursos emancipatórios)”. *AbeÁfrica - Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, vol. 6, n. 6. p.81-106, 2021.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa O. Candé. “*Os desafios da Lei de Paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau*”. *Cadernos de África Contemporânea*, v. 3, n. 6, p. 150-159, 2020.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. *Em tese*, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

IMPANTA, Iadira Antônio. *Mulheres da UDEMU e experiências de vida: da luta de libertação à participação política*. 2020. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29489>.

INÁCIO, Magna. BATISTA, Mariana. *Formas de governo e relação Executivo-Legislativo nas democracias contemporâneas*. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino. CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018- p. 372.

JASPER, James M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*. Santiago: março, 1986.

KROOK, M. L., and Norris, P. Beyond quotas: Strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, 62(1), 2–20, 2014.

LARANJEIRO, Catarina. “*Arma diplomática e ficção: as mulheres nos filmes da Luta de Libertação da Guiné-Bissau*”. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 54, p.47-64, 2021.

- LIMA, Náthani Siqueira; GANTOS, Marcelo Carlos. *Dinâmicas de engajamento e desengajamento político: uma análise no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo*. *Latitude*, v. 16, n. 2, p. 242-260, 2022.
- LISBOA, Teresa Kleba. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. *Fazendo gênero*, v. 8, p. 25-28, 2008.
- LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Edição 70, Biblioteca dos Estudos Africanos. p. 01-142, 1982.
- LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.
- LOSEKANN, Cristiana. *Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro*. *Dados*, v. 56, p. 311-349, 2013.
- MACHADO, Jorge. *Das Redes às Ruas: os Movimentos Sociais e a Mobilização das Identidades*. *Participação Política: atores e demanda*, p. 11, 2015.
- MANGO, Armando, *Os brames da Guiné-Bissau do século XVIII-XX*. História e Antropologia. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- MANZINI, Eduardo José. *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, v. 2, p. 10, 2004.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*, 7.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2015.225p.
- MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 49-66, 1989.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Vozes, 2001.
- MENDES, Herculano Arlindo. *A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS*. 2019. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Lisboa. 2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19007>.
- MIGUILAN, *Mindjeres de Guine nô Lanta*. Guiné-Bissau, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/MIGUILANAS>.
- MIGUILAN, *Mindjeres de Guine nô Lanta*. *Guiné-Bissau*. Estatuto 2016. Livro 19, edição B, número 273, 2016.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes. *Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado*. *Lex Humana*, v. 1, n. 1, p. 218-237, 2009.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistema eleitorais*. 5 ed, ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 112.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- OLIVEIRA, Osmany Porto de; PAL, Leslie A. *Novas fronteiras e direções na pesquisa sobre transferência, difusão e circulação de políticas públicas: agentes, espaços, resistência e traduções*. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 199-220, 2018.

ORAMAS, Oscar. *Amilcar Cabral: Para além do seu tempo*. Praia Cabo-Verde, p. 05-241, 2014.

PAXTON, P., and Hughes, M. M. (2015). *The increasing effectiveness of national gender quotas, 1990–2010*. *Legislative Studies Quarterly*, 40(3), 331–362.

PEM- Princípios de Empoderamento das Mulheres. *Cartilha WEPs-2017*, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/cartilha\\_onu\\_mulheres\\_nov2017\\_digit](https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/cartilha_onu_mulheres_nov2017_digit)

PESSOA, Marcio. “Carmen Pereira e a guerra das mulheres”. *DW*, 30/08/2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/carmen-pereira-e-a-guerra-das-mulheres-na-guin%C3%A9-bissau/a-17656419>. Acesso em 10-10-2022.

PNIEG II- *Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género –II, 2017*.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lúcia. *A (in) justiça relativa da acção positiva—A influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo*. *Análise Psicológica*, v. 28, n. 1, p. 43-57, 2010.

SANTOS, Maria Helena; ESPÍRITO-SANTO, Ana. *Para além dos Números: Transformações de Género associadas à Lei da Paridade*, n. 2, p. 18-34, 2017.

SANTOS, T. H. D. A. F. D.. *O papel da política social no desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau*: contributos para o debate sobre regimes de bem-estar em contextos de fragilidade estatal. 2009. (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Economia e Gestão), 2009.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. *Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses*. *Sociologias*, v. 13, n. 28, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?* *Caderno Crh*, v. 21, p. 505-517, 2008.

SEIDL, E. *Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades da militância no Movimento Passe Livre*. *Estudos de Sociologia*, v. 26, n. 50, 2021.

SEMEDO, Rui Jorge. *O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais*. *Tensões mundiais*, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.

SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau*. São Paulo, p. 193, 2000. Disponível em: [https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2011/06/pdf\\_bijagc3b3s.pdf](https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2011/06/pdf_bijagc3b3s.pdf)

SOARES, Vera. *Movimento feminista: paradigmas e desafios*. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, p. 11-24, 1994.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Golpe de estado na Guiné-Bissau, 1998-2003*. *Guiné Bissau: Projeto Contributo*, 2006.

TILLY, Charles. *Movimentos sociais como política*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 133-160, 2010.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago, Ill.: The University of Chicago Press, 2006. 256 p.

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. *Relatório sobre direito de participação das mulheres na política*. Guiné-Bissau. 2019. Disponível em: [https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/binder1\\_final\\_relatorio\\_direitos\\_humanos\\_15nov2019.pdf](https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/binder1_final_relatorio_direitos_humanos_15nov2019.pdf)

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. *Reexaminar a Lei-Quadro sobre os Partidos Políticos*. Guiné-Bissau. 2018. Disponível em: [https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/portuguese\\_3\\_political\\_parties.pdf](https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/portuguese_3_political_parties.pdf)

VIOTTI, M. L. *Apresentação da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher–Pequim 1995*. In: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher–Pequim. 1995.

**ANEXO A – Termo de Consentimento Livre**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li as informações apresentadas nesse documento, fui informada pela pesquisadora **Aua Silá** a respeito dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios e custo/reembolso dos participantes, que irão orientar a minha participação nesta pesquisa. Diante disso, apresentou-me a garantia da liberdade de desistir de participar nesta pesquisa assim que sentir-me incomodado (a) com qualquer assunto relacionado a esta pesquisa. Afirmo que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento e esclarecimento. Fui informada que as informações que darei para a construção desta pesquisa, que constituirá o requisito de obtenção de título de mestrado de pesquisadora Aua Silá, e será publicada no repositório de Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Nome por extenso)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

## **ANEXO B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Membros do Movimento MIGUILAN)**

- 1- Qual é o seu nome? Idade? Estado civil? Fez formação em que área e onde? Pertence a um partido político? qual?
- 2- Desde quando faz parte do movimento MIGUILAN? E antes da MIGUILAN já tinha participado em outras organizações?
- 3- Porque escolheste fazer parte da MIGUILAN? Como surgiu a ideia da criação da MIGUILAN? O que significa ser militante na MIGUIALAN? E como acontece o ato de recrutamento dos militantes para organização?
- 4- Desempenha algum cargo dentro do movimento? E como a sua família enxerga ou reage a sua militância nessa organização? E qual é o impacto da sua militância na sua vida profissional?
- 5- Quais tipos de atividades MIGUILAN usa para atingir os objetivos?
- 6- E como conseguem mobilizar os recursos para a vossa atuação? Recebem alguns apoios de alguém, instituições ou fazem a cotização?
- 7- De que modo movimento MIGUILAN participa na elaboração e aprovação da lei de paridade? Que tipo de repertório de ação utilizaram na atuação para a implementação da lei de paridade?
- 8- 8-Quais os desafios e caminhos percorridos pelo movimento MIGUILAN na tentativa da implementação efetiva da lei de paridade?
- 9- 9- Qual foi a estratégia adotada pela MIGUILAN na luta para que os partidos políticos pudessem cumprir a lei de cota na eleição legislativa de 2019 e 2023?
- 10- De que forma MIGUILAN tem feito advocacia pelas mulheres na ANP? E com esse método de advocacia conseguiram resultados positivos?